



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

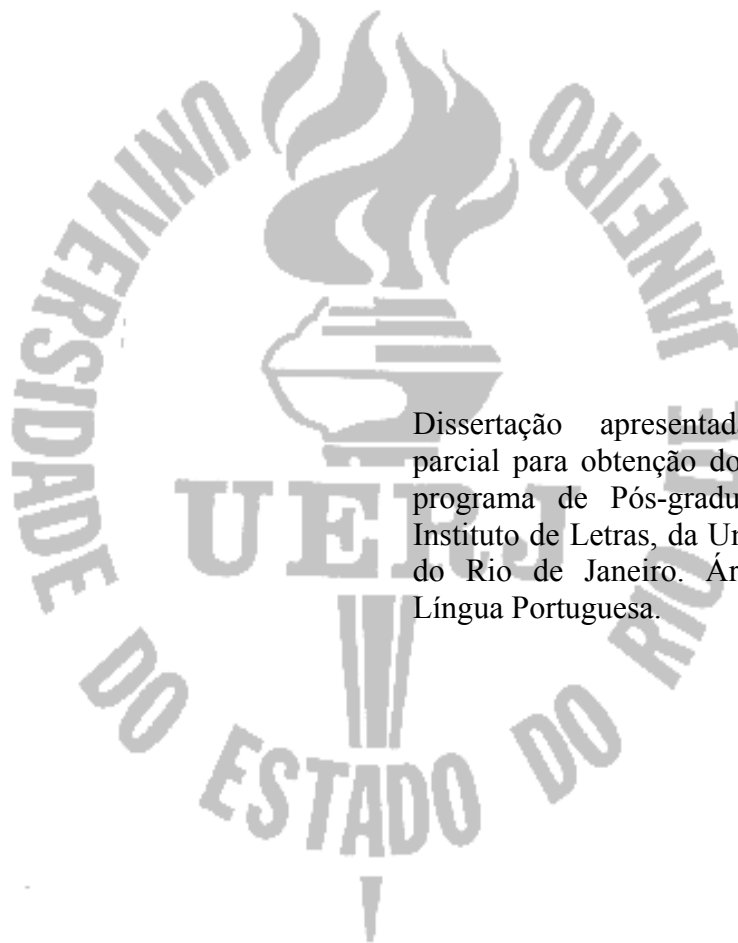
Thaís de Araújo da Costa

**Gramáticas pós-NGB:  
do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis**

Rio de Janeiro  
2010

Thaís de Araújo da Costa

**Gramáticas pós-NGB:  
do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-graduação em Letras do Instituto de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanise Gomes Medeiros

Rio de Janeiro  
2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

C837 Costa, Thaís de Araújo da.  
Gramáticas pós-NGB: do discurso oficial a outros discursos  
(im)possíveis / Thaís de Araújo da Costa. – 2010.  
130 f.

Orientador: Vanise Gomes de Medeiros.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Gramática – Brasil – Teses. 2. Língua  
portuguesa – Gramática – Brasil – Séc. XIX – Teses. 3. Língua  
portuguesa – Gramática – Brasil – Séc. XX – Teses. 4. Análise do  
discurso – Teses. 5. Língua portuguesa – Normatização – Teses. I.  
Medeiros, Vanise Gomes de. II. Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-5(81)(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação

---

Assinatura

---

Data

Thaís de Araújo da Costa

**Gramáticas pós-NGB:  
do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-graduação em Letras do Instituto de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em 23 de Março de 2010.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanise Gomes Medeiros (Orientadora)  
Instituto de Letras da UFF

---

Prof. Dr. José Carlos Azeredo  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bethania Sampaio Corrêa Mariani  
Insituto de Letras da UFF

Rio de Janeiro  
2010

A meus pais, pela educação que me deram.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as conquistas acadêmicas e profissionais alcançadas até aqui e pelas pessoas maravilhosas que colocou em minha vida.

A minha família, que, mesmo não entendendo as horas exaustivas dedicadas à leitura e à feitura desta dissertação, de certa forma sempre me incentivou e aturou os meus momentos (vários) de impaciência e de mau humor.

A meus amigos, que, além de torcerem por mim e me apoiarem, entenderam, ainda que custosamente, a minha ausência em aniversários, festas e encontros. Meu agradecimento especial a Tatiana Fernandes, Patrícia França e Renata Kiffer, que, apesar de tudo, sempre se fizeram presentes em minha vida, a minha comadre Ana Claudia, que sempre acabou entendendo a ausência desta madrinha desnaturada, e a Vinicius Gonçalves, pela amizade e pela ajuda na tradução do resumo deste trabalho para o inglês.

A meus amigos de AD, por sempre estarem dispostos a compartilharem as angústias e tensões, tanto de cunho teórico quanto pessoal, que surgiram ao longo desses dois anos de mestrado. Meu agradecimento especial a Augusta, Phellipe, Joyce, Socorro e Isabel, pelas conversas pós-aula e pela companhia nos congressos Brasil a fora.

Aos meus queridos alunos, por me mostrarem todos os dias que a minha escolha profissional foi acertada.

Aos meus companheiros de trabalho, pela compreensão e pelas palavras amigas. Meu agradecimento especial às coordenadoras Sandra Francisco e Vera Castro, e aos professores Vivian, Diego, Juliana, Alexandre, Michel e Sabrina.

Aos professores que me deram aula na graduação e no mestrado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pela contribuição a minha formação acadêmica e profissional.

Aos professores que compõem a banca examinadora, não só por sua contribuição, seja através das aulas ministradas ou da leitura de suas obras, a minha formação acadêmica e profissional, como também por aceitarem ler e comentar este trabalho.

A minha mais do que querida orientadora, Vanise Gomes Medeiros, pelo incentivo constante desde a graduação na UERJ, pela paciência e compreensão nos meus momentos de bloqueio ou de euforia verbal, pela presença segura e pelas sábias palavras que sempre dispensou a mim. Fica aqui registrada a minha eterna gratidão. Se não fosse você, certamente eu não teria me arriscado a fazer a prova do mestrado e provavelmente esta pesquisa não teria sido realizada. Obrigada por tudo!

Tudo que sabemos é uma impressão nossa, e tudo que somos é uma impressão alheia.

*Fernando Pessoa (2006: 51)*

Assim como há vários modos de produzir a língua imaginária, há várias consequências que dela decorrem.

*Eni P. Orlandi (2008: 88)*

## RESUMO

COSTA, Thaís de Araújo da. *Gramáticas pós-NGB: do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis*. 2010.130 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

A implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1959 e a assunção da Linguística no Brasil na década de 60 são acontecimentos que provocaram profundas mudanças no fazer gramatical. A NGB, enquanto acontecimento discursivo, ao evidenciar determinados termos e silenciar outros, reestrutura a memória do discurso gramatical brasileiro, regulando a relação do sujeito com o dizível e instaurando uma nova formação discursiva dominante, a qual se sobrepôs às formações discursivas anteriores. No presente trabalho, partimos do pressuposto de que, apesar do efeito da censura imposta pela terminologia oficial, o discurso gramatical produzido após a sua instituição é constitutivamente da ordem do heterogêneo. Assim sendo, com base no aporte teórico da Análise de Discurso de Pêcheux e Orlandi e nos estudos do projeto *História das Ideias Linguísticas*, investigamos o funcionamento do discurso legitimado pela NGB nas gramáticas cuja publicação a sucederam, mais especificamente em sete gramáticas publicadas entre 1959 e 1969. Interessa-nos, portanto, com vistas a depreender a forma como se materializa a tensão entre os sentidos oficiais e os sentidos censurados, desnaturalizar o processo de (re)significação dos termos acolhidos pela NGB, depreendendo, assim, como os sentidos silenciados se fizeram significar na materialidade linguística das gramáticas.

Palavras-chave: Análise de Discurso. História das Ideias Linguísticas. Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Gramáticas do século XX. Posição-sujeito gramático.



## ABSTRACT

The Implementation of Brazilian Grammatical Nomenclature (NGB) in 1959 and the assumption of science Linguistics in Brazil in the 60' are events that caused profound changes to the grammar. The NGB as a discursive event, highlighting certain terms and silencing others, restructured the memory of Brazilian speech grammar, regulating the relationship between subject and utterable and establishing a new dominant discursive formation, which overlapped the previous discursive formations. In this paper, we assume that, despite the effect of the censure imposed by the official terminology, the grammatical discourse produced after its establishment is constitutively of the order of the heterogeneous. Therefore, based on the Theoretical Analysis of Discourse of Pêcheux Orlandi and on studies about project História das Ideias Linguísticas (Linguistic History of Ideas), we investigated the functioning of discourse legitimized by NGB in grammars which followed publication, specifically in seven grammars published between 1959 and 1969. Then we are interested in, in order to show the embodiment of the tension between the senses and the senses official censored, deconstruct the process of (re) signification of the terms accepted by the NGB, deducing, how the silenced senses got a meaning by themselves in the linguistic materiality of the grammars.

Keywords: Discourse Analysis. History of Linguistic Ideas. Brazilian Grammatical Nomenclature -NGB. Grammars of the twentieth century. Grammatical subject position.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Relação das gramáticas selecionadas .....	20
Tabela 2 — Relação de comentários ao anteprojeto .....	21
Tabela 3 — Relação de comentários à NGB .....	22
Tabela 4 — Relação de outros materiais .....	22
Tabela 5 — Imagens do lugar da Gramática Histórica .....	71
Tabela 6 — Imagens do lugar da Gramática Normativa / Expositiva .....	72
Tabela 7 — Imagens do lugar da Gramática Descritiva .....	75
Anexos A	
Tabela A — Definição de gramática no <i>corpus</i> principal .....	126
Tabela B — Definição de gramática dos lugares da gramática histórica, normativa/expositiva e descritiva .....	127
Anexos B	
Tabela — Colocação pronominal .....	129

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
1	<b>ENTRE O LEMBRAR E O ESQUECER</b>	18
1.1	<b>Dos corpora – a constituição de um arquivo</b>	18
	<b>AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA NOMENCLATURA</b>	
2	<b>GRAMATICAL BRASILEIRA E DAS GRAMÁTICAS DOS SÉCULOS XIX-XX</b>	24
2.1	<b>Significando a língua nacional: do processo de historicização da língua portuguesa no brasil</b>	24
2.1.1	<u>Língua e estado: a produção do imaginário de brasilidade</u>	24
2.1.2	<u>Do processo de gramatização da língua portuguesa falada no novo mundo: a publicação das primeiras gramáticas brasileiras</u>	29
2.1.2.1	A literatura romântica e as gramáticas do século XIX: “unidos, venceremos!”	32
2.1.2.1.1	A interpelação ideológica do sujeito e a legitimação do Estado nacional	34
2.1.2.1.2	Um parêntese (necessário) sobre as polêmicas em torno do nome da língua do Brasil	38
2.1.2.2	“Sai pra lá, que eu não preciso mais de você!”: o caso da literatura modernista	41
3	<b>GARANTINDO O ESTADO E A LÍNGUA NACIONAL: FALAR PARA NÃO DEIXAR DIZER</b>	43
3.1	<b>Da instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira</b>	43
3.2	<b>Do acontecimento ao silenciamento – a questão da autoria nas gramáticas dos séculos XIX-XX</b>	47
4	<b>DO LUGAR DA GRAMÁTICA E DA LINGUÍSTICA NO SÉCULO XX</b>	61
4.1	<b>De acordo com e o discurso científico</b>	62
4.2	<b>Entre o expor e o normatizar, o deslize</b>	64
5	<b>GRAMÁTICAS PÓS-NGB: FORMAS DE COMPARECIMENTO DA ALTERIDADE</b>	77

5.1	<b>O prefaciar nas gramáticas pós-ngb</b>	77
5.1.1	<u>Arthur de Almeida Torres</u>	77
5.1.2	<u>Rocha Lima</u>	80
5.1.3	<u>Evanildo Bechara</u>	82
5.1.4	<u>Celso Cunha</u>	83
5.1.5	<u>Adriano da Gama Kury</u>	84
5.1.6	<u>Gladstone Chaves de Melo</u>	88
5.1.7	<u>Napoleão Mendes de Almeida</u>	90
5.1.7.1	Do processo de identificação/subjetivação dos sujeitos gramáticos após a NGB	90
5.1.7.2	Distanciamento e contradição	94
5.1.8	<u>Do funcionamento dos prefácios das gramáticas pós-NGB</u>	96
6	<b>CICATRIZES: TRAÇOS DE DISCURSOS OUTROS NAS GRAMÁTICAS PÓS-NGB</b>	99
6.1	<b>Colocação Pronominal</b>	100
6.1.1	<u>A colocação pronominal é assunto da sintaxe ou da fonética sintática?.</u>	101
6.1.2	<u>Formas de materialização dos sentidos outros</u>	103
6.1.3	<u>Da denominação dos tipos de colocação pronominal</u>	109
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	116
	<b>REFERÊNCIAS</b>	122
	<b>ANEXO A - Anexos do capítulo IV</b>	122
	<b>ANEXO B - Anexos do capítulo VI</b>	126

## INTRODUÇÃO

### Primeiras palavras...

*“O que importa para mim, querida Sofia, é que você não esteja entre aqueles que consideram o mundo uma evidência”.*

GAARDDER (1996: 28)

O tema sobre o qual versa este trabalho tornou-se um *incômodo* para mim nos primeiros períodos de graduação. Isso porque, comumente, ao ingressarmos no curso superior de Letras – e atualmente, segundo a minha experiência em sala de aula, até mesmo antes disso, durante o ensino fundamental e médio –, começamos a ouvir uma sigla que passa a fazer parte da rotina das aulas de Língua Portuguesa como língua materna: NGB. Os professores dizem: “*Segundo a NGB,...*”, “*A NGB diz isso, mas...*” ou simplesmente “*A NGB não aborda essa questão*”. Por muito tempo ficamos às escuras, apenas a imaginar o que seria essa tal NGB, até que um dia alguém nos elucida: “*NGB é a Nomenclatura Gramatical Brasileira*”. Recaímos, então, sobre um problema de referenciação, temos o significante, mas não fazemos ideia de qual seja o seu sentido. Afinal, o que faz essa tal nomenclatura? Aos estudantes mais ávidos de saber, resta-lhes ir pesquisar e descobrir que a famigerada NGB resume-se a cinco folhinhas que, embora estejam à frente de todos os grandes dicionários, muitas vezes passam despercebidas. Cinco folhinhas que pesam tanto quanto uma lei, cinco folhinhas que, por assim dizer, mudaram o rumo do discurso gramatical brasileiro.

Ocorre que o incômodo que mencionei anteriormente não cessou com essa “descoberta”; ao contrário, ele se tornou ainda mais insuportável, principalmente quando na graduação, fazendo a monografia de final de curso, decidi pesquisar, para entender melhor a argumentação a partir da relação de contraste, sobre os processos de coordenação e de subordinação nas gramáticas normativas e descritivas. Nesta época, eu assisti, em períodos subsequentes, a duas disciplinas intituladas Português VIII, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, uma matriculada regularmente e a outra como ouvinte. Talvez, a esta altura, o leitor se pergunte: por que assistir a duas disciplinas iguais? E eis que eu, apesar de estar sob a influência do estilo machadiano, não o deixarei curioso e prontamente responderei. Entre outras coisas, constava na ementa desse curso a apresentação da NGB e, embora o título da disciplina fosse o mesmo, o fato é que o conteúdo foi bastante distinto. Uma das matérias, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo Rosa, expôs os contrastes entre o que propunha a NGB, o que se dizia a respeito de alguns “fatos gramaticais” antes de sua implementação e o que passou a

ser dito sobre estes após a sua implementação<sup>1</sup>. A outra disciplina, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanise Medeiros, abordava a NGB do lugar da Análise de Discurso pecheutiana. Ambas as disciplinas, cada qual a sua forma, foram imprescindíveis para que posteriormente, no mestrado, após algumas sugestões da professora Vanise, eu decidisse dedicar-me a depreender o funcionamento dessa memória legitimada pela NGB, bem como o daquela que por ela é silenciada, no discurso gramatical brasileiro.

Assim sendo, espero que essa pesquisa possa servir como subsídio teórico aos estudantes de Letras e também a todos os interessados em estudos da linguagem, pois, por ser uma abordagem totalmente distinta da tradicional e que, além disso, visa desnaturalizar os sentidos legitimados por ela, traz à tona várias discussões que estão sempre à margem na prática de sala de aula. Um dos nossos intentos é demonstrar que a política de gramatização no Brasil é desde sempre uma política que visa à homogeneização, o apagamento das diferenças e a manutenção do discurso oficial, isto é, aquele que é legitimado pelo Estado. Foi dessa tentativa de homogeneização linguística e gramatical que nasceu e se justifica até hoje o discurso da NGB, um discurso sobre o discurso gramatical que estremeceu os estudos de língua portuguesa, marcando uma reorientação não só no que tange à regularização do que pode e deve ser dito nas gramáticas, como também em relação ao próprio lugar destinado ao gramático enquanto autor de compêndios gramaticais.

### **A NGB vista discursivamente**

*“Sofia entendeu que o filósofo tinha razão. Os adultos achavam o mundo uma coisa evidente. Dormiam para sempre o sono encantado do cotidiano”.*

GAARDDER (1996: 32)

Em se tratando de Política Linguística<sup>2</sup> no Brasil, certo é afirmar que a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) pelo Estado em 1959 foi uma medida coercitiva. A padronização alcançada com a terminologia oficial foi tal que hoje os sentidos por ela instituídos/legitimados são da ordem da evidência. A NGB, enquanto lei, reorganizou os limites do discurso gramatical brasileiro, silenciando uns sentidos e impondo outros.

<sup>1</sup> Embora hoje consideremos esses “fatos” produtos de gestos de interpretação em que se distinguem os referentes discursivos, optamos, por ora, por tratar a relação entre nome-conceito-objeto como algo evidente. Mais adiante, no entanto, retomaremos essa questão e nos posicionaremos em relação a ela.

<sup>2</sup> Segundo Mariani (2004: 44), “uma política linguística resulta das condições históricas de relações entre línguas num dado momento em um dado espaço-tempo de práticas discursivas. (...) entende-se sua emergência como resultando de uma tentativa de organização das práticas discursivas e das forças sociais que se encontram em jogo”. Há, portanto, conforme a autora, “uma caráter técnico, restritivo e regulador” pressuposto em tais políticas.

Apesar disso, o discurso gramatical pós-NGB, assim como todo discurso, é um discurso constitutivamente da ordem do heterogêneo, ou seja, ao lado do discurso oficial vão-se articulando nas gramáticas pós-NGB outros dizeres, outros discursos (im)possíveis de serem ditos. Isto porque, se por um lado ele tem como pressuposto a homogeneidade, a uniformização dos nomes e, conseqüentemente, dos conceitos gramaticais; por outro lado, para instituir-se enquanto tal, mantém um relacionamento (in)tenso com o discurso gramatical que o precedeu e tem a alteridade presente em sua materialidade.

Com essa afirmação, evocamos o conceito de *heterogeneidade constitutiva* formulado por Authier-Revuz (1998), segundo o qual tanto o sujeito da linguagem quanto o seu discurso são determinados pela relação estabelecida com a exterioridade, com o Outro<sup>3</sup>. O sujeito, ao ser interpelado pela ideologia, precisa significar a sua realidade, mas, ao fazê-lo, filia-se por identificação a uma determinada formação discursiva (FD)<sup>4</sup>, a qual irá estabelecer o dizível de acordo com o lugar de onde se fala numa dada conjuntura. Há, portanto, um “isso-fala” que nos antecede e que põe abaixo o mito adâmico da linguagem. Não há sentido original, nem tampouco o sentido está no sujeito. Quando falamos, as palavras – todas elas – já têm sentido. E muitos. Antes de o sujeito significar a sua realidade tem-se o que Orlandi (2007a) denominou *silêncio fundador*, isto é, a multiplicidade de sentidos, cujo recorte fica a cargo do gesto de interpretação. Gesto este que se dá a partir da filiação do sujeito a uma FD – estando, portanto, ideologicamente determinado – e que, em decorrência disso, cria para ele a ilusão de que o sentido só pode ser um.

Assim sendo, calcando-me no aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso Francesa (AD), vertente orientada pelos trabalhos de Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil, e nos estudos relacionados ao projeto *História das Ideias Linguísticas* (HIL), cujos coordenadores são Eni Orlandi, no Brasil, e Sylvain Auroux, na França, busco depreender o funcionamento da memória legitimada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira no discurso das gramáticas posteriores a sua implementação. Ou seja, a fim de compreender a produção da discursividade em questão, busco demonstrar a(s) forma(s) como a tensão entre sentidos oficiais e sentidos silenciados se materializa(m) nas gramáticas que foram publicadas imediatamente após a instituição da terminologia oficial, elucidando, a partir da análise de sete gramáticas publicadas entre 1959-1969, o processo de significação da nomenclatura

---

<sup>3</sup>Aqui é preciso fazer uma distinção. O Outro a que se refere Authier-Revuz, no seu quadro teórico, é o inconsciente. Embora empregemos o conceito de heterogeneidade conforme postulado pela autora, o Outro a que nos referimos é, conforme propõe Orlandi (2007b), o interdiscurso. Esta noção – a qual retomaremos mais adiante –, em linhas gerais, diz respeito a um arquivo de tudo aquilo que já foi dito.

<sup>4</sup> Este conceito será abordado no capítulo III; por ora, consideremos que as FDs são lugares de produção de sentido.

tornada oficial, a (des)estabilização dos sentidos atribuídos a ela e as formas de comparecimento de sentidos silenciados pela terminologia oficial, na sua relação com a (re)constituição da posição sujeito gramático.

### **Da disposição dos capítulos**

Este trabalho está disposto em três partes teóricas e analíticas concomitantemente, as quais se subdividem em capítulos. A primeira parte, intitulada *Entre o lembrar e o esquecer*, é composta pelo Capítulo I, *Dos corpora: a constituição de um arquivo*, no qual apresentamos os *corpora* de onde extrairemos as sequências discursivas<sup>5</sup> que analisaremos nos capítulos subsequentes, ressaltando o gesto interpretativo operado na construção do arquivo. É importante lembrar aqui que, conforme Courtine (2009: 54), esses *corpora* não poderiam ser estruturados senão em relação a um plano definido segundo um certo estado das condições de produção do discurso gramatical.

As condições de produção do discurso gramatical que se instaurou após a implementação da NGB, sobre as quais discorreremos na segunda parte deste trabalho, intitulada *As condições de produção da Nomenclatura Gramatical Brasileira e das gramáticas dos séculos XIX-XX*, compreendem basicamente a situação, os sujeitos e a memória acionada na produção do discurso. Em AD, portanto, quando se fala em condições de produção, está-se levando em consideração tanto o seu sentido estrito, isto é, o contexto imediato que diz respeito às circunstâncias de enunciação, como o seu sentido amplo, no qual se inclui o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2007c: 30). Por isso, nos capítulos II, III e IV, sempre que considerarmos necessário, exporemos, através de dispositivo analítico, como as condições de produção em que foi produzida a NGB e as gramáticas que a sucederam se fazem significar na materialidade linguística destas.

Em *Significando a língua nacional: Do processo de historicização da língua portuguesa no Brasil*, capítulo II, buscamos desnaturalizar o sentido de língua nacional, demonstrando a sua relação com a produção dos seus saberes metalinguísticos e com a formação da Literatura e do Estado nacionais.

---

<sup>5</sup> As sequências discursivas (SD) são, conforme Courtine (2009: 55), “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”, cujo recorte será feito de acordo com a sua pertinência para a análise depreendida. Deve-se aqui enfatizar a diferença entre uma SD e um exemplo. A SD é um recorte de um discurso cujo funcionamento visamos depreender, desnaturalizando o processo de produção de sentidos nela inculcido. Trata-se, portanto, de um fato discursivo que o analista de discurso pretende interpretar. Já o exemplo consiste num dado, muitas vezes qualificável e/ou quantificável, cujo sentido é tratado como evidente e é empregado para sistematizar e ilustrar os resultados de uma pesquisa dada. Em AD, vale dizer, não se trabalha com exemplos ou dados, pois compreendemos que estes estão determinados historicamente, o que significa que essas noções, conforme Orlandi (2007b: 44), são elas próprias “um efeito ideológico do qual a análise de discurso procura desconstruir a evidência, explicitando seus modos de produção”.



Em *Garantindo o Estado nacional: falar para não deixar dizer*, capítulo III, abordamos a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira do ponto de vista discursivo, dando início à análise dos efeitos desse acontecimento e da censura operada por ele no discurso gramatical brasileiro, principalmente no que diz respeito à reestruturação da memória discursiva e ao processo de autoria nos compêndios gramaticais pós-NGB.

Em *Do lugar da gramática e da linguística no século XX*, capítulo IV, a partir da análise dos títulos das gramáticas que compõem o nosso *corpus*, evidenciamos o processo de produção de lugares discursivos distintos para o gramático e para o linguista no que tange à circulação dos saberes sobre a língua. Como dissemos anteriormente, ao longo dos capítulos que compõem a segunda parte deste trabalho, demonstramos os efeitos produzidos pelas condições de produção na materialidade das gramáticas pós-NGB. Assim sendo, a análise dos títulos, disposta conforme a sua temática, está presente também nos capítulos II e III.

A terceira parte, intitulada *Gramáticas pós-NGB: formas de comparecimento da alteridade*, é composta por dois capítulos analíticos. Em *O prefaciário nas gramáticas pós-NGB*, capítulo V, buscamos depreender o funcionamento dos prefácios das gramáticas pós-NGB e o modo como a alteridade se materializa neles.

Em *Cicatrizes: traços de discursos outros*, capítulo VI, empreendemos a análise do capítulo das gramáticas pós-NGB referente à colocação pronominal, visando desnaturalizar o processo de significação dos termos legitimados pela NGB e depreender as formas de comparecimento de sentidos outros não acolhidos pela terminologia oficial.

O Dispositivo Analítico empregado, deve-se dizer, foi sendo construído em etapas concomitantes ao processo de análise a partir da depreensão das regularidades e dos silenciamentos encontrados. Expliquemos: a AD nos fornece um Dispositivo teórico-analítico, no qual nos calcamos com vistas a evidenciar o funcionamento discursivo do nosso *corpus* principal. A partir da análise da materialidade linguística, depreendemos os mecanismos e processos de constituição dos sentidos e dos sujeitos, recortando do dispositivo teórico os conceitos necessários ao desenvolvimento da análise.

Por último, tecemos algumas considerações finais, salientando o percurso traçado ao longo da pesquisa e os resultados obtidos.

## 1

## ENTRE O LEMBRAR E O ESQUECER

1.1 Dos *corpora* – a constituição de um arquivo

*“Com um olhar ao mesmo tempo determinado (em sua dupla acepção: determinado por seus objetivos e com a determinação própria – tenacidade – de quem se coloca no lugar de pesquisa) e em parte errante, o pesquisador vai se aproximar de outros textos, selecioná-los muitas vezes sem nem saber exatamente o porquê de tal seleção”.*

MARIANI (2009)<sup>6</sup>

O nosso arquivo é composto principalmente por gramáticas publicadas entre 1959 (após a instituição da NGB) e 1969. Para escolhê-las, portanto, primeiro utilizamos o critério cronológico, buscando organizá-las linearmente a partir da primeira publicação. Tarefa esta por si só já extremamente árdua por dois motivos:

(1) devido ao apagamento de alguns dos autores tratados aqui nos cursos de Letras e nas próprias referências bibliográficas de trabalhos da área; e

(2) devido à dificuldade de se encontrar não só a obra dos autores esquecidos, como também as primeiras edições das obras de autores tidos como cânones.

Como destaca Mariani (2009), trabalhar com arquivos faz-nos recair num jogo entre o lembrar e o esquecer. Os autores outrora esquecidos ou lembrados assim o são de acordo com o que se tem como dizível ou repetível numa época e conforme a sua inserção nos limites dos domínios de atualidade, organizando-se de tal forma que passam a constituir os domínios da memória, isto é, daquilo que (não) pode e (não) deve ser lembrado.

Sob o ponto de vista da AD, a organização do arquivo é o resultado de um gesto de interpretação, de uma tentativa por parte do pesquisador de disciplinarização dos sentidos. Por isso, não nos isentamos de incorrer nesse mesmo equívoco. Isso porque as filiações e remissões que aqui faremos não deixam de ser também um gesto de leitura que visa à organização do nosso arquivo. Mariani (*idem*), retomando Pêcheux, lembra-nos que o catalogar, o identificar, o comparar, o classificar, entre outros, são práticas reguladas pela memória das formas de administração da sociedade. Nesse sentido, conforme a autora, “no funcionamento dos arquivos (...) se encontram os efeitos dos processos ideológicos que,

---

<sup>6</sup> Anotações feitas a partir de palestra apresentada por Mariani no Seminário Integrado da Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em maio de 2009.

naturalizando alguns processos de significação pela repetição do mesmo, sem permitir a historicização, simultaneamente apagam ou excluem outros”. Tal característica de seu funcionamento nos permite dizer que um arquivo é não esgotável, uma vez que a sua organização e as filiações e remissões feitas podem ser outras de acordo com o olhar do pesquisador. Sendo assim, para a AD, o importante é que o pesquisador tenha noção da condição de incompletude do arquivo, permitindo-se olhar a sua opacidade (e não a transparência), de modo a ler a construção de outros sentidos para o discurso em análise. Como bem lembra Mariani (*idem*): “Associações vão sendo feitas de tal modo que há chances de o pesquisador se deixar levar por elas e se perder no emaranhado de manuscritos e impressos com os quais se depara”. Daí a necessidade, conforme enfatiza a autora, de ter o pesquisador, devidamente calcado por uma teoria, um olhar opaco sobre o arquivo que pesquisa, pois cabe a ele, a partir das leituras que vai fazendo, “recortar e organizar as redes de enunciados pertinentes à sua temática”.

Com isso, chegamos à explanação do segundo ponto a que nos referimos como uma das causas que tornaram nossa primeira tentativa de organização do arquivo uma penosa empreitada: a dificuldade em se ter acesso às primeiras edições das gramáticas pós-NGB. Essa questão deve ser analisada sob uma perspectiva dupla, pois ela se coloca tanto em decorrência da falta de informação sobre determinados autores, que, como vimos, é resultado dos gestos de interpretação que compõem a memória do discurso gramatical brasileiro, como também em decorrência da não totalidade de todo e qualquer arquivo. Do ponto de vista discursivo, a completude é uma ilusão. Assim sendo, nem o arquivo que ora apresentamos, nem os grandes arquivos institucionais, como as bibliotecas, são completos. Por isso, a fase de composição do *corpus* primário foi, para retomar as palavras de Mariani (2009), “uma verdadeira peregrinação”.

Frequentei, presencialmente ou virtualmente, as maiores bibliotecas do Rio de Janeiro. Nessa época, buscava de início os cânones, pois era deles que tinha referência, mas os exemplares mais antigos, quando eram encontrados, estavam dispersos nessas instituições. A situação não foi diferente (e às vezes até pior) quando comecei a procurar as primeiras edições dos autores menos conhecidos. Por fim, após relacionar as gramáticas sobre as quais pretendia me debruçar, comecei a procurar pelas primeiras edições em sebos e com a ajuda da internet, após fazer contato com os quatro cantos do país, finalmente, consegui reunir a primeira parte do arquivo. Adiante segue uma relação das gramáticas que compõem o meu *corpus* principal organizadas por ordem de publicação após a NGB:

TABELA 1 – RELAÇÃO DAS GRAMÁTICAS SELECIONADAS

<b>1ª edição</b>	<b>1ª edição Pós-NGB</b>	<b>Edição analisada</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>
1959	<b>1959</b>	17ª (1965)	<i>Moderna Gramática expositiva da língua portuguesa – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira</i>	Arthur de Almeida Torres
1959	<b>1959</b>	2ª (1959)	<i>Pequena Gramática para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical (com exemplificação e trazendo a equivalência dos nomes que foram substituídos; seguida de um índice remissivo alfabético)</i>	Adriano da Gama Kury
1960	<b>1960</b>	12ª (1967)	<i>Moderna gramática portuguesa: curso médio com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira</i>	Evanildo Bechara
? <sup>7</sup>	<b>1960</b>	10ª e 13ª (1958/1961) <sup>8</sup>	<i>Gramática Metódica da Língua Portuguesa (curso único e completo) – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira</i>	Napoleão Mendes de Almeida
1957	<b>3ª (?)<sup>9</sup></b>	2ª e 7ª (1958/1962) <sup>10</sup>	<i>Gramática Normativa</i>	Rocha Lima
1967	<b>1967</b>	4ª (2001)	<i>Gramática Fundamental da Língua Portuguesa – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira</i>	Gladstone Chaves de Melo <sup>11</sup>
1969	<b>1969</b>	7ª (1978)	<i>Gramática do português contemporâneo – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira</i>	Celso Cunha

Com as gramáticas em mãos, ao longo da análise senti a necessidade, para melhor compreender o efeito discursivo da NGB sobre o discurso gramatical, de recorrer a outros materiais, como as gramáticas anteriores à NGB<sup>12</sup>, textos sobre a nomenclatura oficial, o anteprojeto e a própria NGB, que passaram a compor secundariamente o meu objeto de análise. Digo secundariamente porque todos os procedimentos analíticos partem do *corpus* principal, ao qual, sempre que necessário, é articulado o *corpus* secundário. Ou seja, tendo em vista a dinâmica e constante construção do *corpus* principal ao desenrolar da análise, para a apreensão do seu funcionamento discursivo, além de explorar a sua materialidade linguística,

<sup>7</sup> Não conseguimos encontrar a data da primeira edição da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, mas se faz necessário aqui destacar que um ano antes da instituição da NGB já haviam sido publicadas dez edições desta gramática.

<sup>8</sup> Respectivamente. Somente a edição publicada após 1959 faz parte do nosso *corpus* principal, a outra foi utilizada em nossa análise como *corpus* secundário.

<sup>9</sup> Não conseguimos depreender ao certo o ano de publicação da primeira edição pós-NGB, mas cabe aqui ressaltar que, apesar de a primeira edição ter sido publicada em 1957, conforme a data assinada no prefácio de Serafim da Silva Neto, após a instituição da NGB, em 1959, haviam sido publicadas apenas três edições da gramática de Lima, como pudemos depreender a partir da *Advertência à terceira edição*.

<sup>10</sup> Cf. nota 8.

<sup>11</sup> Gostaria de registrar aqui a minha gratidão à professora Darcília Simões que me orientou na iniciação científica durante a graduação na UERJ no período de 2005-2007 e que me apresentou dois dos gramáticos que compõem meu *corpus* e que atualmente não são utilizados ou são raramente nos cursos de Letras, a saber: Adriano da Gama Kury e Gladstone Chaves de Melo.

<sup>12</sup> Cf. Tabela I, linha em que fazemos referência à data da 1ª edição.

tive de lançar mão do dispositivo de leitura que Guilhaumou & Maldidier<sup>13</sup> denominam *trajeto temático*. Adotando-o, pude pôr em “‘estado de dispersão’ enunciados produzidos em lugares, tempos e gêneros distintos e por locutores diferentes” (*idem: ibidem*). A noção de trajeto temático interessa-me, portanto, por funcionar como fio condutor que agrupa materiais distintos que têm em comum a emergência em sua materialidade de determinações novas para o tema estudado, isto é, por me permitir evidenciar o efeito do acontecimento discursivo<sup>14</sup> no interior do arquivo e, sobretudo, observar os deslizos, o novo, o outro, no interior das repetições. Assim sendo, o trajeto temático como dispositivo de leitura de arquivo possibilitou não somente estabelecer redes de relações significantes entre distintos materiais simbólicos e relacionados a diferentes condições de produção, como também entre as próprias gramáticas que compõem o *corpus* principal.

Abaixo segue relação do material que, ao lado do Anteprojeto e do Projeto Oficial da NGB, compõe o meu *corpus* secundário<sup>15</sup>.

**TABELA 2 - RELAÇÃO DE COMENTÁRIOS AO ANTEPROJETO**

Correspondências		
Remetente	Data	Especificação da correspondência
Academia Brasileira de Filologia	Abril de 1958	- Três comentários de membros: 1) Prof. Antônio José Chediak; <sup>16</sup> 2) Prof. Arthur de Almeida Torres; <sup>17</sup> 3) Cândido Jucá (filho); <sup>18</sup> - Um comentário do catedrático do Colégio Militar, Prof. Jarbas Cavalcante Aragão; <sup>19</sup> - Um parecer elaborado pela comissão designada pela ABF e constituída pelos professores Ismael da Lima Coutinho, Silvio Elia e Arthur de Almeida Torres.
Universidade do Brasil	Março de 1958	Parecer subscrito pelo Prof. Serafim da Silva Neto e aprovado em reunião conjunta dos departamentos de Letras Clássicas e Vernáculos e de Letras Modernas.
Estado do Rio Grande do Sul	Abril/Maio de 1958	Dois pareceres, um dos professores em exercício nas escolas públicas e privadas da capital e de regiões próximas e outro do Prof. Albino de bem Veiga, do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul.
Universidade		Parecer dos professores do Curso de Letras Neolatinas.

<sup>13</sup> *Apud* ZOPPI-FONTANA, 2003: 248-249.

<sup>14</sup> CF. Capítulo III.2.

<sup>15</sup> Em AD, distinguem-se os sentidos dos termos “material” e “*corpus*”. O primeiro termo diz respeito à materialidade empírica do nosso arquivo, e o segundo às sequências discursivas que dele recortamos, ao longo de nossa análise.

<sup>16</sup> “Observações à margem do Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical”.

<sup>17</sup> “Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical”.

<sup>18</sup> “Restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira”. O autor era presidente da ABF e membro da comissão ministerial.

<sup>19</sup> Em correspondência à Academia Brasileira de Filologia.

Católica de Campinas	---	
Prof <sup>a</sup> . Alba A. Pinkusfeld	Abril de 1958	Parecer individual.
Prof. Otacílio Rainho	---	Parecer individual.
<b>Imprensa</b>		
Dois comentários dos professores João Chysostomo de Oliveira (Jornal do comércio, Manaus, 21 de março de 1958, p. 2, col. 1 e 2), do professor Sylvio Edmundo Elia (MEC, ano II – março/abril de 1958, nº 10, p. 15-19)		
Uma entrevista com o Prof. Gildásio Amado (MEC, ano II, maio/junho de 1958, nº 11, p.56).		
<b>OFÍCIOS E PORTARIAS</b>		
(todos até a implementação da NGB)		
Obs.: As correspondências, os ofícios, as portarias e as publicações da imprensa estão reunidos In: CHEDIAK, Antônio José Org. <i>Nomenclatura gramatical brasileira e sua elaboração</i> . Diretoria do Ensino Secundário, 1960.		

**TABELA 3 – RELAÇÃO DE COMENTÁRIOS À NGB**

<b>Comentários à NGB</b>
<b>Publicações</b>
MELO, Gladstone Chaves de. “A nova nomenclatura gramatical brasileira – resumo mnemônico” In: <i>Iniciação à filologia portuguesa</i> . 12 <sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1967.
NASCENTES, Antenor. <i>Comentário à nomenclatura gramatical brasileira</i> . Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

**TABELA 4 – RELAÇÃO DE OUTROS MATERIAIS**

CAMARA JUNIOR, Mattoso. <i>Dicionário de Filologia e Gramática</i> . 5 <sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: J. OZON, 1973.
_____. <i>Estrutura da Língua Portuguesa</i> . 36 <sup>a</sup> edição. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.
COUTINHO, Ismael da Lima. <i>Gramática Histórica</i> . Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2005.

É preciso ainda fazer uma primeira distinção entre o funcionamento do *corpus* principal e o do *corpus* secundário. O primeiro é composto por textos que constituem o discurso *da* gramática, ao passo que o segundo é composto por textos que constituem o discurso *sobre* o discurso da gramática. Ser discurso *de* ou discurso *sobre* implica um deslocamento do lugar de onde se fala. No primeiro, a língua nacional é falada de um lugar próprio, o do gramático. No segundo, há um deslocamento desse lugar, embora se tente apagá-lo, falando sobre a gramática como se fosse do seu próprio lugar. Ou seja, a relação entre simbólico e imaginário no discurso *sobre* é outra. No discurso sobre a gramática, diferentemente do que ocorre no discurso da gramática, “o simbólico funciona sob o modo do

*como-se-fosse* e o imaginário, sob o modo do *faz-de-conta*, mas, suspendendo, ao mesmo tempo, a relação de produção de sentido com o ‘seu lugar’ para levá-lo para ‘outro’ como se fosse o próprio” (ORLANDI, 2008: 44). Apagam-se, assim, para que prevaleça a interpretação de um lugar ‘universalizado’, a materialidade das condições de produção. E isto acarretará, como veremos no capítulo III, quando nos referimos ao trabalho operado pela NGB, uma grande modificação no processo de autoria das gramáticas do século XX.

Para finalizar essa apresentação do nosso arquivo, um último comentário. Uma abordagem discursiva como a que nos propomos a empreender aqui implica compreender as gramáticas como discursos, ou seja, como produtos históricos de gestos de interpretação, como lugar de produção e de confronto de sentidos, onde subjetividades são constituídas<sup>20</sup>; e argumentações, estabelecidas, a partir do posicionamento do sujeito no interior de uma determinada FD<sup>21</sup>. Ao ler as gramáticas que compõem o nosso *corpus* principal, visamos depreender o modo como elas produziram sentidos numa dada conjuntura, a saber, no momento subsequente à instituição da NGB, levando em consideração a historicidade desses sentidos, bem como as suas filiações teóricas, e a (re)constituição da posição histórico-discursiva do sujeito gramático.

---

<sup>20</sup> O sujeito, do ponto de vista discursivo, se significa ao passo que significa o mundo. A subjetivação é, nesse sentido, "o traço da relação da língua com a exterioridade" (ORLANDI, 2007b: 46).

<sup>21</sup> De acordo com Orlandi (2007b: 49-50), “a argumentação, em análise de discurso, é vista no processo histórico em que as posições dos sujeitos são constituídas”. Os argumentos “são produzidos pelos discursos vigentes em suas relações historicamente (politicamente, ideologicamente) determinadas”. Eles derivam das “relações de discursos” e não estão diretamente relacionados às intenções do sujeito. Isto porque a “instância da formulação — em que entram as intenções — já está determinada pelo jogo das diferentes posições do sujeito em relação às formações discursivas, jogo ao qual ele [o sujeito] não tem acesso direto. Ou seja, as filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não afeta as posições dos sujeitos”.

## 2

## AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA E DAS GRAMÁTICAS DOS SÉCULOS XIX-XX

### 2.1 Significando a língua nacional: do processo de historicização da Língua Portuguesa no Brasil

Falar de nomenclatura gramatical é falar de política linguística. Se essa nomenclatura de que se fala é a brasileira, fala-se também de um jogo paradoxal e incessante entre unidade e diversidade, entre evidenciamento e silenciamento, entre o dizível e o indizível. Eis o propósito deste capítulo: pretendemos aqui desnaturalizar a literalidade que recobre o sentido de língua nacional e demonstrar a relação desse sentido literal com a constituição do Estado e com a produção dos seus saberes metalinguísticos.

#### 2.1.1. Língua e Estado: a produção do imaginário de brasilidade

*“A linguagem está materializada na ideologia e (...) a ideologia se manifesta na língua”.*

ORLANDI (2007c: 16)

Desde o momento em que foi transportada<sup>22</sup> para o Brasil até o século XIX, a língua portuguesa, de acordo com Orlandi e Guimarães (2001), passou por quatro períodos, em que se distinguem as suas condições de funcionamento, até constituir-se em *língua nacional*. No primeiro período, que vai desde o início da colonização até a expulsão dos holandeses em 1654, as línguas indígenas eram predominantes, e a língua portuguesa era falada apenas por um pequeno número de pessoas. Com a expulsão dos holandeses, aumentou o número de portugueses na colônia, aumentando, conseqüentemente, o número de falantes do português. Nesse segundo período, que vai até a chegada da família real, já se nota uma primeira modificação no relacionamento entre o português e as demais línguas faladas no Brasil, mas é no terceiro período que essa mudança se dá de forma mais completa. Isso porque, de acordo com os autores, com a família real, vieram também aproximadamente quinze mil portugueses para a nova sede da Coroa, o que devido a inúmeros fatores mudou o relacionamento entre as línguas faladas no Rio de Janeiro, uma vez que havia aumentado ainda mais o número de

---

<sup>22</sup> Orlandi (2002) define o *transporte* de uma língua como o transporte, sem inscrição histórica, dos processos de significação. Discursivamente, a autora distingue *transporte* e *transferência*, pois nesta há o trabalho da memória local, do saber discursivo e a produção de deslizamentos historicizados. A língua portuguesa foi, então, transportada para a colônia, mas chegando nela foi iniciado o processo de transferência, produzindo, a partir de então, efeitos de sentidos diferenciados.



falantes de língua portuguesa. No último desses períodos, cujo início se deu quatro anos após ser proclamada a independência, em 1826, surgiram as primeiras discussões sobre a língua brasileira, discussões essas afastadas – temporariamente – pela troca do determinante *brasileira* pelo determinante *nacional*. Nesse momento, embora se evitasse nomear oficialmente a língua do Brasil como língua portuguesa ou como língua brasileira, de acordo com Orlandi e Guimarães (2001), o que passou a ser colocado com a denominação de língua enquanto língua nacional não foi a superioridade de uma língua em relação à outra, mas a “língua enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação” (*idem*: 24).

Foi nesse período, mais especificamente em meados do século XIX, que se iniciou no Brasil o *processo de gramatização* da língua portuguesa. Entendemos processo de gramatização como o que fora definido por Auroux (1992), isto é, “processo que conduz a *descrever* e *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (*idem*: 65) [itálico do autor]. A questão da língua nacional está, portanto, intrinsecamente ligada a esse processo, pois é a partir da instrumentalização dos seus saberes linguísticos que começou a ser produzido no Brasil recém-independente o efeito de evidenciamento da sua língua enquanto uma língua diferente da de Portugal, destacando-se as peculiaridades daquela em detrimento desta, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, eram apagadas as referências às variedades de uso existentes em território nacional. O processo de gramatização, conforme Guimarães (1996), ocorreu, então, no Brasil de modo antagônico ao que ocorrera na Europa. Se lá a gramatização foi uma forma de os países europeus conquistarem o resto do mundo, aqui ela se desenvolveu a partir do nosso processo de independência como forma de legitimar as diferenças linguísticas entre a língua do Brasil e a de Portugal.

Para pensarmos a ambivalência presente no processo de gramatização do português-brasileiro, trazemos o questionamento levantado por Orlandi em *Terra à vista* (2008: 86): “Que língua apagamos para ter uma língua nacional (o português)? De que língua (ou línguas) foi necessário nos distanciarmos historicamente para termos uma língua portuguesa?”, e para pensarmos em uma resposta citamos Orlandi & Guimarães (2001):

A ambivalência do processo de unificação do português brasileiro mostra bem, no jogo entre unidade/diversidade, o jogo da relação entre a cultura ocidental, a ciência e sua instituição, e uma cultura não ocidental, dita exótica. A unidade linguística brasileira é construída a partir de uma língua ocidental instrumentada (e dotada de uma escrita) tendo uma filiação (o Latim) que a legitima na sua relação com outras línguas (as línguas latinas) no conjunto linguístico ocidental (cf. o indo-europeu). Isto já é uma garantia científica para a gramática brasileira que reivindica uma particularidade linguística gramatical. Dito de outro modo, seu trabalho sobre a língua se inscreve no interior da história científica ocidental. Por outro lado, o fato do português ter essa história seguramente contribuiu para a impossibilidade da língua geral de se

apresentar como uma alternativa histórica real na construção do país Brasil, uma nação com sua unidade linguística e sua legitimidade nacional (*idem*: 35).

Como dissemos anteriormente, o Brasil havia acabado de conquistar a sua independência e buscava fortalecer-se enquanto nação quando a língua do Brasil passou a ser vista enquanto signo de nacionalidade, ou seja, como uma representação simbólica daquilo que distingue a nação brasileira das demais, principalmente da portuguesa. Por isso, visando à produção da unidade necessária à constituição da identidade linguística característica da brasilidade, as primeiras gramáticas brasileiras buscavam distanciar-se quanto ao conteúdo das gramáticas portuguesas, evidenciando o que havia de particular na língua do Brasil e recorrendo aos modelos clássicos para se legitimar em relação às outras línguas neolatinas já instrumentadas. Entretanto, quando no seu processo de gramatização a língua do Brasil foi incluída entre as línguas originárias diretamente do Latim, as gramáticas brasileiras, como resultado dessa inclusão, acabaram aproximando-se do modelo português e também do de todas as línguas neolatinas. Expliquemos: as línguas cuja gramatização se deu a partir do modelo latino receberam deste, de acordo com Aurox (1992), a “latinidade”, o que acarretou uma certa padronização das gramáticas neolatinas, as quais foram classificadas por este autor como *Gramáticas Estendidas do Latim*. A filiação latina é tão forte nas primeiras gramáticas brasileiras que Souza (2001:129) chega a referir-se à gramática de Maximino Maciel, publicada em 1887, como uma “compilação irregular de uma série de conceitos retirados de gramáticos clássicos”.

A ambivalência presente no processo de unificação do português-brasileiro (PB) afirmada por Orlandi & Guimarães (2001) se dá também no que diz respeito àquilo que, a princípio, seria o maior argumento para justificar a distinção entre as línguas dos dois países, isto é, as particularidades linguístico-gramaticais reivindicadas pelo PB – a saber: as variedades de uso decorrentes, entre outros, do contato da língua portuguesa com as línguas indígenas e africanas. Se a variedade de usos linguísticos num primeiro momento foi evidenciada para que o PB se legitimasse enquanto uma língua outra em relação ao português-europeu (PE), ao longo do processo de gramatização brasileiro ela teve que ser apagada para que fosse garantido o efeito de universalização do imaginário de unidade linguística e nacional: a língua da nação brasileira é uma, todos falam essa língua; logo, todos são cidadãos da nação brasileira.

Para compreendermos melhor a relação entre língua, saberes metalinguísticos e identidade nacional, passamos aqui a discorrer sobre as noções de língua imaginária e língua fluida propostas por Orlandi (2008). Aquela, segundo a autora, é passível de sistematizações,

pressupõe a estagnação, a disciplinarização da língua, ao passo que esta “não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (*idem*: 86) e pressupõe o movimento, a mudança contínua. Assim sendo, a gramática, conforme Agustini (2004), como não poderia deixar de ser devido a sua própria finalidade, debruça-se sobre a dimensão imaginária da língua. Ela, ainda de acordo com a autora, enquanto instrumento político – pois está, assim como a literatura, a serviço da constituição da identidade linguística nacional –, é a responsável pela produção da “realidade” de uma língua homogênea e imutável:

A língua instituída na e pela gramática, por sua vez, inclui-se no domínio de reflexão da noção de língua imaginária, visto que a gramática é uma obra em que se produz um objeto-ficção não-contextualizado, com normas e coerções, língua-instituição e a-histórica. A língua nacional é uma língua imaginária, que, por conseguinte, não apreende a língua fluida (brasileira); há um real da língua que não se pode nomear e que não pode ser descrito, este real é da ordem do interdito, afastando-nos da língua nacional (*idem*: 17).

Ao identificarmos a língua nacional à língua imaginária passamos a compreender melhor o processo de identificação/subjetivação do falante/cidadão brasileiro. Afinal, lembremos: o que está em jogo quando a língua passa a ser considerada enquanto signo de identidade nacional é a sua relação com a nação (GUIMARÃES & ORLANDI, 2001) e, portanto, com os membros desta.

A partir do momento em que a língua nacional é significada e legitimada através dos instrumentos metalinguísticos, são criadas discursividades que limitam as possibilidades e as necessidades do dizer. O processo de gramatização brasileiro, então, pode ser entendido como o início de um momento, que vem sendo processado desde antes da nossa independência, em que surgem novos sentidos, em que se configura uma nova subjetividade para o povo brasileiro; não se trata mais simplesmente de um povo colonizado pela metrópole portuguesa, mas de cidadãos de uma nação independente e que, por isso, têm novas obrigações e deveres.

Para melhor entendermos o processo de identificação e subjetivação<sup>23</sup>, citamos Orlandi (2008):

O amor a Deus, pelo qual o poder assegura a submissão do homem medieval, é substituído, nas sociedades capitalistas, pelo amor à pátria, dever do cidadão. Embora se instalem essas diferenças no desenvolvimento da história, tanto o poder religioso como o político se exercem pelo amor e pela crença. Esses são o suporte da autoridade. Assim, também não é só pela violência física ou verbal que se encontram os meios de se obter a submissão. Há uma violência mais insidiosa e eficaz: a do silêncio. Este, por sua vez, numa sociedade como a nossa, se legitima em função do amor à pátria e da crença na responsabilidade do cidadão (*idem*: 65).

<sup>23</sup> As modalidades de subjetivação dos sujeitos se materializam na superfície linguística a partir das diferentes posições discursivas, por isso, uma vez que nos propomos a pensar a (re)constituição da posição-sujeito gramático após a implementação da NGB, essa é uma questão fundamental à nossa análise. Voltaremos a ela mais adiante.

A substituição a qual Orlandi se refere diz respeito à passagem da forma-sujeito medieval para a atual forma-sujeito do capitalismo. Naquela o homem assujeitava-se aos princípios da Igreja; nesta o homem assujeita-se ao Estado, àquilo que é considerado por ele melhor para a nação. O chamado sujeito jurídico, de direitos e deveres, é um sujeito contraditório, pois é “um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. (...) pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la” (ORLANDI, 2007c: 50).

A língua a qual o sujeito se submete é a língua imaginária, lugar de materialização da ideologia hegemônica, que coloca determinados sentidos como evidentes e cria um ideal de completude da linguagem que, por sua vez, alimenta a ilusão de que o sujeito está na origem do que diz. Ilusão porque, embora ele tenha direitos, ou seja, embora seja preservada uma ideia de autonomia e de liberdade individual que faz com que o sujeito acredite ser livre em suas escolhas, ele está assujeitado ao Estado e às leis e, conseqüentemente, determinado pela ideologia que os constitui. Desse modo, nas palavras de Orlandi (2007: 51), “o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade”, criando a ideia de literalidade e completude da linguagem, que nos dão a impressão de que o sentido não poderia ser outro além desse que está posto.

Essas ilusões, a de origem do dizer e a referencial, não podem ser consideradas, todavia, um defeito, pois são fundamentais para que a linguagem funcione significando os sujeitos e o mundo a sua volta. São dois esquecimentos estruturantes do funcionamento discursivo e que, portanto, fazem parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. É por causa do esquecimento número um, também chamado de esquecimento ideológico, que temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos quando, na realidade, estamos sendo interpelados pela ideologia e, por isso, retomando sentidos já existentes.

O esquecimento número dois, por sua vez, sendo da ordem da enunciação, opera uma ilusão referencial que produz a impressão de realidade do pensamento, isto é, dá-nos a impressão de que linguagem, pensamento e mundo relacionam-se de forma direta e nos faz, em decorrência disso, pensar que o que dizemos só pode ser dito única e exclusivamente de uma maneira. Segundo Orlandi (2007c), esses esquecimentos não são voluntários, os sujeitos esquecem que o que dizem já foi dito para se constituírem enquanto sujeitos. É assim que, de acordo com a autora,

suas palavras adquirem sentido, é assim que eles [os sujeitos] se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI, *idem*: 36)

Refletindo sobre a criação do imaginário de brasilidade que se dá a partir da nomeação da língua do Brasil como língua nacional, podemos (e devemos) pensar o sujeito enquanto assujeitado à ideologia do Estado naquele momento, isto é, assujeitado à ideologia libertária de um país que buscava fixar-se como nação independente e que tinha na literatura romântica uma forte aliada para a veiculação desses sentidos. Daí o assentimento em relação aos silenciamentos operados, os sentidos de nacionalismo fez deles uma evidência, isto é, para o objetivo que se colocava não poderia ser de outro jeito.

### 2.1.2. Do processo de gramatização da língua portuguesa falada no novo mundo: a publicação das primeiras gramáticas brasileiras

*“O Brasil é uma nação livre, logo, deve ter uma língua própria”.*

CASSIANO RICARDO (*apud* Cunha, 1977: 16)

Com vistas a melhor compreender os fatores que desencadearam o processo de gramatização no Brasil, cabe aqui fazermos uma rápida digressão. A história nos mostra que o enfraquecimento do poder estatal repercute no plano linguístico – este é, por exemplo, o caso do Império Romano do ocidente – e que um Estado forte para se legitimar precisa de uma língua igualmente forte e homogênea, haja vista o processo de expansão territorial dos países europeus no século XV (AUROUX, 1992). Nesse caso, visando à manutenção do novo domínio, a cultura e a língua dos povos dominados eram subjugadas em prol da imposição da língua e da cultura do povo dominador, como aconteceu aqui durante a colonização brasileira. Uma vez que o povo dominado houvesse, então, adquirido a língua e a cultura do seu dominador, também haveria adquirido a identidade desse povo em detrimento da sua própria identidade e, com isso, tornar-se-iam apenas uma nação.

Contudo, contrariando as expectativas dos portugueses, no caso do Brasil, assim como em muitos outros países, o *transporte* (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001) da língua do território europeu para o brasileiro “força outros contornos para a enunciação” (*idem*: 33), criando novas relações palavra-coisa. Ou seja, a língua portuguesa, ao ser falada num novo local-tempo, cria um novo espaço de interpretação, ressignificando-se e significando as coisas do Brasil a partir do trabalho de memória do português, que tenta nomear esse novo mundo associando-o àquilo que conhecera em Portugal.

É nesse novo espaço de interpretação que a partir do efeito metafórico ocorrem os deslizamentos de sentidos, as *transferências* (*idem, ibidem*), que começam a diferenciar o

português do Brasil do português de Portugal. Esta é, segundo Orlandi e Guimarães (*idem*), a situação enunciativa I, situação dominada pela relação unidade-diversidade. Como consequência dessa situação de ambivalência, configuram-se, novas condições enunciativas, caracterizando uma situação enunciativa II (*idem, ibidem*), também regida pela relação unidade-diversidade, em que se privilegia a prática conceitual nome-nome, em vez da operação de referenciação nome-coisa.

Tem-se, desse modo, na situação enunciativa I, a construção do objeto discursivo a partir do efeito metafórico produzido pela memória do português que associa as coisas tipicamente brasileiras às que havia conhecido em Portugal (relação nome-coisa)<sup>24</sup>, ao passo que, na situação enunciativa II, o que se tem é a organização, a categorização desse objeto discursivo através da metalinguagem (relação nome-nome) – em dicionários monolíngues, por exemplo (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001). Ambas as situações, portanto, fazem parte de um processo de historicização peculiar, ao qual nos referimos no início deste capítulo, decorrente da realocação da língua portuguesa num novo espaço-tempo que difere o português do Brasil do de Portugal.

No que tange ao processo de gramatização brasileiro, de acordo com Baldini (1999), também se pode falar em dois momentos distintos que transcorreram após a proclamação da Independência: um primeiro momento em que se visava à produção de gramáticas que colocassem em relevo as peculiaridades do português-brasileiro e um segundo momento em que se tornou necessário unificar o conhecimento metalinguístico produzido no período anterior. Ambos, portanto, igualmente regidos pela relação ambivalente entre unidade-diversidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que se pressupunha o direito a uma universalidade – a “unidade (imaginária) constitutiva de toda identidade” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001: 35) –, reconheciam-se variedades, “usos variados” da língua portuguesa do Brasil, como aquilo que a distinguia da língua de Portugal. Isto é, se num primeiro momento havia a necessidade de reconhecer essas variedades, num segundo momento elas passaram a ser silenciadas em prol da (ilusão de) unidade linguística.

Guimarães (1996), em “Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira”, propõe uma periodização distinta, mas não excludente, da que ele e Orlandi

---

<sup>24</sup> Segundo Mariani (2004), nesse momento o processo de denominação das coisas tipicamente brasileiras encontra-se ancorado em um “domínio de pensamento prévio”. A denominação, diz Mariani, é “seguida de explicações minuciosas feitas através da adjetivação, da comparação e de analogias com o que já é conhecido” (*idem*:73-74), como podemos observar no seguinte recorte de Gândavo analisado pela autora: “(...) e se tem pella melhor caça que ha no matto chamão lhes **Tatús** são tamanhos como coelhos e t1/2., um casco a maneira de lagosta como de cágado mas he repartido em muitas juntas como laminas, parece totalmente hã., rabo do mesmo casco comprido o foçinho he como de leitão, e não bota mais fora do casco que a cabeça”. (GÂNDAVO *apud* Mariani, *idem*: 73). [negrito da autora; grifos nossos]

(2001) propuseram em “Formação de um espaço de produção linguística: A gramática no Brasil” e que expusemos no início deste capítulo. Considerando fatos de ordem política e institucional, ele também divide a historicização do Português do Brasil em quatro períodos, mas estes não equivalem aos expostos em Orlandi & Guimarães (2001), até porque as finalidades de cada quadro são distintas. Interessa a Guimarães (1996) compreender o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, ao passo que a Orlandi & Guimarães (2001) interessa depreender o processo de constituição da língua portuguesa em língua nacional, sendo, portanto, a proposta de Guimarães (1996) mais abrangente, em termos de periodização histórica, pois aborda, ainda que rapidamente, não só a questão da língua nacional, como também, e mais especificamente, o processo de construção dos seus saberes metalinguísticos.

Tendo visto isso, passemos à explanação do quadro proposto por Guimarães (1996). Segundo este novo quadro, a gramatização brasileira da língua portuguesa inicia-se a partir do segundo período (meados do século XIX até aproximadamente o fim da década de 1930)<sup>25</sup>, quando são publicadas gramáticas como a de Júlio Ribeiro (em 1881), é fundada a Academia Brasileira de Letras (em 1897) e surgem as primeiras faculdades de Letras no Brasil, compreendendo ainda o terceiro período (1930-1960), quando a Linguística se torna disciplina obrigatória nos cursos de Letras, e o quarto período (de 1960 aos dias atuais), quando a Linguística passa a abranger todos os cursos de graduação em Letras e são implantados os cursos de pós-graduação em Linguística.

Em seguida, Guimarães (*idem*) propõe uma subdivisão desse período, que engloba três períodos de historicização do português no Brasil, em dois recortes. No primeiro recorte incluem-se as posições que, a partir de meados do século XIX, polemizam a questão da língua do Brasil colocando-se a favor de suas especificidades e o estabelecimento da NGB, em 1959; e, no segundo recorte, os estudos que, no início do século XX, defendiam o modelo clássico e os gramáticos contemporâneos que ainda se prendem a textos clássicos.

De acordo com esse novo quadro, portanto, a NGB situa-se no primeiro recorte porque é uma das medidas tomadas pelo Estado brasileiro que, ao estabelecer uma unidade linguística específica do Brasil, atua como instrumento de legitimação da distinção entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal. Como bem recorda o autor:

---

<sup>25</sup> No primeiro período, segundo Guimarães (1996), não havia ainda estudos sobre a língua portuguesa desenvolvidos no Brasil. No final desse período, tem-se a independência do Brasil e a entrada em território nacional das ideias românticas, advindas não só de Portugal, mas também de outros países. Com isso, inicia-se uma série de mudanças no que tange às orientações científicas, as quais se intensificam a partir de 1850 e acarretam a transformação das condições materiais do país.

Neste ponto não se pode esquecer a questão do estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Esta ação do Estado Brasileiro, na medida em que ela se faz como nomenclatura brasileira, é parte do movimento do recorte da especificidade, portanto da independência do Brasil. Mas aparece, mais especificamente, como uma ação do Estado para unificar o ensino da Língua Portuguesa no Brasil. A NGB não esconde a intenção de acabar com as diferenças terminológicas das gramáticas brasileiras. Ou seja, no processo da gramatização brasileira do português este acontecimento traz em si o movimento de afastar-se de Portugal estabelecendo, ao mesmo tempo, uma unidade linguística brasileira específica. E isto pelo estabelecimento de uma terminologia, de uma metalinguagem (*idem*: 137).

Nosso trabalho debruça-se, portanto, sobre o primeiro recorte. É nele que identificamos, a partir de Baldini (1999), dois momentos distintos no que tange à produção dos saberes metalinguísticos da Língua Portuguesa do Brasil. Nesses dois momentos, os quais passaremos a explicitar de forma mais aprofundada nas próximas sessões, também se faz presente a relação ambivalente entre unidade-diversidade que mencionamos anteriormente.

### 2.1.2.1 A literatura romântica e as gramáticas do século XIX: “Unidos, venceremos!”

*“O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?”*

JOSÉ DE ALENCAR <sup>26</sup>

Neste subcapítulo e nos próximos, trataremos algumas reflexões que foram tecidas por Agustini (2004) sobre a relação entre literatura e gramática e que são pertinentes a nossa análise.

Como vimos no capítulo anterior, à semelhança do que ocorria na literatura com o movimento Romântico, o primeiro momento do processo de gramatização da língua do Brasil, iniciado na segunda metade do século XIX, caracteriza-se pela busca da identidade linguística nacional, momento em que surgem os primeiros estudos gramaticais que, pautados em diferentes concepções teóricas e com nomenclaturas divergentes (relações palavra-coisa), procuravam teorizar sobre a especificidade da língua portuguesa do Brasil, demonstrando que a língua falada e escrita em terras brasileiras era distinta da de Portugal.

Expliquemos: desde o arcadismo, nossos intelectuais, influenciados pelas ideias revolucionárias do Iluminismo, vinham trabalhando os sentidos de liberdade e de nacional(ismo). Porém, somente, após a independência brasileira, em 1822, já com os escritores românticos, estes sentidos ganharam força e passaram a contribuir para a formação da identidade nacional. Foi com essa finalidade que, a exemplo do que ocorrera na Europa, os

<sup>26</sup> ALENCAR, José de. *Sonhos D'Ouro*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sonhosdoro.html>. Acesso em: 07/02/2010.



românticos voltaram à América pré-cabraliana em busca de elementos que definissem as origens do Brasil-nação. Até então, a história do Brasil-colônia era a história da metrópole portuguesa. Com a revisão do passado histórico, procurava-se, portanto, romper com tal filiação, silenciando-se a referência histórica a Portugal e trabalhando uma origem distinta para o Brasil e para o povo brasileiro<sup>27</sup>.

Assim sendo, quando foi colocada em questão a língua enquanto signo de nacionalidade, foi a literatura romântica que, a partir do emprego daquilo que era considerado tipicamente brasileiro – os brasileirismos e as particularidades sintáticas característicos de uma prática languageira oral –, instaurou, segundo Agustini (2004), o discurso da diferenciação entre o português-brasileiro e o português-europeu, dando forma à língua nacional e, conseqüentemente, trabalhando o evidenciamento dos sentidos para a nação e para o povo brasileiro através do olhar – como se acreditava – do próprio brasileiro, e não mais do português.

Posteriormente, quando se deu o início do processo de gramatização brasileiro, as gramáticas brasileiras, cujo objetivo era registrar as peculiaridades da língua portuguesa do Brasil, recorreram à literatura romântica que passou a funcionar como “depuradora da língua falada do e no Brasil” (*idem*: 50), ou seja, reconhecendo que a prática languageira materializada nas obras românticas era o que caracterizava a identidade linguística do brasileiro, as gramáticas passaram a depreender e a sistematizar essa prática, instituindo-a e legitimando-a enquanto língua nacional.

A literatura, então, nesse momento, por configurar-se como o lugar onde “se (pode) fala(r) da moral, da índole, da organização social, dos hábitos, da cultura, etc., que regem os comportamentos (linguísticos) de seus falantes (cidadãos)” (*idem*, 2004: 48), constitui instrumento fundamental à obtenção do status de civilização almejado pelo Estado brasileiro, pois é ela quem dita a “identidade linguística própria da brasilidade por meio da língua que se registra em sua escritura” (*idem, ibidem*); está, ao lado da gramática, na base da constituição da língua nacional e, conseqüentemente, atua efetivamente no processo de subjetivação dos indivíduos dessa nação. Sendo assim, conforme Agustini:

(...) este primeiro momento da constituição do Estado Brasileiro encontra na literatura a língua (nacional) que, sistematizada (e legitimada) na gramática, dá à nação brasileira um instrumento de gramatização próprio: a gramática brasileira. No entanto, há um vínculo com o português de Portugal que se mantém e estabelece um limite para a instituição da diferença e da igualdade entre as duas línguas. Mas há também uma necessidade (política e social) de

<sup>27</sup> Nesse sentido, a idealização do índio nada mais é que uma tentativa de atribuição de uma origem nobre, heroica, aos cidadãos da nação brasileira, ao mesmo tempo em que justamente por ser uma idealização trata-se de um silenciamento das características do povo indígena.

firmar a língua nacional. A gramática é o instrumento dessa afirmação, uma vez que a civilidade de um povo é medida pela sua literatura, pela sua língua e seus instrumentos de gramatização (*idem*: 51).

É importante destacar aqui que, assim como a literatura evidenciava alguns sentidos para a identidade linguística da nação brasileira, ela também silenciava muitos outros, os quais, até então operados somente no plano literário, passaram a ser trabalhados também no plano linguístico. Nesse momento, como vimos em II.1, buscava-se, ainda que não fosse totalmente possível, apagar a origem comum a Portugal, atribuindo à língua portuguesa do Brasil uma origem direta do Latim e destacando-se os usos variados dessa língua, ao mesmo tempo em que era reivindicada para ela uma unidade (imaginária), o que acarretou o silenciamento da sua diversidade constitutiva.

É nesse sentido que se pode pensar num estreitamento da relação língua-Estado. Este precisa daquela para assegurar a sua identidade, unidade e hegemonia, daí a necessidade de se criarem instrumentos que promovam a manutenção da unidade linguística. A gramática, como um desses instrumentos, é, portanto, essencial à construção e à manutenção do imaginário social pressuposto pelo Estado. Por isso, não há civilização que não possua uma, já que é ela a responsável pela unidade e pela homogeneidade necessárias à constituição da identidade nacional de um país com práticas governamentais e língua nacional próprias (AGUSTINI, 2004).

#### 2.1.2.1.1 A interpelação ideológica do sujeito e a legitimação do Estado nacional

*“O homem é um animal ideológico e, como tal, sempre está identificado a uma ideologia, seja ela qual for.”*

INDURSKY (2008: 15)

Diante das reflexões que tecemos em II.2.1, torna-se imprescindível fazermos algumas observações a partir de um conceito caro à AD: o de interpretação, entendida aqui como processo de significação, de produção de sentidos. De acordo com Orlandi (2007b: 18), “o gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”.

A conjectura teórica da AD pressupõe a existência de dois gestos de interpretação distintos: o gesto de interpretação do sujeito comum e o gesto de interpretação do sujeito enquanto analista (ORLANDI, 2007b). Trataremos aqui do primeiro. A interpretação do

sujeito pauta-se em um Dispositivo Ideológico que cria o efeito de evidência dos sentidos. Isto é, há uma injunção à interpretação que o faz, diante de qualquer objeto simbólico, atribuir sentido. Em II.1, ao nos referirmos à passagem da forma-histórica do sujeito medieval para a do sujeito do capitalismo, dissemos que a submissão à Igreja, própria da Idade Média, deu lugar, com o capitalismo, à submissão ao Estado e que essa nova subjetividade se funda na contradição entre liberdade e subordinação. A diferença entre uma forma-histórica e outra se fundamenta justamente na relação estabelecida entre estas e o gesto de interpretação. Segundo Orlandi (2007b), “o assujeitamento, para o sujeito medieval, se dá pela *determinação* enquanto o assujeitamento para o sujeito moderno se dá pela *interpelação*” (*idem*: 89) [itálicos da autora]. Isto é, na primeira forma de subjetivação há uma interdição à interpretação, não cabe ao sujeito medieval interpretar, isso é feito pela Igreja, ele apenas repete os sentidos que lhes são dados e, portanto, determinados pela instituição religiosa; ao passo que na segunda forma de subjetivação a interpelação pressupõe a identificação do sujeito, o sujeito moderno identifica-se com determinados sentidos que passam a determiná-lo. É, portanto, a partir do processo de identificação que este sujeito se significa, subjetiva-se, torna-se (por ilusão) sujeito do seu dizer, à medida que atribui sentido ao mundo e às coisas desse mundo.

Esse movimento, no entanto, passa-lhe despercebido, é apagado em decorrência das condições de produção, determinadas ideologicamente, que lhe coloca uns sentidos como evidentes, naturais, em detrimento de outros. É assim que se dá o equívoco constitutivo da ideologia (ORLANDI, 2007b): “o que lhe parece sua definição é justamente o que o submete” (*idem*: 90). A naturalização de determinados sentidos se constrói, então, a partir das ilusões sobre as quais discorreremos anteriormente (Cf. II.I): a de que o sujeito está na origem do dizer – é dono de suas palavras e, portanto, tem vontade própria, só diz o que quer – e a de literalidade da linguagem – que coloca os sentidos como unos.

A compreensão da relação entre interpretação e linguagem só é possível quando a pensamos à luz da noção de silêncio (ORLANDI, 2007a), mais especificamente com a de silêncio fundante, o qual, de acordo com Orlandi (*idem*), antecede a linguagem e se caracteriza pela possibilidade mesma de múltiplos sentidos<sup>28</sup>. Multiplicidade essa que aparece para o sujeito como sentido nenhum, havendo, por isso, uma necessidade de transformar o silêncio em linguagem, de interpretá-lo – a partir do processo de identificação – para que o mundo passe a (lhe) fazer sentido. De acordo com a autora, “quando o homem, em sua

---

<sup>28</sup> Lembremos o que diz Orlandi em *As formas do silêncio*: “No início é o silêncio. A linguagem vem depois” (2007a: 21).

história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo” (*idem*: 27). O sujeito, diante do mundo e das coisas desse mundo, para entendê-lo, para que ele (lhe) faça sentido, se vê impelido a interpretá-lo – isto é, a significá-lo, a organizá-lo, a categorizá-lo –, e isso só é possível devido à dimensão simbólica da linguagem. Segundo a perspectiva teórica a que nos filiamos, portanto, não há relação unívoca e direta entre linguagem-mundo ou linguagem-pensamento-mundo, conforme preconizadas pelo realismo e pelo mentalismo, respectivamente; há, sim, uma ilusão de literalidade, de transparência, cujas condições de produção<sup>29</sup> nos interessam investigar.

A linguagem é, pois, a tentativa de retenção, de estabilização do movimento dos sentidos. O ato de significar, de simbolizar, de interpretar algo, representa a hegemonia de um sentido, o seu evidenciamento, a sua naturalização, em detrimento de outros múltiplos que permanecem no silêncio. Permanecer no silêncio, todavia, não significa permanecer no nada, deixar de existir<sup>30</sup>; ao contrário, são a sua existência e a possibilidade de virem à tona – estes e outros novos sentidos – que tornam possível a construção do imaginário discursivo. Ambos, dispersão e (ilusão de) unidade dos sentidos, são, portanto, nessa perspectiva, assim como viemos mostrando ao longo desse capítulo quando nos referimos à questão da língua nacional e ao seu processo de gramatização, constitutivos do dizer.

Uma vez que consideramos dispersão e (ilusão de) unidade fundamentais ao funcionamento discursivo, estamos conseqüentemente considerando que a linguagem não é completa, que todo dizer por definição é aberto. A apreensão do real empírico é impossível, o mundo é significado – interpretado – a partir da sua função simbólica, mas esse movimento de significação está submetido às condições de produção que permitem que um sentido se sobreponha aos demais, os quais, continuando a existir, passam, assim como os sentidos hegemônicos, a constituir a memória discursiva. Por isso dizer que os sentidos se dão em relação a outros sentidos, a outros dizeres. A incompletude da linguagem é, portanto, um fato que se justifica pela primazia do silêncio ou, nas palavras de Orlandi (2007b):

(...) *o dizer é aberto*. É só por ilusão que se pensa poder dar a “palavra final” o dizer também não tem um começo verificável: *o sentido está (sempre) em curso*. (...) o silêncio é fundante (não há sentido sem silêncio) e esta incompletude é função do fato de que *a linguagem é categorização dos sentidos do silêncio*, modo de procurar domesticá-los. *O silêncio é sentido contínuo, indistinto, horizonte possível da significação*. A linguagem, mesmo em sua vocação à unicidade, à descrição, ao completo, não tem como suturar o possível, porque não tem como conviver com a falta, não tem como trabalhar (com) o silêncio. Isto justamente porque *a linguagem é estrutura e acontecimento*, tendo assim de existir na relação necessária com a história (e com o equívoco). (*idem*: 11-12) [itálico meu]

<sup>29</sup> Discorremos sobre esse conceito na Introdução, item II.

<sup>30</sup> Um sentido até pode deixar de existir quando não há registros de sua ocorrência e com o tempo deixa de fazer parte da memória discursiva, mas nunca por estar no silêncio. Estar no silêncio, ao contrário, significa estar em contínuo movimento.

Assim sendo, em nossa análise, partimos do princípio de que toda e qualquer manifestação da linguagem pressupõe o ato de interpretar, aqui entendido, como dissemos anteriormente, como significar, produzir sentidos. Desse modo, levando em consideração que é através da língua(gem)<sup>31</sup> que o sujeito (se) significa (diante do) o mundo, torna-se fácil concluir que a unidade linguística – ainda que imaginária – colabora para um processo de identificação/subjetivação coerente com as necessidades do Estado – todos falam a mesma língua, pertencem à mesma nação e têm os mesmos direitos e deveres. É, portanto, através deste imaginário que o Estado se legitima e estabelece a sua autoridade sobre o cidadão, isto é, sustentando-se sobre o ideal de um sujeito livre, o Estado leva o cidadão “a interiorizar a ideia de coerção ao mesmo tempo em que faz com que ele tome consciência de sua autonomia (de sua responsabilidade, portanto)” (ORLANDI, 2007b: 90).

Para a instituição e legitimação do Estado, então, a gramática passa a ser um “instrumento determinante de relação entre as línguas (e seus falantes) que constituem a língua nacional” (AGUSTINI, 2004: 47), os indivíduos, na e pela instituição da gramática de uma língua, identificam-se como cidadãos (brasileiros) conscientes do seu pertencimento a uma nação (o Brasil) ou, contradizendo aos objetivos do Estado neste momento, uma vez que a gramática é a responsável pelo estabelecimento do que “pode e deve ser julgado um bom comportamento linguístico nas relações sociais e suas práticas languageiras” (*idem, ibidem*), justamente por não dominar tais regras, sentem-se excluídos desse todo, desidentificando-se da ideologia dominante.

Segundo Agustini (*idem*), a impossibilidade de falar sempre e incondicionalmente de acordo com o que postula a gramática é fator determinante para deslocamentos de sentido nas relações sociais estabelecidas, para desencadear deslizos de sentidos que podem instaurar mudanças sociais” (*idem*: 48). Esses deslocamentos, no entanto, são contidos pelo discurso da gramática que, de forma eficaz, atua na constituição das imagens específicas para a divisão (política) da Língua Portuguesa – a prática languageira é restrita a um já-posto histórico e social específico, e os falantes são determinados ideologicamente, a fuga a essas condições gera uma disputa política pela língua em que, na maioria das vezes, aquele que foge, que desloca, que desliza, é marginalizado pela sociedade.

---

<sup>31</sup> Lembramos aqui a seguinte passagem de Orlandi (2007c): “a linguagem está materializada na ideologia e (...) a ideologia se manifesta na língua” (p. 16) – cf. epígrafe Parte II, capítulo II.1.

### 2.1.2.1.2 Um parêntese (necessário) sobre as polêmicas em torno do nome da língua do Brasil

*“O professor deve ser guia seguro, muito senhor da língua; se outra for a orientação de ensino, vamos cair na “língua brasileira”, refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo. Conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. (...) Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos. A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade, se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?”*

NAPOLEÃO M. DE ALMEIDA (1961: 21)

No subcapítulo anterior, dissemos que o estabelecimento da gramática nacional implica uma divisão (política) da língua, isto é, com a sua afirmação enquanto objeto simbólico, são construídas imagens de lugares históricos e sociais de onde (não) se pode e (não) se deve dizer de determinada forma, como podemos observar na epígrafe deste capítulo. No prefácio da gramática de Almeida, ao professor de Língua Portuguesa é atribuída a imagem de “senhor da língua”, e esta língua de que o professor é senhor é interpretada como “a mais viva expressão da nacionalidade”. Dominá-la, conforme este gramático, faz parte dos “deveres cívicos” do “brasileiro que preza a sua nacionalidade”. Em oposição a esta língua está a “língua brasileira”, que é significada como “refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo” e que, portanto, é falada pelos brasileiros que *não* prezam a sua nacionalidade.

Foi essa divisão política da Língua Portuguesa que veio à tona na década de 30 e 40 do século XX quando se deu a discussão sobre o nome da língua do Brasil (DIAS, 2001). Tornou-se evidente, nesse momento, a discrepância entre a oralidade das elites e a da massa popular. Por isso, chegou-se a pensar em mudar o nome da língua do Brasil para língua brasileira, sendo criados inclusive projetos oficiais com esse objetivo. No entanto, para além de uma simples substituição de nomes, estava em questão, conforme Dias (*idem*), a mudança de referente.

Expliquemos: de acordo com este analista, a essa época, ao lado de *língua brasileira* era comum comparecer, por parte daqueles que defendiam a mudança do nome da língua do Brasil, três nomes para designar a língua oficial, a saber: *língua nacional*, *língua pátria* e *língua do Brasil*. Porém, como destaca o autor, os opositores ao projeto que previa a mudança do nome da língua do Brasil também empregavam esses três nomes para denominar a *língua*

*portuguesa*. Ou seja, tanto aqueles que defendiam como aqueles que eram contra o projeto justificavam o seu ponto de vista baseando-se no argumento da pertinência e/ou abrangência (*língua nacional*), no de origem do falante (*língua pátria*) ou no de localização (*língua do Brasil*). Apesar disso, o efeito discursivo implicado por cada uma dessas formulações era distinto dependendo do lugar de onde se falava. Isso porque, do lugar da oposição, por exemplo, se aprovado o nome *língua brasileira*, ocorreria uma mudança no eixo social: são diferentes não só os nomes, mas também o referente e os falantes. Sendo assim, teríamos estabelecida para o nome *língua brasileira* uma relação sinonímica com outros nomes, como *fala vil*, *idioma corrompido* etc, e para os falantes dessa língua as designações *povo ignaro*, *poviléu*, *caipira* etc.

Na perspectiva dos opositores desse projeto, portanto, de acordo com Dias (*idem*: 195) “a língua não poderia ser chamada de brasileira, uma vez que ‘essa língua’ não adquirira um estatuto capaz de legitimar discursos, de modo a torná-los visíveis às malhas sociais da elite brasileira letrada”. Do outro lado, na perspectiva daqueles que defendiam o projeto de modificação, “o nome *língua brasileira* caminhava numa direção referencial determinada pela busca da unidade de todos os brasileiros, capaz de sustentar uma identidade própria, estabelecendo a língua falada pelos portugueses como a ‘língua outra’” (DIAS, *idem*: 196).

Como se pode perceber, a alteração do nome da língua do Brasil implicaria a legitimação de uma língua outra que não seria mais a língua com que as elites se identificavam, mas sim, do ponto de vista destes, uma língua sem identidade definida, caracterizada pela dispersão, pela multiplicidade de variantes (regionais, sociais etc.), uma língua que não proporcionaria, portanto, o efeito de unidade e homogeneidade linguística e social necessários à constituição da nação, uma vez que apagaria a tradição escrita, vista pelas elites como uma forma de inserção nos aparelhos institucionais. A mudança de nome representaria, então, um retrocesso que feria os objetivos políticos do Brasil, que, recém independente e recém republicano, necessitava de uma língua estável, homogênea e de base escrita consolidada para se legitimar.

Desse modo, embora, como vimos em II.2, se buscasse desde o século XIX a produção e a sustentação da identidade linguística brasileira distinta da portuguesa, o fato de a língua de Portugal já estar inserida no interior da história científica ocidental, isto é, o fato de ela já ter o respaldo científico – respaldo este que as gramáticas brasileiras ainda reivindicavam para si – e de representar a elite brasileira letrada acarretou a impossibilidade de oficializar, a partir da mudança do nome da língua do Brasil, o distanciamento que se buscava no plano linguístico e literário.

Essa relação ambivalente entre as línguas do Brasil e de Portugal se materializa, ainda que com efeitos distintos, nos títulos de todas as gramáticas, com exceção da de Kury, que compõem o nosso *corpus* principal a partir do apagamento da determinação de origem da língua de que tratam<sup>32</sup>.

No prefácio da gramática de Cunha (*Gramática do português contemporâneo – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira*), por exemplo, encontramos o seguinte esclarecimento para o título de seu compêndio:

O título do livro esclarece o seu conteúdo. Quisemos apresentar as características do português contemporâneo em sua forma culta, isto é, a *língua como a tem utilizado os escritores brasileiros e portugueses do Romantismo para cá*, dando, naturalmente, uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Por outro lado, não descuidamos dos fatos da linguagem coloquial, principalmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas. (CUNHA, 1978: 9). [itálico nosso]

Gostaríamos de chamar atenção aqui para dois pontos: (1) a relação entre língua e literatura sobre a qual discorreremos anteriormente (Cf. Capítulo II.2); e (2) o apagamento das diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal.

Ao mesmo tempo em que o gramático diz debruçar-se sobre a língua utilizada a partir dos românticos, diferenciando-a da língua que era utilizada pelos movimentos anteriores, ele opera um apagamento tanto das condições de produção que distinguem o discurso desse movimento no Brasil do que se deu em Portugal, quanto das condições que promoveram uma historicização distinta das línguas na relação com a história desses países. A contradição reside, portanto, no fato de, quando evoca o movimento romântico como marco daquilo que seria o português contemporâneo, o gramático evocar também a questão da produção de uma identidade linguística nacional distinta da de Portugal que começou a ser trabalhada no Brasil a partir desse movimento. Distinção esta que é silenciada com a coordenação dos adjetivos *brasileiros* e *portugueses* para caracterizar os escritores do Romantismo. Apagam-se, assim, as diferenças, e reforça-se a ilusão de unidade linguística entre os dois países.

Já em Bechara, a sua *Moderna Gramática* é determinada como *portuguesa*. O apagamento aqui se dá pela possibilidade dupla de interpretação do adjetivo *portuguesa*, que tanto pode se referir à língua de que trata a gramática, em que *portuguesa* equivale à locução *de português* (De onde? Do Brasil? De Portugal?), ou à origem da gramática, em que *portuguesa* é um adjetivo pátrio equivalente à locução *de Portugal*. Neste caso, apagam-se não só as diferenças linguísticas, mas também as peculiaridades de cada país, como se para Brasil e Portugal houvesse apenas um sentido de nação.

---

<sup>32</sup> Cf. Tabela I, no capítulo I.



É preciso lembrar aqui que, no momento em que foram produzidas as gramáticas que compõem o nosso *corpus* principal, a polêmica sobre o nome da língua já não se colocava, pelo menos não com a mesma força. Os sentidos para língua portuguesa enquanto *língua nacional*, *língua pátria* e *língua do Brasil* já estavam estabilizados, ou seja, já eram uma evidência que corroborava e corrobora a (ilusão de) unidade linguística entre Brasil e Portugal, evidência esta que se materializa a partir do apagamento do determinante de origem – tanto faz ser a língua portuguesa do Brasil ou de Portugal, porque elas são uma só. Apesar disso, a tensão entre língua portuguesa e língua brasileira, fomentada por essa memória, continua a produzir sentido, como vimos no prefácio de Almeida.

### 2.1.2.2 “Sai pra lá, que eu não preciso mais de você!”: o caso da literatura modernista

“(...) Mas o bom negro e o bom branco/ Da Nação  
Brasileira / Dizem todos os dias / Deixa disso  
camarada / Me dá um cigarro”.

OSWALD DE ANDRADE<sup>33</sup>

Analisemos a situação descrita até então. A gramática, num primeiro momento, instituiu/legitimou a norma-padrão depreendendo-a do uso corrente feito pelos autores românticos, atribuindo, desse modo, sentido à língua nacional, que em sua dimensão simbólica, de acordo com Agustini (2004), regula a(s) discursividade(s) do nacional(ismo), aquilo que pode e deve ser dito não só em conformidade com as regras descritas, mas também e principalmente com o Estado que, como vimos, por tais discursividades é responsável.

A partir do momento em que os saberes metalinguísticos estão devidamente organizados, a relação entre literatura e gramática se inverte. A literatura, antes fundamental para a constituição da realidade linguística brasileira, deixa de ditar o uso instituído/legitimado pela e na gramática e passa a submeter-se a ele. Isso porque, conforme Agustini, “com a constituição do Estado nacional posta, o lugar da literatura na gramática produz uma diferenciação que não cabe mais, porque pode levar a mudanças políticas na estrutura da sociedade firmada” (*idem*: 51).

Este é o caso do movimento modernista que, nascido em um momento em que se busca a afirmação da identidade linguística nacional, traz outras línguas não legitimadas pela gramática, opondo-se à língua nacional instituída e fomentando as discussões a que nos referimos anteriormente. No entanto, uma vez que o Estado nacional já estava constituído,

<sup>33</sup> ANDRADE, Oswald. “Pronominais”. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/oswal.html#pronominais>. Acesso em: 07/02/2010.

para promover a manutenção da sociedade e dos sentidos vigentes, foi necessário, conforme Agustini (*idem*), administrá-lo, policiá-lo e (re)significá-lo de acordo com os objetivos políticos do Estado. Como consequência do processo de controle do movimento de sentidos instaurado pelo modernismo, houve a sua inclusão “na história da literatura enquanto um de seus movimentos literários” (*idem*: 51), circunscrevendo os seus efeitos a esse domínio e reduzindo a sua relação com a língua nacional a questões tão somente estéticas.

Os modernos, assim como os românticos, continuaram a esforçar-se para diferenciar a língua do Brasil da língua de Portugal, propondo a sua aproximação da realidade cotidiana. No entanto, ao contrário do momento em que se deram as propostas românticas em relação à língua, quando são levantadas as questões colocadas pelos modernos, principalmente no que diz respeito à ortografia e à colocação pronominal, a língua nacional, a gramática e o Estado já estão instituídos. A literatura, então, não é mais o lugar onde são trabalhados os sentidos para a língua nacional, agora já há um lugar próprio (a gramática) e especialistas (os gramáticos) a quem compete essa função. O posicionamento linguístico do movimento modernista, desse modo, ao ser significado enquanto uma questão estética, distanciou-se da questão política da língua nacional, mas colaborou para o comparecimento no discurso gramatical daquilo que Agustini (2004) denomina *transbordamento de regras*, ou seja, o comparecimento de outras possibilidades de dizer além daquelas instituídas e legitimadas pela gramática sob o rótulo de *desvios estético-expressivos*.

Desse modo, articulando o que ocorreu com o movimento modernista à discussão que se deu em torno do nome da língua, podemos dar um passo adiante e afirmar que o insucesso dos partidários da mudança de nome da língua do Brasil para língua brasileira deveu-se ao então estado do processo de gramatização que se desenvolvia no Brasil desde meados do século XIX e que nesse momento já obtinha certa estabilidade.

### 3

## GARANTINDO O ESTADO E A LÍNGUA NACIONAL: FALAR PARA NÃO DEIXAR DIZER

### 3.1. Da instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira

*“O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou para não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio”.*

ORLANDI (2007a: 102)

É preciso aqui retomar alguns pontos sobre o que foi dito a propósito do processo de gramatização da língua portuguesa do Brasil no capítulo anterior. Como vimos, com a efervescência do movimento romântico e com o desenvolvimento do processo de gramatização brasileiro, surgiram as primeiras gramáticas que versavam sobre as especificidades da língua portuguesa do Brasil, usando fragmentos das obras românticas como exemplo. A gramática, enquanto objeto histórico que produz a realidade (imaginária) de uma língua homogênea, precisou, num primeiro momento, da literatura e do Estado para a instituição/legitimação da língua nacional, a qual se diferenciava da de Portugal devido às variedades de usos aqui encontradas. No entanto, como o processo de gramatização brasileiro atua sobre dois eixos: o da unidade e o da diversidade, as gramáticas ao produzirem essa realidade linguística (imaginária) funcionaram (e funcionam) como instrumento de estabilização, uma vez que pressupunham (e pressupõem) o estancamento da língua a ser gramatizada (PFEIFFER, 2001), apagando as outras variedades para que se produzisse (produza) a ilusão de unidade e (im)pondo uma “imutabilidade” à língua.

Com isso, as práticas linguageiras e seus sentidos passaram a se restringirem a um já-posto social e histórico específico (AGUSTINI, 2004) – o que (não) se pode e (não) se deve falar, assim como onde (não) se pode e (não) se deve falar, passou a estar predeterminado pela realidade linguística (imaginária) abalizada pela gramática e pelo Estado. Não podemos esquecer, contudo, que essa língua “homogênea” foi eleita dentre inúmeras variantes que, de certa forma, a constituem, ou seja, o que caracteriza a especificidade da língua portuguesa do Brasil é exatamente essa diversidade que a gramática pressupõe apagar; há um estado de tensão permanente entre a língua nacional (imaginária) e a língua portuguesa do Brasil (fluida). Daí dizermos que a política linguística implantada no Brasil é uma *política do silêncio* (ORLANDI, 2007a), pois ela se legitima ao silenciar aquilo que lhe é constitutivo.

Ao nomear-se a língua do Brasil como língua nacional, afasta-se, silencia-se as outras possibilidades de dizê-la, domestica-se o seu significado, unificam-se os seus sentidos e os sujeitos, atribuindo-lhes uma identidade (a nacional), que nada mais é do que a sua heterogeneidade constitutiva domesticada. O silenciamento, portanto, resultado da declinação política da significação, conforme Orlandi (*idem*: 53), não é uma “forma de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’”.

Quando a situação estabelecida entre gramática e literatura se inverte, a gramática passa a legislar sobre o fazer literário dos autores, classificando-os como bons ou maus escritores, sendo os primeiros os que transgridem as regras gramaticais por finalidade estético-expressiva e os segundos os que deturpam, na sua visão, a língua portuguesa (AGUSTINI, 2004: 49). O Estado passa, então, a precisar da gramática, pois ela, “enquanto um instrumento político, participa na continuidade do Estado vigente” (*idem: ibidem*).

É somente após essa inversão que se dá o segundo momento posterior à independência brasileira no que tange ao processo de gramatização ao qual nos referimos no capítulo anterior. Agora a Língua e o Estado já estão constituídos, mas ainda é preciso garanti-los. É nesse período que surge a necessidade de uniformização da nomenclatura (relação nome-nome) para que se possa afiançar a evidência das referências (unidade), da exterioridade produzida pela linguagem, através da tentativa de retenção dos outros sentidos (diversidade).

As gramáticas produzidas no final do século XIX e no início do século XX, como vimos, embora buscassem se distanciar do modelo português, recebiam forte influência das ideias científico-filosóficas e da tradição historicista que circulavam em outros países. Sendo assim, em decorrência das distintas filiações doutrinárias e de acordo com o ponto de vista pedagógico dos gramáticos, não tardou para que houvesse uma enorme profusão de nomes diversificados nos compêndios gramaticais, fato que, a partir de meados da década de 40 do século XX, passou a preocupar professores e principalmente os alunos que não sabiam qual terminologia adotar nos concursos oficiais prestados.

É preciso lembrar aqui que, assim como o evidenciamento das variedades de uso da língua, as filiações a distintas concepções teóricas (e, portanto, o emprego de diferentes nomes) justificavam-se devido à necessidade de constituição da língua do Brasil. Desse modo, quando a Língua nacional e o Estado estão constituídos, isso não pode mais ocorrer, porque se torna necessário promover a manutenção dos limites de nossa identidade a partir da sustentação da evidência da especificidade da língua portuguesa do Brasil, uniformizando, para tanto, os elementos que a subsidiam teoricamente.

A unificação e a simplificação da nomenclatura gramatical, então, sob o argumento de que a diversidade no que concerne à denominação dos mesmos fatos gramaticais problematizava o ensino de língua portuguesa no país, começou a despertar o interesse dos professores e estudiosos da língua portuguesa em geral. Dentre os acontecimentos que culminaram na instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959, estão as publicações de artigos e prefácios que denunciavam a problemática suscitada ao ensino em decorrência da falta de unidade da nomenclatura gramatical. Já em setembro de 1954, de acordo com Chediak (2003), o professor Modesto de Abreu publicava um artigo no periódico “Panfleto”, no qual, a partir da pergunta sobre quantas classificações pode ter um simples adjetivo numa frase quando analisado logicamente<sup>34</sup>, exemplifica a “*ideia de pandemônio*” provocada pela incoerência encontrada na terminologia gramatical de então (*idem*: 10-11)<sup>35</sup>.

Outro exemplo que denota o sentido de caos atribuído às terminologias gramaticais pré-NGB foi publicado em 1960, no livro intitulado *A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, por Chediak, que, a partir das respostas dadas em um concurso para ingresso na atual faculdade federal de odontologia do Rio de Janeiro, arrolou treze designações para o que hoje é denominado adjunto adnominal, a saber: 1) adjunto atributivo; 2) adjunto restritivo; 3) adjunto limitativo; 4) adjunto adjetivo; 5) adjunto determinativo; 6) adjunto demonstrativo; 7) adjunto determinativo demonstrativo; 8) complemento atributivo; 9) complemento restritivo; 10) complemento limitativo; 11) complemento adjetivo; 12) complemento qualificativo; 13) complemento do nome, não preposicionado (CHEDIAK, 1960: 88).

Tão importante quanto essas publicações foi a realização em 1956 do Congresso da Língua falada no Teatro em que se propôs, sendo considerada a pronúncia carioca “*a mais perfeita do país*” (CHEDIAK, 2003), que esta deveria ser usada também como língua-padrão no teatro<sup>36</sup>. Além disso, em uma das Atas deste Congresso a Comissão “C” deixou registrada a proposta para que a questão gramatical em geral, e especificamente a sua nomenclatura,

<sup>34</sup> Entende-se: sintaticamente.

<sup>35</sup> A construção do pré-construído – marca discursiva que evidencia um sentido “já-dito” – de desordem no que tange ao discurso gramatical pré-NGB antecede, na verdade, essa publicação. Conforme Baldini, em “50 palavras em 5” (2010. No prelo), em Nascentes (1921) já se depreendia esse sentido.

<sup>36</sup> Devemos aqui fazer algumas considerações. Ora, o teatro é veículo de cultura, e uma mesma peça pode viajar por todo país, de norte a sul, de leste a oeste. Note-se, então, aqui mais uma tentativa de homogeneização linguística, isto é, uma tentativa de silenciamento das variedades não consideradas perfeitas em prol da padronização da pronúncia. Segundo Mariani, em “Unidade idealizada na variedade concreta: censos linguísticos, congressos sobre a língua falada e normas da pronúncia padrão” (2010. No prelo.), já no discurso de abertura Celso Cunha diz que o então congresso irá se dedicar ao estudo da língua padrão, mas também dos falares regionais. De acordo com esta autora, “as oposições língua/falares e padrão/regional constroem a imagem dividida e hierarquizada da língua e contribuem para a construção de dois eixos: de um lado, a defesa da unidade linguística; de outro, a pouca ênfase na diversidade dialetal”. E ao lado da construção da ilusão de unidade linguística, tem-se, conforme Mariani (*idem*), a construção de uma imagem de nação igualmente unitária”.

fosse tratada em congresso ou reunião similar. Proposta esta que, por motivos burocráticos, conforme Chediak (*idem*), foi invalidada.

A ideia de unificação e de simplificação, no entanto, apesar da primeira frustração no Congresso realizado em 1956, não foi esquecida. Como Chediak (*idem*) nos relata, em abril de 1957, após mais um rotineiro expediente, no gabinete do então diretor Celso Cunha, essa questão foi retomada, e a Portaria, que foi assinada pelo ministro da educação Clóvis Salgado, foi expedida, designando os seguintes professores como membros da Comissão responsável pela elaboração do Anteprojeto: Antenor Nascentes, eleito o presidente da Comissão; Clóvis do Rego Monteiro; Celso Ferreira da Cunha; Carlos Henrique da Rocha Lima, eleito secretário e indicado relator; e Cândido Jucá (Filho) – todos professores catedráticos do Colégio Pedro II.

Quanto à diversidade terminológica encontrada nos manuais gramaticais deve-se aqui tecer um comentário. A Comissão responsável pela elaboração da NGB desde o início partiu do princípio de que as diferentes gramáticas à época abordavam os mesmos fatos gramaticais para os quais dariam diferentes nomes. Essa posição refletiu na nomenclatura oficial, cujo objetivo ficou sendo, então, acabar com a multiplicidade nomenclatural, adotando a designação que seria, conforme a comissão, a “mais simples” e “mais geral”, como podemos notar nas Normas Preliminares de Trabalho estabelecidas pelos membros da Comissão já na primeira sessão:

- I As deliberações seriam tomadas pelo voto da maioria;
- II A escolha de cada um dos nomes se fará depois de realizado o levantamento das várias designações correntes nas obras dos autores nacionais consagrados;
- III Tal seleção atenderá a tríplice aspecto: A exatidão científica do termo; A sua vulgarização internacional; A sua tradição na vida escolar brasileira.
- IV *Eliminar-se-ão as denominações múltiplas, optando-se por aquela que, além de mais simples, for de uso mais geral* (CHEDIAK, 1960: 11). [itálico meu]

Em consonância com o pensamento de Baldini (1999), a nosso ver, poder-se-ia pensar numa diferenciação na relação palavra-coisa decorrente das diferentes filiações doutrinárias e de fatores de ordem subjetiva assim como está pressuposto nas Normas Preliminares de Trabalho estabelecidas pela Comissão responsável pela elaboração da terminologia oficial, na medida em que cada doutrina significasse – interpretasse – o mesmo referente de forma diferente de acordo com a sua motivação ideológica. Do ponto de vista discursivo, o que se tem é um efeito de referencialidade – o referente é construído no e pelo discurso através dos

gestos de interpretação. Não há, portanto, e isto em função das formações imaginárias<sup>37</sup>, através das quais o sujeito significa o seu interlocutor, o referente e a si mesmo, uma relação óbvia entre palavra e coisa. Diante do objeto, o sujeito, condenado a significar, tenta apreendê-lo atribuindo-lhe sentido, mas, como o real é impossível de ser apreendido em sua totalidade, o que se tem é a produção de *uma* interpretação, a qual, por sua vez, é sempre regida pelas condições de produção específicas que lhe colocam como óbvios determinados sentidos. Voltaremos a essa questão no capítulo VI.

### 3.2. Do acontecimento ao silenciamento – a questão da autoria nas gramáticas dos séculos XIX-XX

“O silêncio que a NGB impõe é o silêncio da história da gramatização brasileira.”

BALDINI (1999)

Ao longo deste capítulo mencionamos algumas vezes a palavra *silêncio* ou a sua cognata *silenciamento*. É preciso agora entender melhor essa noção. Eni Orlandi, no livro intitulado *As formas do silêncio* (2007a), diferencia dois tipos de silêncio. O primeiro tipo de silêncio a que a autora se refere é o *silêncio fundador*, o qual, como vimos no capítulo II.2.1, caracteriza-se pela multiplicidade de sentidos e antecede a linguagem. O outro tipo de silêncio a que Orlandi se refere é a *política do silêncio*. Segundo Orlandi (*idem*), a política do silêncio subdivide-se ainda em a) *silêncio constitutivo* e b) *silêncio local*. O silêncio constitutivo refere-se à possibilidade de o sentido ser sempre outro. Por trás das palavras ditas há sempre outras palavras não ditas. A escolha de uma palavra em detrimento de outra é definida pela Formação Discursiva (FD)<sup>38</sup> em que o sujeito se inscreve por identificação. É este tipo de silêncio que promove o esquecimento nº 2 de Pêcheux, sobre o qual discorreremos no capítulo II.1. Já o silêncio local refere-se à censura, isto é, àquilo que numa dada conjuntura não se pode dizer, porque é proibido. Não nos aprofundaremos aqui nesse conceito. Mais adiante será necessário retomar a noção de censura, mas, por ora, a definição que aqui deixamos faz-se satisfatória. É antes preciso, no entanto, para entender o raciocínio que estamos desenvolvendo, trazermos um outro conceito: o de *acontecimento discursivo*.

Segundo Pêcheux (2006: 19), o acontecimento discursivo é o encontro de uma atualidade com uma memória, isto é, diante de um fato pontual (de um acontecimento

<sup>37</sup> As formações imaginárias são as imagens que os sujeitos projetam no discurso de si, do outro e do objeto. Voltaremos a esta noção mais adiante.

<sup>38</sup> Abordaremos esse conceito mais adiante.

histórico), há uma proliferação de discursos que, a partir de gestos interpretativos, visam significá-lo, filiando-o, para tanto, ao passado, aos outros sentidos que já fazem parte da memória discursiva. A partir dessa filiação e dos gestos de interpretação, tem-se, então, uma ebulição de sentidos a partir da qual se estabilizará um sentido dominante que passará a ser repetido, tornando-se evidência. É sob esse aspecto que consideramos a instituição da NGB um acontecimento discursivo e propomos aqui a sua correlação com o silêncio, mais especificamente com a política do silêncio.

A implementação da NGB em 1959 (acontecimento histórico<sup>39</sup>), ao silenciar determinados sentidos em prol de uma designação “mais simples” e “mais geral”, promoveu uma ruptura no discurso gramatical brasileiro que alterou as redes de filiações significativas, reorientando e estabelecendo novos limites para o discurso gramatical (acontecimento discursivo). O silêncio implantado pela NGB é, portanto, da ordem da censura, pois se trata de uma imposição, de um silenciamento, uma tentativa de controle dos sentidos que, sendo constitutivamente da ordem do ideológico, pressupõe o evidenciamento de um sentido uno, antagônico ao(s) silenciado(s)<sup>40</sup> e regula a relação do sujeito com o dizível.

A acontecimentalidade, conforme Guilhaumou (2009: 123), “engendra sentido”. O acontecimento, diz o autor, “é a própria origem do sentido, ele faz sentido” (*idem*: 130). A nosso ver, portanto, a NGB se configura enquanto um acontecimento discursivo porque ela coloca em questão a “reestruturação da memória discursiva e das relações de sentido que ela possibilita” (ZOPPI-FONTANA, 2003: 206). Tal reestruturação se dá a partir do jogo entre silenciamento e evidenciamento dos sentidos presentes na tradição gramatical pré-NGB. Lembremos aqui que, embora ser gramático no século XIX significasse assumir uma posição de autonomia diante da produção do saber metalinguístico, a produção desse saber se deu a partir da filiação ao modelo das gramáticas latinas (Cf. capítulo II. 1), às ideias científico-filosóficas em voga na Europa e aos estudos referentes à gramática histórica. Tais filiações, ainda que contribuíssem, a partir dos distintos gestos de interpretação, para a existência de divergências nomenclaturais, contribuíram também para a configuração de uma tradição de estudos gramaticais que passaram a constituir a memória do discurso gramatical e que, portanto, ainda que muitas vezes em movimentos independentes, já se inscreviam no

---

<sup>39</sup> O acontecimento histórico, que é significado pelo historiador, diferentemente do acontecimento discursivo, refere-se, conforme Dela Silva (2009), a um fato pontual, o qual devido a sua importância no cotidiano mundial passa a fazer parte da História, sendo, por isso, rememorado pelo povo cujo passado passa a integrar. Ainda de acordo com Dela Silva (*idem*), da perspectiva discursiva, o acontecimento histórico, uma vez que é da ordem da realidade, é passível de diferentes interpretações, o que pode produzir diferentes efeitos de sentido. O que nos interessa depreender, portanto, desta noção é a sua relação com a de acontecimento discursivo.

<sup>40</sup> Fruto de observações da apresentação de Carla Barbosa Moreira em Outubro de 2008 na UFF.



repetível. Havia, assim, já nessa época, até certo ponto, repetição de sentidos no que tange ao fazer metalinguístico do século XIX. No entanto, como nenhum ritual está isento de falhas (PÊCHEUX, 1997: 301), a ruptura com esse fazer do século XIX e a reestruturação da memória discursiva é possível e ocorre efetivamente com a implementação da NGB.

Diferentemente do que propomos aqui, Baldini (2009) caracteriza a NGB enquanto um *Discurso fundador* (ORLANDI, 2003). O Discurso Fundador, de acordo com Orlandi (*idem*), é uma ruptura que instaura uma nova ordem de sentidos, isto é, “ele cria uma nova tradição, ele ressignifica o que veio antes e institui aí *uma memória outra*” (*idem*: 13) [itálico meu], servindo-se, para tanto, dos sentidos que o precedem, do já-dito, para instalar o novo e, em seguida, desautorizar o sentido anterior. Essa é, segundo Orlandi (*idem*), uma de suas principais características. Ele se apropria do efeito de reconhecimento que estabelece com a memória a que se filia para ressignificá-la e produzir o diferente, instalando uma nova filiação e produzindo *sua própria memória*.

Para nós, como estamos tentando expor ao longo deste subcapítulo, a implementação da NGB não produz uma memória discursiva outra ou própria. Ao contrário, como vimos, ela coloca em funcionamento uma censura que impede que o sujeito se identifique a determinados sentidos que, assim como os sentidos legitimados, também fazem parte da memória do discurso gramatical. Há, portanto, a nosso ver, com a instituição da terminologia oficial, uma reestruturação da memória já existente, em que se estabelece aquilo que deve ser lembrado e dito, bem como aquilo que deve ser esquecido e não dito.

Em trabalho recente, Baldini (2010. No prelo) reviu o seu posicionamento e também passou a considerar a NGB enquanto um acontecimento discursivo. Segundo o autor:

Após a NGB, o discurso gramatical ganha uma consistência que impede o processo de autoria. Desse modo, o *acontecimento discursivo* que a NGB constitui é precisamente este: trata-se de um texto que se desvincula de seus criadores, que se impõe (pelo Estado, nesse caso) e que limita o acaso do discurso. Após a NGB, toda gramática deve citar e cita a NGB, ou melhor, tem como corpo de seu texto a NGB. (*idem, ibidem*) [itálico meu]

É nesse sentido que afirmamos anteriormente que a terminologia oficial regula a relação do sujeito com o dizível; ela se inscreve no repetível, na memória já existente, elegendo nesta uma região de sentidos possíveis. Tal região se coloca, devido ao efeito da censura sobre a qual discorremos acima, como a única memória possível (de ser lembrada, de ser dita) para o discurso gramatical pós-NGB, impedindo, assim, que o sujeito se identifique a outros sentidos. É preciso dizer que o sujeito a que nos referimos aqui não é o sujeito

empírico, mas a posição-sujeito projetada no discurso pelo imaginário, pelo simbólico, isto é, pela língua(gem)<sup>41</sup>.

Como vimos no capítulo anterior, o sujeito, diante de um objeto simbólico, é interpelado pela ideologia e se vê impelido a significar o mundo, as coisas, o seu interlocutor e a si mesmo. Desse modo, a partir daquilo que pressupõe que deva ser o papel desempenhado por alguém que fala daquele lugar social (o do gramático, por exemplo) e de acordo com as imagens que tem de seu interlocutor e do referente, assim como a que ele pressupõe que seu interlocutor tenha dele enquanto locutor que fala daquele lugar e do referente (PÊCHEUX, 1997), o indivíduo se projeta no discurso, tornando-se sujeito ao inscrever-se por identificação ideológica em uma determinada formação discursiva (FD) e assumir dentro desta formação uma determinada posição discursiva. Por isso, para a nossa análise não é a existência empírica do sujeito que importa ou o sentido “X” de suas palavras, pois, embora todas as palavras tenham uma memória discursiva (na qual um sentido hegemônico geralmente é a ela filiado, como no caso dos nomes legitimados pela NGB), elas são colocadas em funcionamento, isto é, tornam-se linguagem, em decorrência da determinação do sujeito pelas posições ideológicas em questão no processo sócio-histórico – o que torna possível que palavras iguais signifiquem diferentemente e que palavras diferentes tenham o mesmo sentido de acordo com a formação discursiva em que estão inscritas.

O homem, conforme Pêcheux (1997: 152), é um *animal ideológico* e, por isso, sempre está assujeitado a uma ideologia, com a qual pode se relacionar de diferentes formas<sup>42</sup>. As FDs são, desse modo, a materialização das formações ideológicas (FI) no discurso e determinam o que pode e deve ser dito, assim como o que não pode e não deve ser dito, de uma posição numa conjuntura dada. Não podem ser consideradas, todavia, como blocos homogêneos e bem limitados que funcionam de forma automática; conforme Orlandi (2007a), “a formação discursiva é heterogênea em relação a ela mesma, pois já evoca por si o ‘outro’ sentido que ela não significa” (*idem*: 21). A possibilidade de deslizamento dos sentidos, isto é, a possibilidade de um sentido outro, advém justamente dessa sua fluidez, das suas contradições constitutivas, das contínuas configurações e reconfigurações por que passam e do relacionamento constante entre uma FD e outra, seja este relacionamento marcado pelo embate ou pela aliança. São ainda essas características que tornam possível ao sujeito

---

<sup>41</sup> Lembramos aqui as palavras de Indursky (2006: 122): “É na ordem da língua que se dá o encontro entre sujeito e história e é neste encontro que se dão os debates/embates e se constituem as diferentes subjetividades que vão se inscrevendo e/ou se reinscrevendo na ordem deste discurso (...)”.

<sup>42</sup> Mais adiante abordaremos as modalidades de posicionamento ideológico.

inscrever-se alternadamente em mais de uma FD e assumir mais de uma posição discursiva, o que nos permite dizer que todo texto é uma dispersão de sujeitos.

Vale lembrar que, para Pêcheux (1997), a identificação do sujeito com uma determinada FD se dá pelo viés da Forma-Sujeito que a organiza. A forma-sujeito, conforme Pêcheux (*idem*), é o que permite que todo indivíduo humano, social, se torne agente de uma prática. Segundo este autor, citando Althusser, a forma-sujeito é, portanto, “a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ALTHUSSER *apud* Pêcheux, *idem*: 183, nota 31).

Indursky (2006-2008), lendo Pêcheux, irá dizer que toda forma-sujeito é fragmentada, uma vez que é composta por diferentes posições discursivas. Em decorrência dessa constatação, e em consonância com o que postula essa autora, podemos fazer três afirmações:

(1) é a partir da fragmentação da forma-sujeito que podemos depreender a possibilidade de falha no ritual<sup>43</sup>;

(2) a heterogeneidade da formação discursiva decorre da fragmentação da forma-sujeito, isto é, “a Formação Discursiva, organizada por uma Forma-Sujeito fragmentada, resulta num domínio de saber altamente heterogêneo, onde se inscrevem muitas e diferentes posições-sujeito” (INDURSKY, 2006:128); e

(3) tal fragmentação impede que o sujeito se identifique diretamente à totalidade dos saberes de uma FD, a sua identificação passa a ocorrer, então, em relação aos saberes emanados por uma determinada posição-discursiva para que, através desta, ele se relacione à forma-sujeito e à FD por ela organizada.

Mais adiante iremos retornar aos quadros propostos por Pêcheux (1997) e por Indursky (2006-2008), por ora basta considerarmos que, conforme já havíamos visto em Orlandi (2007a), toda FD é constitutivamente heterogênea e, por isso, mesmo quando inscritos numa determinada FD, os sujeitos podem se identificar a saberes oriundos de outras FDs. Em outras palavras, levando-se em consideração que as FDs equivalem a domínios de saber, os quais, por sua vez, são constituídos por enunciados discursivos, que, “representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente” (INDURSKY, 2008: 11), podemos afirmar que a sua heterogeneidade constitutiva é o que mantém as suas fronteiras “suficientemente porosas” (*idem*: 17), de modo que saberes provenientes de outras FDs possam ser articulados pelos sujeitos da enunciação. Segundo Indursky (*idem*), é em decorrência dessa porosidade fronteira característica de toda e qualquer FD que

---

<sup>43</sup> Lembramos aqui a citação que fizemos mais acima de Pêcheux quando este afirma que não há ritual sem falhas.

seu domínio de saber é frequentemente atravessado/invadido por saberes provenientes de outras formações discursivas, de outra forma-sujeito, de outras posições-sujeito, comportando, por conseguinte, igualdade, mas também diferença e divergência, sendo, pois, a contradição o que se instaura aí em lugar de igualdade de sentidos e unidade do sujeito. (*idem: ibidem*)

Assim sendo, e dando um passo adiante no que concerne à noção de formação discursiva, iremos caracterizá-las, segundo Orlandi (2007c), “como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (*idem: 43*). O interdiscurso é um conceito caro à AD e, por consequência, à nossa análise. Ele é um arquivo de tudo aquilo que já foi dito<sup>44</sup> e, por isso, é condição *sine quan non* para que novos dizeres sejam formulados. É pensando a sua relação com as formações discursivas que, a partir de Nunes (2006), afirmamos a estratificação do interdiscurso. O interdiscurso é estratificado, pois é composto por várias formações discursivas, as quais, como vimos, podem relacionar-se de formas distintas. E é pensando na sua relação com o intradiscurso, com o nível da formulação, que destacamos o “fato de que o interdiscurso constitui o discurso, inserindo-se nele” (NUNES, *idem: 25*). Isto é, o fato de existir um já-dito é o que torna possível todo dizer. E é nesse sentido que afirmamos, com Orlandi (*idem*), que o plano da constituição interfere no plano da formulação, que o interdiscurso interfere no intradiscurso:

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). (ORLANDI, *idem: 33*)

Desse modo, quando dizemos que o silêncio imposto pela NGB regula a relação do sujeito com o dizível, referimo-nos ao fato de ele funcionar como uma proibição que impossibilita que o sujeito filie-se a determinadas redes de sentidos do interdiscurso, que impede que ele se inscreva numa determinada formação discursiva e que, portanto, coloca em questão o processo de identificação/subjetivação, ao restringir, ou pelo menos modificar, a função do gramático enquanto autor de compêndios gramaticais.

A censura, conforme Orlandi (2007a), não é da ordem da constituição, mas da formulação, ela não age sobre a memória do dizer, e sim sobre aqueles sentidos que poderiam ser ditos (que um dia já foram ditos, neste caso), mas foram proibidos. Por isso, dissemos que a NGB não funda uma memória outra, mas promove a reorganização da memória já existente,

---

<sup>44</sup> Deve-se enfatizar aqui que este arquivo, ao contrário dos arquivos institucionalizados, é composto tanto pelo que deve ser dito e lembrado quanto pelo que não deve ser dito e esquecido. Trata-se, portanto, de uma memória constitutiva, na qual se dá “o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo)” (ORLANDI, 2007c: 48). Voltaremos a essa questão mais adiante.

elegendo os sentidos que serão lembrados e os que serão esquecidos. O silêncio local diz respeito, então, nas palavras de Orlandi (2007a), à:

(...) interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede os sujeitos de ocuparem certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. Desse modo, impede-se que o sujeito, na relação com o dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelas quais ele se apresenta como (socialmente) responsável, como autor (*idem*: 104).

Há duas palavras-chave para a nossa análise no inserto acima: autor e identidade. A noção de autoria trabalhada pela AD foi apreendida a partir da proposta de Foucault (2007), para quem há mecanismos internos de exclusão, tais como o comentário<sup>45</sup> e o autor, que são observados quando os discursos eles mesmos exercem seu próprio controle, “a título de princípio de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, dessa vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (*idem*: 21).

Para a AD, assim como para Foucault (*idem*), o autor pode ser entendido como um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (*idem*: 26), mas, distanciando-se da proposta deste, na nossa análise a autoria não se restringe a ocasiões especiais em que se dá uma enunciação original; em AD, existe autoria sempre que um sujeito se coloca (supõem estar) na origem do dizer, produzindo um texto com unidade, coerência, não-contradição e fim. Em nossa perspectiva, portanto, a autoria é uma função exercida pelo sujeito discursivo que se distingue da posição de enunciador.

De acordo com Orlandi (2007c: 97), “o que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor, o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Como, naquilo que lhe faz sentido, ele faz sentido. Como ele interpreta o que o interpreta”. Desse modo, conforme Medeiros (2003):

Se não é possível sentido sem sujeito, se não é possível dizer sem significar, se a interpretação é da ordem da significação, a função-autor também é tomada como uma injunção ao dizer e à interpretação (*idem*: 74).

Chegamos a um ponto crucial em relação à noção de autoria. Em AD, quando se fala em autor, não se está pensando em traços característicos da subjetividade ou da identidade do

---

<sup>45</sup> Discorreremos sobre essa questão mais adiante.

autor “y” ou “x”. A função-autor é uma injunção ao dizer, ou seja, o sujeito se vê impelido a se tornar autor e, portanto, a interpretar. A autoria caracteriza-se, assim, por um gesto interpretativo, o qual evidencia um lugar, uma posição discursiva, e não uma subjetividade. O sujeito, como vimos, subjetiva-se, isto é, se significa ao identificar-se com determinados sentidos, ao inscrever-se em determinadas formações discursivas, mas esse processo lhe passa despercebido. A identidade, nessa perspectiva, será, então, “esse processo de apagamento do processo de identificação considerado como processo de interpelação do indivíduo em sujeito” (*idem*: 46). Trata-se, pois, de um apagamento necessário, uma vez que a ilusão de identidade é justamente o que possibilita a identificação ideológica do sujeito; em outras palavras, é uma construção imaginária que silencia ou evidencia sentidos para a função-autor de compêndios gramaticais, por exemplo.

Como vimos, a independência foi um acontecimento histórico fundamental para o desenvolvimento do processo de gramatização brasileiro. Os gramáticos do século XIX, ao deslocarem o local de produção do saber sobre a língua de Portugal para o Brasil, fazem de suas gramáticas o lugar onde é trabalhada a relação dos cidadãos brasileiros com sua língua e assumem uma posição de autoridade em relação ao estabelecimento das especificidades do português-brasileiro. A construção da (ilusão de) unidade linguística e dos saberes metalinguísticos, como a gramática, constituem, então, nesse momento em que se prega a ruptura com Portugal, os alicerces para a formação do Estado brasileiro, pois asseguram a nossa identidade nacional. Desse modo, conforme Orlandi (2002):

O surgimento da posição-autor *gramático brasileiro* produz um conhecimento linguístico legítimo da língua que corresponde a um gesto de apropriação da própria língua, e legitima a relação do brasileiro com a escrita. Ao assinar a gramática, os gramáticos brasileiros, no século XIX, tomam posição no movimento social de construção da história brasileira na formação do Estado, na organização da sociedade brasileira com suas instituições em que as do saber ocupam um lugar importante e, finalmente, assumem uma posição na história das ideias (*idem*: 192). [itálico da autora]

Com a instituição da NGB, no entanto, o papel assumido pelo gramático se altera. As gramáticas do século XIX responsáveis pela produção de um saber sobre a língua são, devido à diversidade terminológica, desautorizadas pelo Estado, e os gramáticos perdem o lugar de autor que tinham no século XIX, isto é, a produção do saber científico sobre a língua deixa de ser de sua competência, e a autoria nos compêndios gramaticais passa a funcionar de outra forma.

Segundo Baldini (1999), há dois momentos no que diz respeito à função do autor no período pós-NGB: um primeiro momento de interpretação da nomenclatura – período em que

os gramáticos buscam dar sentido à terminologia oficial, submetendo-se à proposta do Estado e restringindo-se a comentá-la – e um segundo momento de repetição – uma vez que os sentidos já estão instituídos, resta ao gramático repeti-los. Para melhor entendermos a divisão periódica proposta por Baldini (1999), retomamos aqui a definição de acontecimento discursivo em sua relação com a implementação da terminologia oficial. Dissemos anteriormente que, diante do fato novo (a NGB), há uma proliferação de discursos que a partir de gestos interpretativos visam significá-lo (período interpretativo), filiando-o, para tanto, ao passado, aos outros sentidos que já fazem parte da memória discursiva (lembramos aqui que os nomes legitimados pela NGB já faziam parte da memória do discurso gramatical). A partir dessa filiação e dos gestos de interpretação, tem-se, então, uma ebulição de sentidos (interpretações distintas) a partir da qual se estabilizará um sentido uno que passará a ser repetido (período de repetição), tornando-se evidência.

O nosso trabalho incide, portanto, sobre o primeiro período proposto por Baldini (*idem*). Durante esse período, conforme esse autor, além da realização de concursos de interpretação da NGB, há uma abundância de publicações que visam atribuir sentido ao “vazio” – ou melhor, ao silêncio – implantado pelos nomes propostos pela nomenclatura oficial, comentando-a, explicando-a e exemplificando-a – como a do próprio presidente da Comissão, Antenor Nascentes, *Curso de português em conformidade com a nova nomenclatura gramatical brasileira*, e também as sete gramáticas que compõem o nosso *corpus* principal. Nesse momento, no entanto, surgem também publicações que visam deslegitimar o discurso da NGB. Na verdade, essa tentativa de deslegitimação do seu discurso precede a sua publicação e evidencia a polêmica instaurada a partir do momento em que se deu a sua formulação. Este é o caso, por exemplo, do livro do professor Cândido Jucá (Filho), também membro da Comissão, *132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*<sup>46</sup>, que foi publicado antes mesmo de o Anteprojeto ser aprovado e enviado ao ministro.

Apesar dessas polêmicas, a NGB, passado esse período interpretativo, estabilizou-se, isto é, naturalizou-se como a única memória possível para o discurso gramatical brasileiro. De fato, o poder coercitivo engendrado pela terminologia oficial é tal que hoje há um efeito de colamento entre nome e referente. Pergunte, por exemplo, a qualquer um estudante brasileiro quais são os tipos de complementos verbais encontrados na voz ativa. A resposta será

---

<sup>46</sup> A versão primeira deste livro foi enviada à Comissão responsável pela elaboração da terminologia oficial sob a forma de correspondência e faz parte do nosso *corpus* secundário.

imediate: objeto direto e objeto indireto. Apagam-se os outros sentidos, apaga-se o processo de naturalização desses sentidos e tem-se apenas a evidência.

A NGB, portanto, ao iniciar o processo que evidenciou determinados sentidos e silenciou outros, fundou uma *memória coletiva*<sup>47</sup>, que se estabelece até hoje através da repetição dos sentidos instituídos no período interpretativo, “inaugurando um saber discursivo que passa a ser a referência para que a terminologia faça sentido” (BALDINI, 1999: 81).

Em outras palavras, a instituição da NGB fez surgir uma nova subjetividade para os gramáticos, ao instaurar uma nova formação discursiva dominante, na qual os sujeitos passaram a se inscrever, uma vez que não era mais possível, por diversos motivos, como veremos mais adiante, identificarem-se aos saberes legitimados pelas FDs anteriores. Trata-se, pois, de uma ruptura radical e definitiva: a implementação da NGB promoveu o impedimento no processo de identificação por parte dos sujeitos gramáticos em relação às FDs anteriores e aos saberes legitimados por elas, fazendo com que eles migrassem para a FD pós-NGB. Dissemos anteriormente que o sujeito, ao ser interpelado pela ideologia, identifica-se a uma FD atribuindo sentido a si mesmo e ao mundo. Aqui o sujeito, antes inscrito em uma FD e, portanto, identificado aos seus saberes, desidentifica-se desta para identificar-se a outra. É muito importante frisar que essa desidentificação só ocorre, quando, conforme Indursky (2008), o sujeito já está, de forma inconsciente, identificado a outro domínio de saber, isto porque, sendo o homem, como dissemos anteriormente, um *animal ideológico* (PÊCHEUX, 1997: 152), ele “sempre está identificado a alguma ideologia, seja ela qual for” (INDURSKY, 2008: 15).

A instauração de uma nova FD dominante (FD pós-NGB) implica, portanto, a reorganização dos saberes já existentes e também a produção de uma nova forma-sujeito. Ou seja, com a instituição da NGB, a memória do discurso gramatical brasileiro é reestruturada e, em decorrência dessa reestruturação, tem-se a restrição do movimento de autoria dos sujeitos gramáticos. A terminologia oficial passa a legislar sobre o fazer gramatical determinando os nomes que não podem e não devem comparecer nas gramáticas e também aqueles que podem e devem nelas comparecer.

É preciso lembrar, no entanto, que os sentidos não brotam do nada. Desse modo, os saberes (re)produzidos pela FD instaurada com a instituição da NGB para fazerem sentido, a

---

<sup>47</sup> Não se deve confundir *memória coletiva* com *interdiscurso*. Este é um arquivo de tudo aquilo que já foi dito, ao passo que aquela diz respeito à memória oficial, legitimada, institucionalizada. De acordo com Orlandi (2007b: 96), a memória coletiva é gerida pelos aparelhos de poder de nossa sociedade. Ainda segundo esta autora, nesta memória há uma divisão do trabalho social da leitura, isto é, a partir da administração desta memória, “dividem os que estão autorizados a ler, a falar e a escrever (os que são intérpretes e autores com obra própria) dos outros, os que fazem os gestos repetidos que impõem aos sujeitos seu apagamento atrás da instituição. (...) Os sentidos não estão soltos, eles são administrados”.



partir dos gestos interpretativos, são filiados à memória do discurso gramatical brasileiro antecedente. Com isso, ambas as FDs, as que compunham a memória pré-NGB e a então instaurada FD pós-NGB, passam a fazer igualmente parte desta memória, isto é, do interdiscurso. Porém, o funcionamento destas distingue-se: as FDs pré-NGB estão censuradas, o que significa que os sujeitos gramáticos estão impedidos de inscreverem-se nela; já a FD pós-NGB constitui a memória coletiva, oficial, legitimada e imposta pelo Estado e pelas práticas discursivas. A esta FD os sujeitos-gramáticos podem e devem filiar-se, mas, como veremos adiante, também podem resistir, questionar e fugir.

A partir desses conceitos – acontecimento, censura, interdiscurso e memória coletiva –, podemos pensar também a questão da autoria que colocamos anteriormente. Dissemos que após a instituição da NGB houve uma ebulição de gestos interpretativos que visavam dar sentido ao silêncio imposto pela nomenclatura. Isso porque, como se sabe, a nomenclatura é uma lista de nomes cuja definição compete ao gramático. Estes nomes, no entanto, como vimos em III.1, foram depreendidos a partir de uma tradição que vinha mostrando-se insustentável devido à diversidade de nomes que se pressupunha designar o mesmo referente. Optou-se, então, por aqueles que fossem, conforme estipulado nas normas preliminares de trabalho, “mais exatos”, “mais vulgarizados”, “mais tradicionais”, “mais simples”, “mais gerais”<sup>48</sup>, instituindo, assim, uma nova memória coletiva, uma nova tradição da qual estavam excluídos (proibidos, desautorizados, deslegitimados) os nomes que não comparecessem na terminologia oficial.

A terminologia que comparece na NGB, como dissemos, já pertencia à memória do discurso gramatical e, por isso, já possuía sentido(s) de acordo com as formações discursivas em que estava inscrita. Daí dizermos, com Orlandi (2002) e Baldini (1999), que a NGB regula a relação do sujeito com o dizível e modifica o papel do gramático enquanto autor, pois, além de interditar determinadas regiões de sentido, impedindo que o sujeito se filie a determinadas formações discursivas e se coloque como responsável por determinados sentidos, o papel que ela destina a ele – definir e exemplificar a sua lista de nomes – está também de certa forma limitado pelos sentidos que já compunham a memória do discurso gramatical. Porém, ainda que os termos instituídos pela NGB possuam essa memória, durante o período interpretativo, a partir de inscrições em diferentes formações discursivas, podem/poderiam ter sido atribuídos novos sentidos a eles, os quais, posteriormente, podem/poderiam tornar-se

---

<sup>48</sup> Lembremos: de acordo com as normas preliminares de trabalho, a seleção dos nomes “atenderá a tríplice aspecto: A exatidão científica do termo; A sua vulgarização internacional; A sua tradição na vida escolar brasileira”, eliminando-se “as denominações múltiplas, optando-se por aquela que, além de mais simples, for de uso mais geral” (CHEDIAK, 1960: 11). [grifos meus]

evidências. Desse modo, devido à (re)significação de uns nomes e o silenciamento de outros, a partir do evidenciamento dos sentidos instituídos/legitimados na e pela NGB, a memória do discurso gramatical é reestruturada, criando-se no interdiscurso uma outra região de sentidos que diz respeito ao discurso gramatical pós-NGB (FD pós-NGB). A memória instaurada a partir da NGB coloca-se sobre a memória do discurso gramatical que a antecede, sustentando-se sobre esta e pressupondo a sua estagnação e o total controle dos seus sentidos, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, significa-se a partir dos sentidos que constituem essa memória antecedente.

A NGB, desse modo, caracteriza-se como um *discurso sobre* o discurso gramatical (BALDINI, 1999), porque organiza, disciplina e (se sustenta sobre a ilusão de que) reduz a memória discursiva, instituindo sentidos e transformando-os em evidências. É necessário lembrar aqui que, embora a NGB tenha sido elaborada por uma Comissão composta por catedráticos, para que se legitime enquanto discurso oficial, ela teve, conforme Baldini (*idem*), sua autoria e as condições históricas em que foi produzida apagadas, tornando-se *A Gramática*, isto é, tudo o que pode ser dito sobre a Língua Portuguesa do Brasil. Desse modo, se as gramáticas são, conforme Baldini (*idem*), um discurso sobre a língua em primeiro nível, as nomenclaturas se apresentam como um discurso sobre o discurso gramatical e, portanto, sobre a metalíngua, e como um discurso de segundo nível limitam o papel de autoria dos gramáticos, pois, como vimos, estipulam o dizível e o indizível.

O silêncio imposto pela NGB, então, funciona diferentemente em cada um dos períodos que sucedem a sua implementação. Ela, no primeiro momento, censura certos nomes (silêncio local) e institui outros, os quais devolve aos gramáticos para que sejam (re)significados, mas, a partir do momento em que se tem a (a ilusão de) estabilização do movimento dos sentidos, ela opera a legitimação das evidências de modo a criar a impressão de que os sentidos só poderiam ser aqueles (silêncio constitutivo).

A censura, apesar disso, não para. Como dissemos, este silêncio é da ordem da formulação; não interfere, portanto, na memória do dizer. Os sentidos presentes no discurso gramatical anterior à NGB que foram silenciados, embora não façam parte oficialmente da memória instaurada pós-NGB, continuam a fazer parte da memória do discurso gramatical. Além disso, “como todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (ORLANDI, 2007a: 12) – e essa é uma questão, como vimos, intrínseca à própria noção de formação discursiva –, o não-comparecimento no discurso oficial dos sentidos proibidos garante a manutenção da ilusão de unidade dos estudos gramaticais e, portanto, da língua nacional necessários aos objetivos do Estado: trabalhar as especificidades da língua portuguesa do

Brasil de modo a constituí-la como língua única e nacional, sustentando o seu afastamento do português-europeu e, conseqüentemente, de Portugal; mas, conforme Orlandi (*idem*: 13), não impede o seu reaparecimento em outros lugares – os sentidos silenciados não param, apenas mudam de caminho.

Pensando na relação entre o gesto de autoria e a noção de silêncio sobre os quais discorremos anteriormente, empregaremos, assim como Baldini (1998-1999), a definição de comentário de Foucault (2007) para caracterizar as gramáticas publicadas no período interpretativo. A luz do pensamento desse autor, podemos afirmar que há um desnível entre o primeiro texto, a NGB, e os textos segundos, as gramáticas publicadas posteriormente, que desempenha dois papéis solidários e paradoxais. Ao mesmo tempo em que há “uma possibilidade aberta de falar” (*idem*: 25) que se funda em decorrência do seu estatuto sempre reatualizável e do sentido múltiplo ou oculto que perpassa o texto primeiro, os comentários estão fadados a repetir o texto que comentam. O comentário, diz Foucault (*idem*):

não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* aquilo que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro* (...), dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (...) O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permitindo-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. (...) O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta (*idem*: 25-26). [itálicos do autor]

As gramáticas interpretativas, portanto, repetem os termos instituídos pela NGB, a partir da sua filiação à memória discursiva, ao interdiscurso, (re)significando-os, conforme a formação discursiva a que se filiam — no caso a FD pós-NGB —, e operando, a partir disso, o seu evidenciamento. Esta repetição a que nos referimos não representa mero exercício mnemônico, mas se caracteriza pela inscrição do dizer no repetível, ou seja, no interdiscurso. Só é passível de ser dito aquilo que é passível de ser repetido, isso porque, quando se trata de *repetição histórica* (ORLANDI, 2007b: 70-71), o que está em jogo é a questão da interpretação. “Para que uma palavra faça sentido é preciso que ela tenha sentido” (*idem, ibidem*) — daí a necessidade de filiar os nomes instituídos pela NGB à memória antes de (re)significá-los.

No que tange às gramáticas que foram publicadas após a NGB, essa relação entre texto primeiro e comentário se materializa na maioria das vezes já nos seus títulos. O caso mais flagrante da aquiescência à proposta oficial é observado em Kury. Em sua *Pequena Gramática para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical (com exemplificação e trazendo a equivalência dos nomes que foram substituídos; seguida de um índice remissivo*

*alfabético*, a adesão à NGB é declarada desde o título: o objetivo de sua *Pequena Gramática* é justamente *explicar* “TODOS OS NOMES contidos na NGB”, como se pode ver na sequência abaixo que recortamos de seu prefácio:

Na sua forma definitiva, é a NGB um esqueleto; e a finalidade deste livrinho é torná-la corpo. Arrostando os óbices quase intransponíveis da tarefa – a NGB é necessariamente parca de esclarecimentos, na sua segura enumerativa – animados do desejo de levar aos colegas que vivem menos em contato com o meio filológico dos grandes centros (...) buscamos, valendonos das obras dos grandes Mestres, conceituar e exemplificar TODOS OS NOMES contidos na NGB, explanando, sempre que necessário, as razões de sua preferência a esta ou aquela denominação, e apondo, na maior parte das vezes sob a forma de ‘observações’, os nomes substituídos (...). (KURY, 1959: 13-14) [grifo do autor]

Nas outras gramáticas que compõem o nosso *corpus* principal, como veremos no próximo capítulo, a aquiescência à proposta oficial se dá de outra forma.

## 4

**DO LUGAR DA GRAMÁTICA E DA LINGUÍSTICA NO SÉCULO XX**

*“A relação com a história é dupla: o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se para o ‘futuro’, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos”.*

ORLANDI (2008: 42)

Do século XIX, quando surgiram as primeiras gramáticas engajadas em descrever as especificidades da língua portuguesa do Brasil, até meados do século XX, o nome do autor era, como vimos no capítulo III.2, o que garantia a credibilidade dos compêndios gramaticais. Os gramáticos eram, naquele momento, os responsáveis pela produção de um saber linguístico legítimo sobre a língua; e a gramática acumulava três funções: era um instrumento pedagógico (produzindo nas escolas o efeito de homogeneidade linguística), intelectual (no que diz respeito à produção do saber metalinguístico a partir das diferentes concepções doutrinárias) e político (atuando ao lado do Estado no processo de afirmação da identidade nacional). Porém, com a instituição da NGB e com a projeção da ciência Linguística no Brasil, em meados da década de 60 do século XX, o discurso gramatical passou a ser controlado pelo Estado, as gramáticas em conformidade com os modelos do século XIX foram deslegitimadas, e os gramáticos foram destituídos da sua posição de autor tal como era concebido até então. A NGB, ao estabelecer limites para o dizível, segundo Agustini (2004), apagou a autoria da gramática do modo como era compreendida e produziu um efeito de universalização das regras e, conseqüentemente, do discurso da gramática.

A implementação da NGB, então, não só alterou a função do gramático enquanto autor, uma vez que este passou a se submeter as suas predeterminações, mas também asseverou, conforme Baldini (1998), a distinção entre os papéis do gramático e do linguista ao transferir o conhecimento que aquele detinha sobre a língua para este. Criaram-se, com isso, lugares distintos para a circulação do saber linguístico: um lugar de legitimação em que se passou a constituir o saber científico sobre a língua, a Linguística, e um lugar de aplicação desse saber, em que se deu a formulação de uma política linguística através do ensino, a Gramática.

A Linguística, com isso, passou a produzir o efeito de conhecimento sobre a língua que as gramáticas do século XIX produziam, e a gramática passou a submeter-se ao conhecimento da Linguística para poder legitimar a presença na textualidade gramatical daquilo que ali não deveria/poderia comparecer, porque contradizia/contradiz a sua memória

institucionalizada, porque era/são proibidos. Terminamos o capítulo anterior dizendo que não há nenhuma censura que seja completamente eficaz e que os sentidos silenciados resistem e acabam de alguma forma retornando. A Linguística passa a ser, então, sob a égide do discurso científico, segundo Agustini (2004), o argumento (ou um dos argumentos) que vem corroborar esse tipo de comparecimento<sup>49</sup>.

Até que essa distinção entre o lugar da Gramática e o da Linguística se completasse, no entanto, houve um período de desestabilização dos sentidos, em que os sujeitos e os saberes referentes a cada um desses campos precisaram ser (re)significados. Em outras palavras, o que tentaremos demonstrar neste capítulo é que, assim como após a implementação da NGB foi preciso haver um período de interpretação para que houvesse a estabilização dos sentidos legitimados pela terminologia oficial, os sujeitos da enunciação colocados em questão a partir do acontecimento discursivo – isto é, a partir da instituição da NGB –, bem como os saberes de cada campo com o qual os sujeitos passaram a se identificar, também não estavam já constituídos (GUILHAUMOU, 2009). Isso porque, como vimos, sujeitos e sentidos constituem-se simultaneamente; o sujeito se significa à medida que atribui sentido ao mundo a sua volta. Assim é que, como veremos adiante, a partir da análise dos títulos das gramáticas que compõem o nosso *corpus* principal, podemos evidenciar a tensão que se deu nesse período, com a implementação da NGB e com a assunção da ciência Linguística, entre o fazer expositivo e o fazer normativo.

#### 4.1. *De acordo com* e o discurso científico

*“L’explicitation progressive de l’image de l’Etat s’accompagne de la caractérisation de la question linguistique comme une question scientifique.”*

ORLANDI (apud Baldini, 1999: 81)

Segundo Baldini (1999), de forma geral, as gramáticas publicadas antes da NGB, com exceção daquelas cujos autores já haviam falecido, após a sua implementação, foram revisadas e adaptadas – este foi o caso das gramáticas de Napoleão Mendes de Almeida e de Rocha Lima –, e as que surgiram em seguida já levavam em consideração as suas exigências. A partir de então, a adesão à terminologia oficial passou a se materializar, como forma de evidenciar a atualidade dos compêndios, após os títulos, com o sintagma *de acordo com a*

---

<sup>49</sup> Cf. Capítulo V.6 e VI.

*nomenclatura gramatical brasileira*. Este sintagma, ou paráfrases dele<sup>50</sup>, comparece após o título de todas as gramáticas que compõem o nosso *corpus* principal, exceto na de Rocha Lima, em que a adesão à nomenclatura oficial é declarada apenas no prefácio<sup>51</sup>. Conforme destaca Baldini (*idem*), as gramáticas que não passaram por essas transformações tornaram-se obsoletas, e os gramáticos de referência na época que não adequaram as suas obras acabaram sendo esquecidos<sup>52</sup>.

Este sintagma, portanto, marca um *antes* e um *depois* do discurso gramatical. Um *antes* em que se evidencia uma situação de caos, de desorganização, de descontrole dos sentidos; e um *depois* em que se pressupõe unidade, organização, controle dos sentidos. *Estar de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira* significa, como vemos no prefácio de Torres, estar de acordo com o “progresso da ciência da linguagem” (TORRES, 1965: 9), progresso este que se materializa no título das gramáticas de Torres e de Bechara a partir do adjetivo *moderna* (*Moderna Gramática expositiva da língua portuguesa – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira* e *Moderna gramática portuguesa: curso médio com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira*, respectivamente).

O vocábulo *moderna*, assim como o sintagma *de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira*, reforça a ideia de oposição do discurso gramatical pós-NGB ao que se localiza cronologicamente antes da NGB, ou seja, ao que é posto como ultrapassado, desatualizado. Segundo Baldini (1998-1999), a esta época, o Estado brasileiro se consolidava cada vez mais e se legitimava através das políticas linguísticas que se faziam sobre a égide do discurso científico. O discurso da ciência, então, é o que nesse momento dá legitimidade à proposta do Estado. Assim é que já nas Normas Preliminares de Trabalho estabelecidas pela comissão responsável por elaborar o projeto da NGB também se lançava mão da ciência como argumento. Para que um nome fosse adotado, como vimos em III.1, devia ser levada em consideração a sua “exatidão científica” (CHEDIAK org., 1960: 11).

É preciso enfatizar, no entanto, que, o alto poder coercitivo exercido pela NGB, isto é, o fato de já em seus títulos e prefácios as gramáticas anunciarem que repetem/comentam o texto primeiro, não impede, conforme podemos depreender a partir de Foucault (2007) e em consonância com a noção de silêncio que apresentamos anteriormente, que os sentidos silenciados compareçam como forma de resistência à imposição da NGB. Isso porque não há

<sup>50</sup> Em Bechara temos: com base na nomenclatura gramatical brasileira.

<sup>51</sup> É preciso lembrar aqui que a gramática de Rocha Lima, assim como a de Almeida, já existia antes da NGB. Tanto uma como outra, embora tenham sido adaptadas à terminologia oficial, mantiveram o mesmo nome, mas Almeida, ao contrário de Rocha Lima, adotou o sintagma *de acordo com*.

<sup>52</sup> Este é o caso de Eduardo Carlos Pereira cuja gramática, de acordo com Baldini (1999), tinha o maior número de edições e de leitores até a implementação da NGB. O seu falecimento impediu a adequação de sua gramática, a qual, por isso, desapareceu gradativamente.

censura completamente eficaz (ORLANDI, 2007a), o que não é dito durante a censura, como veremos adiante, de algum modo se faz significar, o que nos leva a concluir que: “Os processos de significação não estacionaram, os sentidos proibidos não desapareceram (...). Se, como se sabe, o poder invade tudo, a resistência (...) também está por toda parte e os sentidos vazam por qualquer espaço simbólico que se apresente. Eles migram” (*idem*: 129).

#### 4.2. Entre o *expor* e o *normatizar*, o deslize

No subcapítulo anterior, vimos como a adoção da NGB se fez significar nos títulos das gramáticas publicadas após a sua instituição. Vimos também que, para se legitimar, a terminologia oficial lançou mão da ciência como argumento. No presente subcapítulo, pretendemos demonstrar como a adoção da NGB e o desenvolvimento da ciência linguística no Brasil provocaram o deslize dos sentidos do fazer expositivo e do fazer normativo.

Após a implementação da terminologia oficial, a Academia Brasileira de Filologia solicitou a Arthur de Almeida Torres, um dos membros dessa instituição e professor do Colégio Pedro II, que fizesse uma gramática que explanasse os nomes legitimados pela terminologia oficial. Em março de 1959, dois meses após a instituição da NGB, foi publicada a sua *Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*, a primeira gramática publicada após a implementação da NGB. Rocha Lima, por sua vez, quando se deu a instituição da NGB, já estava na terceira edição de sua *Gramática Normativa da língua portuguesa*, cuja primeira edição data de 1957.

Como podemos perceber, nos títulos das gramáticas citadas comparecem como determinantes do substantivo *gramática*, núcleo do sintagma nominal, os adjetivos *expositiva* e *normativa*. Embora atualmente a distinção entre uma gramática expositiva e uma gramática normativa seja da ordem da evidência – a primeira, ligada aos estudos da linguística sincrônica, objetiva a descrição do funcionamento de uma determinada língua, ao passo que a segunda tem finalidade pedagógica e visa ao estabelecimento de normas para a modalidade padrão da língua –, no momento em que se deu a instituição da terminologia oficial, estes sentidos ainda não estavam estabilizados, naturalizados, havendo entre eles uma relação (in)tensa.

Para entender melhor essa relação, tivemos que recorrer à parte introdutória dos compêndios gramaticais, onde, na maioria das vezes em nosso *corpus* principal, na verdade



exceto na gramática de Cunha, especificam-se os tipos, as finalidades e os objetos de estudos das gramáticas, como podemos observar nos fragmentos abaixo:

<p><b>Lima (<i>Gramática normativa da língua portuguesa</i>, 1958/1962):</b></p> <p>“Gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as <i>NORMAS</i> que, em determinada época, representam o ideal de expressão correta”. (ROCHA LIMA, 1958: 18 e 1962: 11) [itálicos meus]</p>
<p><b>Torres (<i>Moderna gramática expositiva da língua portuguesa</i>, 1965):</b></p> <p>“Gramática é o estudo dos elementos constitutivos de uma língua. A gramática pode ser: <i>expositiva ou normativa</i>, histórica e comparativa. A <i>GRAMÁTICA EXPOSITIVA ou NORMATIVA</i> expõe os fatos atuais de um idioma. Sua finalidade precípua é estabelecer normas para o bom uso da língua. (...)” (TORRES, 1965: 1) [itálicos meus]<sup>53</sup></p>

Na gramática que se diz expositiva (Torres), estabelece-se uma relação sinonímica, a partir da coordenação dos adjetivos *expositiva* e *normativa*, entre os sentidos de gramática expositiva e de gramática normativa. Em Torres, ao mesmo tempo em que há uma preocupação com o estabelecimento de normas para o bom uso da língua, sentido este também encontrado na gramática normativa de Lima, há uma preocupação com a exposição dos fatos atuais dessa língua. Em Lima, inclusive, tem-se a materialização de uma relação especular entre gramática e língua, a finalidade daquela é codificar o uso desta, deduzindo deste as *NORMAS*.

De forma geral, o efeito de sinonímia produzido entre esses sentidos se materializa a partir de enunciados parafrásticos presentes em todas as gramáticas que compõem o nosso *corpus* principal, como podemos verificar, por exemplo, na gramática de Napoleão Mendes de Almeida através do emprego da oração adjetiva em destaque:

Se (...) *visar aos fatos atuais de uma língua*, mostrando e ensinando as regras vigentes para o seu perfeito manuseio, sem cogitar da sua formação, *ela será gramática expositiva*.  
(...) *a gramática expositiva, que também se chama normativa, descritiva ou prática*, é a que vamos estudar com relação à nossa língua (...). (ALMEIDA, 1961: 24) [itálicos e grifo meus]

Segundo Orlandi (2008), a análise das relações parafrásticas permite-nos entrever a movimentação dos sentidos, a relação entre o ‘um’ e o ‘outro’, ou seja, quando os sentidos e

<sup>53</sup> Em nossa análise, interpretamos a conjunção *ou* como um conectivo que indica inclusão, uma vez que o verbo concorda com o núcleo do sintagma (gramática). Desse modo, a nosso ver, a conjunção está coordenando apenas os seus determinantes (expositiva, normativa).

os sujeitos se aproximam e se distanciam tanto no interior de uma mesma formação discursiva (FD), como entre Fds distintas.

As Fds, como vimos no capítulo anterior, regulam a relação do sujeito com o dizível ao estabelecer o que (não) pode e (não) deve ser dito de um lugar numa conjuntura dada. Entre elas, no entanto, não há uma relação limítrofe estável. Daí a possibilidade de deslizamento dos sentidos. O comparecimento de um sentido outro ocorre justamente devido a essa fluidez das FDs, das suas contradições constitutivas, das contínuas configurações e reconfigurações por que passam e do relacionamento constante, (in)tenso, estabelecido a partir dos processos de paráfrase e polissemia, entre uma FD e outra. Não há, conforme Orlandi (2008: 50), entre esses processos, apenas uma tensão, mas também uma “confusão”<sup>54</sup>. Os sentidos são, portanto, “confusos, pois obscuros e transparentes, misturados ou combinados, difusos ou dispersos” (ORLANDI, *idem*: 50-51). Entre o ‘mesmo’ e o ‘diferente’ às vezes, de acordo com a autora, não é possível estabelecer distinção no discurso.

Quando nos deparamos com os títulos das gramáticas de Torres e de Rocha Lima, de imediato nos surgiram três perguntas às quais pretendemos responder, talvez não nesta ordem, ao longo deste subcapítulo:

(1) como se desfez a relação sinonímica entre o *expor* e o *normatizar* que encontrávamos nas gramáticas publicadas imediatamente após a NGB?;

(2) quais as condições de produção que permitiram a ‘con-fusão’, para usar as palavras de Orlandi (2008), entre esses sentidos?; e

(3) quais as condições de produção que acarretaram a sua diferenciação?.

Buscando essas respostas e levando em consideração a noção de formação discursiva e os processos de paráfrase e polissemia, percorremos os nossos *corpora* tentando compreender o caminho feito por esses sentidos até a naturalização da distinção entre eles.

Chamou-nos atenção em primeiro lugar o comparecimento em seis das sete gramáticas analisadas dessa parte introdutória que visa à demarcação do lugar, da finalidade e do objeto da gramática (Cf. Anexos, Tabela A). Fomos, então, ao projeto e ao Anteprojeto da NGB para verificar se essa era uma exigência sua. Antes, contudo, é preciso destacar uma diferença fundamental entre um e outro. Conforme Baldini (2010. No prelo), o Anteprojeto, considerando-se a definição de gramática proposta por Aurox (1992:66), pretende ser uma gramática da língua portuguesa do Brasil. Isto é, o Anteprojeto, ao contrário do projeto final da NGB, apresenta definições, regras, exemplificações, assim como uma gramática. A NGB,

---

<sup>54</sup> Ou seja, uma fusão e uma confusão.

ao excluir as definições, pressupõe eximir-se das filiações doutrinárias as quais seriam as responsáveis pela desordem terminológica em que se encontrava a tradição gramatical de então. Isso porque, como se pressupunha, as definições variavam conforme a filiação doutrinária dos sujeitos gramáticos. O Anteprojeto, portanto, ao definir e exemplificar, matinha a situação conflituosa que existia, pois, conforme Baldini (*idem*), as definições, ao evocarem as diferentes posições doutrinárias, convocavam também as diferentes formações discursivas em que os sujeitos autores se inscreviam. Levando-se em consideração que limitar esse movimento de inscrição foi justamente o efeito discursivo imposto pela NGB, pode-se imaginar porque o Anteprojeto foi modificado. As definições encontradas no Anteprojeto preocupavam gramáticos e professores, como podemos observar nos comentários de Chediak e da Comissão da Academia Brasileira de Filologia<sup>55</sup>:

Proponho que o *Anteprojeto* se enquadre no que determinou a Portaria Ministerial nº. 152: “simplificação e unificação da nomenclatura gramatical”. Na Portaria não se fala em definir, conceituar, exemplificar. A intenção do Sr. Ministro da Educação e Cultura é clara. Se é difícil conciliar opiniões quanto a nomes, muito mais difícil é chegar a um acordo sobre definições e observações de ordem doutrinária. Fiquem elas a cargo dos professores e dos compêndios. Não tenho dúvida em afirmar que o *Anteprojeto*, tal como está, atenta contra a liberdade de cátedra. Vamos seguir a França que se limitou a nomes e nada mais. (CHEDIAK, in Chediak org., 1960: 81)

A Comissão é de parecer que todas as definições e exemplificações devem ser suprimidas; apenas, quando oportuno, poderão ser dados esclarecimentos a respeito de certas denominações passíveis de mais de uma interpretação (...). Evitar-se-á, assim, a incursão em terreno doutrinário, onde os entendidos nem sempre se põem de acordo (...). A razão é que, sob a mesma designação (...), podem coexistir posições doutrinárias diferentes. (COUTINHO, LIMA e TORRES In: Chediak org., 1960: 173).

Manter as definições significaria, portanto, acabar com a função dos gramáticos: afinal, havendo nomenclatura e definição previamente determinadas, o que eles fariam? Eliminá-las, por sua vez, representaria conferir ao gramático certa “liberdade”. Liberdade esta que não poderia se dar por completo por três motivos:

(1) os objetivos da unificação e da simplificação da terminologia gramatical não seriam alcançados se, ainda que tivessem o mesmo nome, após o período de interpretação, os termos legitimados pela NGB tivessem referentes discursivos distintos;

(2) como vimos anteriormente, os nomes legitimados pela NGB foram significados a partir da sua filiação à memória do discurso gramatical já existente; e

---

<sup>55</sup> Esta comissão, designada pelo então presidente da ABF Candido Jucá (filho), era composta pelos professores Ismael de Lima Coutinho, Silvio Elia e Artur Torres.

(3) embora, no período interpretativo, os gestos de interpretação possam ter produzido sentidos outros para os nomes legitimados, ao final desse período, a maioria dos sentidos, inclusive aqueles que surgiram a partir de deslocamentos, já estavam naturalizados.

Optou-se, então, por eliminar as definições e manteve-se, com isso, no período interpretativo, ainda que de forma modificada, como vimos acima, a função do gramático enquanto autor/comentarista. Não se pode esquecer, contudo, como dissemos outrora (capítulo III.2), que não há censura sem resistência, assim como não há ritual sem falha (PÊCHEUX, 1997), ou seja, mesmo com o evidenciamento dos sentidos dos nomes legitimados pela NGB, sempre há a possibilidade de virem à tona os sentidos não legitimados, sempre há a possibilidade de se escapar da censura. E essa fuga irá se dá de formas diferentes nos dois períodos definidos por Baldini (1999). Deixemos essa discussão em suspenso por ora, nos capítulos seguintes iremos analisar as formas de materialização dos sentidos oficiais e dos silenciados nas gramáticas interpretativas. Voltemos agora nossa atenção ao que encontramos em relação à definição de gramática no Anteprojeto inicial e no projeto da NGB.

No Anteprojeto, encontramos os seguintes dizeres:

“INTRODUÇÃO: GRAMÁTICA  
Gramática Normativa  
Gramática Histórica.” (In: CHEDIAK org., 1960: 13).

Essa preocupação em especificar os tipos de gramática, no entanto, não comparece no projeto oficial, mas no APÊNDICE, item II, comparece o termo “GRAMÁTICA HISTÓRICA” (*idem*: 242).

Com isso, surgiram-nos mais algumas novas perguntas: por que houve o apagamento da parte denominada ‘Introdução’ no projeto oficial? Por que a ‘Gramática histórica’ perdeu o seu lugar como um tipo de gramática e foi deslocada, passando a integrar o apêndice da ‘Gramática’? Uma vez que não há determinação, que ‘Gramática’ é essa a que se refere o projeto oficial? Será a mesma gramática que existia na tradição gramatical pré-NGB ou seria uma nova gramática? Qual(is) o(s) sentido(s) atribuído(s) à gramática e, conseqüentemente, aos gramáticos antes e após a NGB? Tínhamos, como se pode ver, muitas perguntas, algumas hipóteses, mas até então nenhuma resposta. Por isso, fomos pesquisar o que houve de 1957 (ano em que foi publicado o Anteprojeto) até 1959 (ano em que foi implementada a terminologia oficial). Faremos aqui, para melhor compreender essa passagem, uma rápida contextualização.

Em Agosto de 1957, a comissão responsável por elaborar a nova nomenclatura entregou ao Ministro da Educação Clóvis Salgado os originais do *Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, o qual assim foi intitulado devido à vontade da comissão de que o trabalho por eles desenvolvido fosse submetido à crítica de professores brasileiros antes de sua redação final.

O Ministro, então, além de enviá-lo aos professores de ensino médio e superior, das redes pública e privada, enviou-o também às mais altas entidades acadêmicas do país, aos governadores dos Estados, aos reitores de universidades, aos diretores do Colégio Pedro II, aos presidentes da Academia Brasileira de Letras (ABL) e da Academia Brasileira de Filologia (ABF), às sessões de Letras das Faculdades de Filosofia do país e ao diretor do ensino secundário, o qual, por sua vez, também ajudou a divulgar o Anteprojeto no magistério, solicitando a contribuição dos professores.

Durante o primeiro semestre de 1958, diversos professores, seja em nome de uma instituição ou individualmente, posicionaram-se em relação ao Anteprojeto, ressaltando a relevância ou criticando a opção terminológica feita pela comissão ministerial<sup>56</sup>. Tais comentários, além de nos ajudar a compreender as modificações feitas ao Anteprojeto, como a eliminação das definições, ajudaram-nos a desnaturalizar algumas evidências, como a relação sinonímica entre gramática expositiva e normativa existente na conjuntura em questão.

De todos os comentários a que tivemos acesso, apenas o do Prof. Cândido Jucá (filho), intitulado “Restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira”, menciona esta questão. Diz Cândido Jucá (Filho):

*(...) toda gramática é normativa, (...) a chamada “gramática histórica” não é gramática. Há uma velha disciplina, já clássica, que sempre se chamou “gramática”, e apenas “gramática”. Essa disciplina é necessariamente normativa (...) Falar em “gramática normativa” é redundância (...).*

.....  
 (...) Bastar-lhe-ia [ao Anteprojeto] recomendar discretamente:  
 Gramática, e Gramática Histórica.

.....  
 Mas o que me assusta no Anteprojeto é o tom peremptório com que se redigiu, inçado de prescrições em tempo futuro, como de ordinário se vê nas formulações legais.

É de temer que, em razão disso, *alguém suponha que a Gramática Normativa é aquela que dá “as normas da expressão correta” (...)*

Seria pôr o carro adiante dos bois... *A verdade é que a língua é que é a norma da gramática.*  
 (CANDIDO JUCA (FILHO) In: CHEDIAK org., 1960: 93-94) [itálicos meus]

No comentário de Cândido Jucá (filho), tem-se:

(1) o apagamento de qualquer outro tipo de gramática que não seja a normativa: só há gramática normativa “porque toda gramática é normativa” – apagamento este que se

<sup>56</sup> Esses comentários fazem parte do nosso *corpus* secundário. Cf. Capítulo I, Tabela 2.

materializa nas gramáticas de Rocha Lima (*Gramática Normativa da língua portuguesa*) e de Bechara (*Moderna Gramática Portuguesa*), nas quais não se especifica o tipo de gramática, apenas a sua finalidade (Cf. anexo Tabela A);

(2) a desestabilização dos sentidos no que diz respeito à classificação da Gramática Histórica como gramática: “a chamada ‘gramática histórica’ não é gramática”;

(3) o evidenciamento do sentido de gramática (normativa) enquanto aquela que, submetida ao uso corrente da língua, visa depreender o uso padrão para então legislar sobre tal uso: “A verdade é que a língua é a norma da gramática” (CANDIDO JUCA (FILHO), In: CHEDIAK org., 1960: 93-94); e

(4) o silenciamento da relação entre estudos da língua(gem) e ciência, relação esta que, como vimos, vinha ganhando território no Brasil desde o surgimento da Linguística.

No que tange à conceituação de gramática, nota-se, a partir da análise de nosso *corpus* principal e do comentário de Cândido Jucá (Filho), um embate conflituoso e excludente entre os sentidos que circulam para o fazer histórico e para o fazer normativo, e a produção de um efeito de sinonímia entre os sentidos de gramática normativa, descritiva, expositiva e/ou prática. Relações essas que também se materializam, ainda que com efeitos distintos, nas definições de gramática da gramática histórica. Ao significar-se, a gramática histórica produz um efeito de distinção em relação às outras gramáticas com base no seu objeto de estudo, que são “os fatos da língua, no seu desenvolvimento sucessivo, desde a origem até a época atual” (COUTINHO, 2005: 13), e justifica o seu lugar por poder explicar aquilo que na gramática expositiva é tratado como irregularidade.

Devemos lembrar aqui a importância das condições de produção para a produção e para a significação de um discurso. Não nos referimos aqui apenas ao contexto imediato, mas a condições mais amplas de produção, como vimos na *Introdução*, item II. O sentido, do ponto de vista discursivo, se dá tanto em relação ao contexto sócio-histórico, como em relação à memória discursiva, ou seja, em relação a outros sentidos. As condições de produção, no sentido que estamos empregando aqui, são, pois, constitutivas do dizer. De acordo com Orlandi,

um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. (ORLANDI, 2007b: 39)

Daí a importância de articularmos ao nosso *corpus* principal outros dizeres. O discurso das gramáticas que estamos analisando surge num momento tenso, momento de (re)organização, de (re)estabilização dos sentidos. A NGB, embora tenha sido uma recomendação do Ministério da Educação e da Cultura, foi significada como uma imposição a ser adotada, e isso alterou a memória do discurso gramatical brasileiro (Cf. Capítulo III.2), regulando a relação do sujeito gramático com o dizível, impondo-lhe e censurando-lhe sentidos. Antes disso, no entanto, já vinha crescendo no Brasil uma tradição gramatical que se pautava em doutrinas distintas, mas que, de forma geral, assim como acontecia no restante do mundo, se opunha e marginalizava os estudos histórico-comparativista. Tradição esta à qual a NGB irá se sobrepor, fundando uma nova memória dizível para o discurso gramatical, mas com a qual precisa se relacionar para que os nomes por ela instituídos sejam significados.

Já dissemos que as condições de produção são constitutivas do dizer e destacamos a sua ampla dimensão. Acrescentemos aqui uma outra noção que também é fundamental para o funcionamento das condições de produção: a noção de relação de forças. É a partir dessa noção que nos torna possível afirmar que o lugar de onde fala o sujeito também constitui o que ele diz. É isso, por exemplo, que irá nos ajudar a entender mais adiante o deslize que anunciamos em nosso título no que diz respeito ao fazer expositivo e ao fazer normativo. O sujeito gramático que fala do lugar das gramáticas normativas/expositivas é o mesmo que falará do lugar da gramática normativa após o período interpretativo? Deixando por ora em suspenso essa questão, é preciso ainda dizer que todos esses mecanismos que dizem respeito às condições de produção e, conseqüentemente, ao funcionamento discursivo se dão a partir do que, em AD, se denomina formações imaginárias. As formações imaginárias, como vimos anteriormente, são as imagens que os sujeitos projetam no discurso de si (quem sou eu que lhe falo assim?), do objeto do discurso (do que falo/ do que ele me fala?) e do outro (quem é ele que me fala assim ou para que eu lhe fale assim?). Não são, portanto, os sujeitos empíricos ou as situações que funcionam no discurso, mas as imagens que deles são construídas, criadas, projetadas.

Assim sendo, temos do lugar da Gramática Histórica<sup>57</sup> as seguintes imagens para a sua finalidade, o seu objeto e para o outro:

<b>Tabela 5 – Imagens do lugar da Gramática Histórica</b>	
Da sua finalidade:	remontar no passado à origem de uma língua, com vistas a explicar as transformações por que essa mesma língua passou.

<sup>57</sup> Em Anexos, Tabela B, dispomos os recortes das definições de gramática do lugar da gramática histórica, do lugar da gramática normativa/expositiva e do lugar da gramática descritiva.

Do objeto:	a língua, no seu desenvolvimento sucessivo, desde a origem até a época atual.
Do outro:	a gramática expositiva, descritiva ou prática.

Já na definição de gramática do lugar das gramáticas normativas/expositivas que compõem o nosso *corpus* principal, têm-se nessa conjuntura dois efeitos:

(1) quando não se apaga a existência da gramática histórica, tem-se o efeito de distanciamento entre esta e a gramática expositiva ou normativa – distanciamento esse também fundamentado pela diferenciação entre os objetos de interesse dessas gramáticas, isto é, a língua em seu desenvolvimento sucessivo e a língua em sua fase atual, respectivamente; e

(2) do lugar das gramáticas publicadas na primeira década pós-NGB, tem-se um efeito de aproximação entre a gramática expositiva e a normativa, ambas têm o mesmo objeto de interesse (a língua em seu momento atual) e a mesma finalidade (analisar sincronicamente, expor/estabelecer normas).

Desse modo, o quadro de formações imaginárias do lugar da Gramática Normativa/Expositiva fica da seguinte forma:

<b>Tabela 6 – Imagens do lugar da Gramática Normativa/Expositiva</b>	
Da sua finalidade:	“Gramática expositiva ou normativa expõe os fatos atuais de um idioma. Sua finalidade precípua é estabelecer normas pra o bom uso da língua” (TORRES, 1959: I)
Do objeto:	A língua atual, o uso idiomático.
Do outro:	A gramática histórica e a comparativa.

A finalidade descritiva e normativa das gramáticas, bem como o embate entre o fazer descritivo e o histórico, remontam as suas origens e ao processo de gramatização das línguas do mundo. Entendemos gramatização, conforme Aurox (1992), como uma segunda revolução tecno-linguística<sup>58</sup>, que consistiu na produção de saberes metalinguísticos de uma determinada língua. De acordo com esse autor, do século V até o fim do século XIX ocorreu o desenvolvimento do processo de gramatização massiva das línguas do mundo, que perdurou até o século XX e que, partindo inicialmente de uma única tradição linguística, a saber: a tradição greco-românica, criou “uma rede homogênea de comunicação centrada na Europa” (AUROUX, *idem*: 35).

Nessa época, segundo Aurox (*idem*), aconteceram diversas transformações nas ciências da linguagem: a gramática, que era vista como meio para aprender e descrever

<sup>58</sup> A primeira revolução, segundo este autor, foi a escrita.



línguas, desbancou a hegemonia da filologia, retomando duas bases teóricas distintas, a gramática especulativa medieval e a gramática geral da época clássica; a partir do século XVI a etimologia passou a ser marginalizada, sendo considerada domínio do saber linguístico antigo; surgiram os dicionários monolíngues; as línguas faladas passaram a fazer parte do objeto de estudo e foram construídos modelos para a compreensão de suas relações estruturais e filiações. Embora este último seja também o objeto da filologia comparada, de forma geral, todos esses eventos relacionam-se ao processo de gramatização das línguas do mundo, o qual ocorreu simultaneamente em todos os continentes, principalmente no europeu e no americano. Todas essas transformações não só acirraram as diferenças entre a gramática que surgia e a gramática histórica dos filólogos, como também contribuíram para a marginalização e, às vezes, como vimos, para o apagamento desta na tradição gramatical.

Ainda de acordo com Auroux (1992), embora desde os gregos já houvesse a preocupação com a ‘arte do falar’, a preocupação com o ensino, que hoje é atribuída à gramática normativa, só surgiu com a acentuação da fragmentação do Império Romano do ocidente após o período de dominação árabe. Nesse momento, não só o poder estatal, mas também o linguístico ficaram enfraquecidos. As forças centrífugas predominavam sobre as forças de coesão linguística e, com isso, o latim perdeu seu status de língua vernácula, dando lugar às línguas neolatinas.

É nesse contexto que, conforme este autor, nota-se a mudança na finalidade do uso da gramática. Até então as crianças greco-latinas chegavam à escola dominando a sua língua, constituindo a gramática uma forma de alcançar a cultura escrita. Após essas transformações, nas escolas europeias o latim passou a ser uma segunda língua, e a sua gramática tornou-se uma técnica através da qual se dava o seu aprendizado. Essa nova característica do compêndio gramatical perdurou ao longo dos séculos e, com o tempo, tornou-se a técnica geral adotada para aprendizagem de toda e qualquer língua. Foi, então, conforme Auroux:

necessário primeiro que a gramática de uma língua já gramaticalizada fosse massivamente empregada para fins de pedagogia linguística, porque esta língua se tornou progressivamente uma segunda língua, para que a gramática se tornasse – o que tomará um tempo considerável – uma técnica geral de aprendizagem, aplicável a toda língua, aí compreendida a língua materna (AUROUX, *idem*: 42).

No Brasil, como vimos no capítulo III.2, até a implementação da NGB, as gramáticas eram o lugar de produção do saber linguístico sobre a língua. Entretanto, com a instituição da NGB e com a projeção da ciência Linguística no Brasil em meados da década de 60 do século

XX, o discurso gramatical passou a ser controlado pelo Estado, as gramáticas em conformidade com os modelos do século XIX foram deslegitimadas e asseverou-se, conforme Baldini (1999), a distinção entre os papéis do gramático e do linguista. Este, como vimos anteriormente, passou, então, a se responsabilizar pela produção do saber linguístico; e aquele, pela transposição desse saber para o ensino.

Vale lembrar aqui que a preocupação com o ensino no Brasil tomou maiores proporções quando se deram as polêmicas em torno da nomenclatura gramatical a partir da década de 40. Até então, a gramática ou se dedicava a fazer um estudo diacrônico, Gramática Histórica, ou se dedicava a fazer um estudo sincrônico, Gramática Expositiva<sup>59</sup>. Acreditamos que o adjetivo *normativa*, que entre outras coisas materializa a preocupação com o ensino, compareceu pela primeira vez como determinante do substantivo *gramática* provavelmente por volta de 1957, com a publicação da gramática de Rocha Lima, e passou a comparecer de forma regular nas gramáticas que se propunham a fazer uma análise sincrônica voltada para o ensino após a NGB. Seria o caso, no entanto, de investigar de forma mais aprofundada.

Na definição de gramática que encontramos no prefácio da edição pré-NGB da gramática de Almeida (Cf. Anexos, Tabela A), por exemplo, não comparece este adjetivo, o qual foi incluído nas edições pós-NGB. É nessas condições, isto é, com o surgimento da preocupação normativo-pedagógica, que se deu a tensão e a ‘con-fusão’ (Orlandi, 2008) entre o *expor* e o *normatizar*, a qual será desfeita com a estabilização dos sentidos legitimados pela NGB e com a instituição da ciência Linguística no Brasil.

Câmara Jr, por exemplo, em seu *Dicionário de filologia e gramática*, cuja primeira edição data do final da década de 60<sup>60</sup>, já estabelece uma distinção entre as gramáticas tradicionais, vinculadas ao ensino, e as gramáticas descritivas, as quais ao contrário das gramáticas normativas, que visam ao estabelecimento de prescrições para imposição de uma norma, “se propõem a fazer a descrição da língua” (CÂMARA JR., 1973: 201). Em *Estrutura da Língua Portuguesa*, livro publicado postumamente no início da década de 70, a distinção entre a finalidade das Gramáticas Descritivas/Expositivas e a das Gramáticas Normativas fica ainda mais acentuada. Estas “se limitam a apresentar uma norma do comportamento linguístico”, ao passo que aquelas “mais ambiciosas e melhor orientadas, procuram ascender a um plano que bem se pode chamar científico em seus propósitos, pois procuram explicar a organização e o funcionamento das formas linguísticas com objetividade e espírito de análise”

<sup>59</sup> Esta gramática, deve-se lembrar, além de ter finalidade científica, também era utilizada no ensino de língua portuguesa quando vieram à tona as primeiras polêmicas a respeito da multiplicidade terminológica.

<sup>60</sup> Na verdade, esse dicionário teve sua primeira edição publicada em 1956 pela editora Casa de Rui Barbosa, sob o título de *Dicionário de fatos gramaticais*.

(CÂMARA JR., 2004: 11) (Cf. Anexos, Tabela B). Com isso, temos as seguintes formações imaginárias:

<b>Tabela 7 – Imagens do lugar da Gramática Descritiva</b>	
Da sua finalidade:	“se propõe a fazer a descrição da língua” (CÂMARA, 1973: 201); tem propósitos científicos, “procuram explicar a organização e o funcionamento das formas linguísticas com objetividade e espírito de análise” (CÂMARA, 2004: 11)
Do seu objeto:	A língua em seu momento atual.
Do outro:	Gramática normativa, gramática histórica, gramática comparativa.

Observe que a diferenciação entre gramática descritiva e normativa não se funda devido ao seu objeto de estudo, como ocorre entre esta e a gramática histórica. Ao contrário, tanto a gramática descritiva quanto a normativa postulam como objeto a língua em seu momento atual, ambas apresentam estudos sincrônicos, mas a análise apresentada por aquela tem cunho científico, ao passo que a apresentada por esta tem finalidade pedagógica.

A análise dos títulos de Torres e de Rocha Lima, bem como das partes introdutórias das gramáticas e do comentário de Candido Jucá (filho), demonstram, portanto, que, como antes da NGB o gramático era responsável pelo conhecimento produzido sobre a língua, a ele também cabia depreender o seu funcionamento. Na década de 40, quando, a partir do estranhamento causado pela multiplicidade nomenclatural, veio à tona a preocupação com o ensino/aprendizado da língua nacional, e esta se colocou ao lado da preocupação com o estabelecimento de regras para reger o bom uso da língua, houve a aproximação dos sentidos do fazer normativo e do fazer expositivo, criando entre eles uma relação sinonímica.

Observe que, ao sujeito a que antes cabia, como preocupação primeira, a produção de saber sobre a língua, passou a caber também a transposição deste para o ensino. Estas funções, no entanto, com a implementação da NGB e com o estabelecimento da ciência Linguística no país, passaram por um processo de separação. Separaram-se, então, o lugar do sujeito gramático do lugar do sujeito linguista e fundaram-se, conseqüentemente, memórias distintas para esses lugares. Em decorrência disso, houve o efeito de distanciamento entre o fazer expositivo/ descritivo e o fazer normativo, o primeiro passou a ser atribuído ao linguista; e o segundo, ao gramático.

Uma vez que, como vimos no capítulo anterior, as FDs correspondem a domínios de saber, ao falarmos da movimentação dos sentidos e dos sujeitos, estamos falando da movimentação destes em relação às formações discursivas em questão. O sujeito gramático do século XIX relaciona-se, pois, a diferentes formações discursivas – FDs pré-NGB – as quais

são diferentes da formação discursiva dominante que se instaura com a implementação da NGB – FD pós-NGB. Ocorre que, até a estabilização dos sentidos autorizados por essa última, houve, como vimos, um período interpretativo (BALDINI, 1999), em que havia o recobrimento entre os sentidos do fazer expositivo e do fazer normativo. Além disso, mesmo antes da implementação da terminologia oficial, o fazer gramatical regulado pelas FDs pré-NGB vinha sendo alvo de inúmeras críticas, revelando já nesse período uma desestabilização dos seus sentidos e acarretando, posteriormente, a desidentificação, como vimos no capítulo anterior, dos sujeitos gramáticos em relação aos seus saberes. Como nos lembra Baldini (2009), a NGB, e conseqüentemente o efeito discursivo engendrado por ela, antecede a sua documentação. Ainda no século XIX, de acordo com esse autor, quando se iniciou o processo de constituição de uma gramática brasileira distinta da de Portugal, deu-se o primeiro passo em direção à implementação da NGB, que representa o ponto culminante desse processo: “a NGB – diz Baldini – começa muito antes da própria NGB, isto é, a questão da terminologia gramatical surge com a própria questão das gramáticas brasileiras no século XIX, sendo a NGB o ponto culminante do desenvolvimento de uma questão em que estavam em jogo o ensino, a língua nacional, a escrita” (*idem*: 72).

As gramáticas que compõem o nosso *corpus* principal pertencem, como dissemos em outro momento, ao período interpretativo, o que significa que, durante a sua produção, não estavam ainda estabilizados os sentidos instituídos/legitimados pela NGB. Desse modo, quando o ensino passa a ser uma preocupação da gramática e a esta é atribuída uma nova função, há, inicialmente, uma sobreposição dos sentidos do fazer expositivo e do fazer normativo (período interpretativo), sobreposição esta que se desfaz quando ocorre a naturalização dos sentidos instituídos/legitimados pela NGB (período de repetição) e quando, com a instituição da ciência Linguística, há a distinção entre o lugar do gramático e o do linguista.

## 5

## GRAMÁTICAS PÓS-NGB: FORMAS DE COMPARECIMENTO DA ALTERIDADE

## 5.1 O prefaciador nas gramáticas pós-NGB

“(...) não há censura completamente eficaz: os sentidos escapam e pegam a gente a seu modo”.

ORLANDI (2007a: 131)

Os prefácios, segundo Orlandi (2008), podem ser de diferentes tipos e tamanhos, mas de modo geral buscam limitar os sentidos possíveis para os textos com os quais se relacionam. O prefácio, diz a autora, procura “instituir-lhe [ao texto] um início, uma perspectiva, um modo de leitura, ou ao menos procura colocar-lhe uma referência, um início particular. Ele o contextualiza e o insere na perspectiva de um processo discursivo específico” (ORLANDI, 2008: 120). Neste capítulo, faremos um passeio pelos prefácios das gramáticas pós-NGB, visando à apreensão do seu funcionamento e do modo como a alteridade se faz presente neles.

5.1.1. Arthur de Almeida Torres

Em se tratando dos prefácios das gramáticas pós-NGB, o discurso gramatical revela-se atravessado por diferentes posições que mantêm entre si uma relação de convívio-confronto (MARIANI, 2004) e que comparecem na maioria dos prefácios a partir do emprego de relações contrastivas<sup>61</sup> e de determinações, ora pejorativas, ora melhorativas, como podemos observar, no prefácio à primeira gramática publicada pós-NGB de Arthur de Almeida Torres:

SD1: *Posto que* ainda se ressinta de algumas ligeiras imperfeições, o que é compreensível em trabalhos desta natureza, a nova Nomenclatura tem a vantagem incontestável de haver simplificado e unificado os métodos até então adotados entre nós, traçando rumos mais seguros e consentâneos com o progresso da ciência da linguagem.

Seu grande mérito está, pois, em ter acabado com a multiplicidade de processos e classificações individuais, resolvendo um importante problema que tanto torturava os estudantes e concorria para o desprestígio do próprio mestre, que não raro se via embaraçado diante dos mais variados e extravagantes critérios (TORRES, Prefácio à 1ª edição [março/1959], 1965: 9)<sup>62</sup>. [itálico meu]

Há neste fragmento pelo menos duas posições discursivas antagônicas:

<sup>61</sup> Entendemos como relações contrastivas qualquer formulação que coloque em questão duas posições enunciativas contrárias, seja a partir do emprego de conjunções adversativas ou concessivas, de sintagmas adverbiais, de expressões que sugerem negação, de adjetivos em oposição, entre outros.

<sup>62</sup> Entre colchetes colocamos o mês e o ano da primeira edição e nos parênteses a referência à edição utilizada.

P1 – Há ligeiras imperfeições na NGB.

P2 – a nova Nomenclatura tem a vantagem incontestável de (...).

A locução conjuntiva concessiva *Posto que* orienta que o sentido de P1 não é o mais relevante, pois será negado em seguida por P2.

Como podemos constatar, a P2 se sobrepõe à P1 não só em decorrência do emprego da concessiva, mas também pela forma como são significadas a “nova nomenclatura” e a situação em que se encontrava o discurso gramatical anteriormente. Observe que, em nenhum momento, é dado o direito de fala à posição contrária à proposta do Estado. Tudo o que sabemos de P1 é através de P2, em cujo enunciado está implícita a seguinte declaração de P1: “Na NGB há imperfeições”, a qual se tenta refutar tanto pelo emprego de adjetivos melhorativos para determinar a NGB (*ligeiras imperfeições, vantagem incontestável, grande mérito*), quanto através do desprestígio dos sentidos anteriores, estabelecendo, dado o emprego do pretérito imperfeito e o sentido pejorativo dos verbos e dos sintagmas nominais, que a situação do discurso gramatical precedente à NGB não era mais admissível (“*torturava os estudantes*”, “*concorria para o desprestígio do próprio mestre*”).

Estes sentidos de caos e desordem em relação à situação da nomenclatura gramatical pré-NGB comparecem em quase todas as gramáticas analisadas e até mesmo antes da implementação da NGB na Portaria nº 152 e nos comentários ao Anteprojeto, constituindo, assim, um pré-construído<sup>63</sup> cuja materialização observamos na SD1 e também na tabela a seguir:

**Portaria N.º152:**

(...) considerando que o conhecimento e domínio do Idioma Nacional concorre para acentuar e elevar, no espírito da juventude, a consciência da unidade pátria e o zelo dos valores culturais que a latinidade nos herdou; considerando, em razão disso, que o ensino de Língua Portuguesa deve merecer em Poderes Públicos interesse e, pois, tratamento particular; considerando que um dos empecilhos maiores, senão o maior, à eficiência de tal ensino tem residido na complexidade e falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso nas escolas e na literatura didática (...). (In: Chediak org., 1960: 7) [grifo meu]

**Comentário de Antônio José Chediak:**

Numa cousa, pelo menos, creio que gregos e troianos estamos acordos: não poderemos continuar a viver nesse caos e devermos empenhar-nos em que a esse problema de tão alta monta se dê uma solução tão rápida quão adequada. (In: Chediak org., 1960: 84). [grifo meu]

<sup>63</sup> A noção de pré-construído relaciona-se estreitamente à memória do discurso em questão. De acordo com Pêcheux, “podemos (...) considerar o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é ‘sempre-já-sujeito’” (PÊCHEUX, 1997: 156) [itálico do autor]. Trata-se, portanto, de uma marca discursiva, um sentido “já dito”, mas cujo enunciador ignoramos, a qual se faz presente na materialidade como se tivesse sido produzido no momento da enunciação.

<p><b>Comentário dos professores de português do Instituto de Educação de Porto Alegre:</b></p> <p>(...) o Anteprojeto, tal como foi ideado, possui, já, as condições necessárias para <u>pôr cobro à confusão que reina no ensino da matéria.</u> (In: Chediak org., 1960: 196) [grifo meu]</p>
<p><b>Professores de português do Departamento de letras da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul:</b></p> <p>O que encontramos em nossa gramática – com uma história tão longa quanto o descobrimento do Brasil e uma filiação que vem desde os gregos –, <u>é uma série de classificações expressa em terminologia inadequada e confusa, ao sabor muita vez de cada autor. Isto porque as classificações são múltiplas, designando-se o mesmo fenômeno por seis, oito, dez nomes diversos, a maioria consagrada nos compêndios.</u> (In Chediak org., 1960: 204) [grifo meu]</p>
<p><b>Comentário dos professores do curso de Letras Neolatinas da Universidade Católica de Campinas:</b></p> <p>São eles [os apontamentos feitos] fruto do nosso desejo honesto de contribuir para a <u>solução do magno problema – a balbúrdia, o pedantismo e o recheado vazio da complicada e controvertida terminologia gramatical vigente nos cursos secundários.</u> (In Chediak org., 1960: 218) [grifo meu]</p>
<p><b>Comentário do professor Sílvio Elia:</b></p> <p><u>Uma das dificuldades mais alegadas quanto ao ensino da língua portuguesa é a que diz respeito à nomenclatura gramatical. Quase sempre os fatos são os mesmos, mas os nomes que os recobrem se diversificam numa prodigalidade nociva ao desprevenido estudante.</u> (In Chediak org., 1960: 234) [grifo meu]</p>
<p><b>Comentário do professor Gladstone Chaves de Melo:</b></p> <p><u>Dada a confusão e a multiplicidade da nomenclatura gramatical portuguesa, desejável se tornava uma revisão, para atualizar, simplificar e unificar, exatamente como se fez para a ortografia.</u> (MELO, 1967: 289)</p>

Como podemos observar no quadro acima, a terminologia pré-NGB foi significada como “um dos empecilhos maiores, senão o maior, à eficiência (...) do ensino” de língua portuguesa como língua materna, e tal dificuldade residia, de acordo com os professores que comentaram o Anteprojeto, na “confusão” e na “multiplicidade” nomenclatural, pois as classificações eram múltiplas, “designando-se o mesmo fenômeno por seis, oito, dez nomes diversos”, “ao sabor muita vez de cada autor”. Dada, então, “a confusão e a multiplicidade da nomenclatura gramatical portuguesa”, a situação de “caos”, “a balbúrdia, o pedantismo e o recheado vazio da complicada e controvertida terminologia gramatical vigente nos cursos secundários”, necessário se fez, conforme os professores, “pôr cobro à confusão que reina no ensino da matéria”, e isto se daria com a instituição de uma terminologia oficial.

No prefácio de Torres, SD1, outro ponto que deve ser destacado é o sentido de estabelecimento de “rumos mais seguros e consentâneos com o progresso da ciência e da linguagem”, sentido este que está expresso inclusive no título da obra a partir do emprego da palavra *Moderna*<sup>64</sup>. Este vocábulo, então, como dissemos no capítulo anterior, nesse contexto marca uma oposição ao que se localiza cronologicamente antes da NGB, ou seja, ao que está ultrapassado.

<sup>64</sup> Cf. a análise do título da gramática de Torres em III.2.1.

A terminologia oficial é, portanto, significada como algo da ordem do novo, mas que, como estamos demonstrando, na verdade legitima termos que já existiam na nomenclatura pré-NGB, reestruturando a memória discursiva e se sobrepondo à memória que lhe é anterior, pressupondo a sua estagnação, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, nela se sustenta para fazer sentido.

Existe, assim, no prefácio de Torres, considerando que os prefácios estabelecem um modo de leitura para os textos que introduzem, uma maior aquiescência em relação à proposta da NGB, a qual se materializa não só em seu prefácio, mas também em seu título.

### 5.1.2. Rocha Lima

Das gramáticas analisadas, a de Lima e a de Almeida são as únicas cuja primeira edição antecede a publicação da NGB; estas foram, portanto, as gramáticas que precisaram passar por uma reformulação para atender à medida estatal. Por isso não é de se estranhar que, em seus prefácios, venham à tona questões polêmicas que se colocaram na época, como a relação entre nomenclatura(s) e doutrina(s):

SD2: Por já existir notável convizinhança entre a terminologia nele [em seu livro] adotada desde a primeira edição e a que houve por bem preferir a norma oficial, foi-nos empresa sobremodo fácil – no caso de simples opção entre nomes – proceder a completo reajustamento, que realizamos no próprio corpo da obra.  
*Mas*, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOCTRINA; e, então, não é lícito a ninguém renunciar – *por mais que* sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino. (LIMA, Rocha. “Ao professor – advertência da terceira edição”, [1957] 1962: 1). [itálicos meus]

Segundo Chediak (2003), Rocha Lima era um dos membros mais engajados da comissão que foi designada para elaborar o anteprojeto, daí, talvez, a facilidade em proceder ao reajuste nomenclatural de sua gramática, já que entre os termos adotados por ele nas edições anteriores de sua gramática e os postulados pela NGB havia, de acordo com o próprio autor, uma relação de “convizinhança”. O gramático, neste caso, enquanto sujeito afetado pelo simbólico e pelo político, identifica-se com boa parte do imaginário instituído/legitimado pela terminologia oficial. Porém, o emprego da conjunção adversativa *mas* introduz uma posição discursiva outra (P2 — *Não é lícito renunciar as questões de doutrina*) e nos orienta que o sentido que virá irá se sobrepor ao anterior (P1 — *Foi fácil proceder ao reajustamento dessa obra*).

Cabe ainda aqui indagar para quem essa relação entre nomenclatura e doutrina é “notória”, para usar as palavras de Rocha Lima. De certo, se pensarmos essa questão hoje,



dado que a terminologia oficial é para muitos uma evidência, a relação entre doutrina e nomenclatura poderá passar despercebida. Porém, à época em que se deu a implementação da NGB, essa era uma discussão em voga, ou seja, a relação entre doutrina e nomenclatura materializava uma tensão no que diz respeito à disputa de sentidos, como podemos ver nos prefácios aqui analisados e nas obras de vários teóricos da época.

São de Câmara Jr. os seguintes dizeres: “No século XIX, dizia-se que todo professor de filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. (...) no Brasil, que é a terra da Gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua” (2004: 101). Tal divergência terminológica decorre de duas causas, continua o linguista: 1) de “certo pedantismo exibicionista” e 2) de “divergências doutrinárias profundas, que tinham de se refletir na Nomenclatura, pois (...) não há doutrina segura sem nomenclatura precisa” (*idem: ibidem*).

Ao trazer as palavras de Câmara, retomo aqui também as reflexões tecidas por Orlandi (2002) em relação à questão da autoria no século XIX. Considerando que ser gramático no século XIX era ter autoridade em relação ao conhecimento gramatical, fácil seria deduzir que a filiação teórica de cada um acarretou a divergência terminológica de que nos falamos Lima e Câmara Jr. Do ponto de vista discursivo, no entanto, o que está em jogo é a produção, conforme a inscrição nas FDs pré-NGB, de diferentes referentes discursivos para aquilo que a NGB pressupõe ser nomeações distintas dos mesmos fatos gramaticais.

Expliquemos: o homem, conforme Orlandi (2008: 43-44), “na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar”; desse modo, condenado a atribuir sentido ao mundo a sua volta, ele interpreta-o, mas “essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida por condições de produção de sentidos específicos e determinados na história da sociedade”. Há, portanto, uma injunção à interpretação, a qual se apresenta, devido ao funcionamento da ideologia, sempre como *a* interpretação, ou seja, como a única possibilidade de dizer. É nesse sentido que afirmamos anteriormente que a relação entre doutrina e nomenclatura materializa a tensão à época. Cada gramático, conforme a sua filiação às formações discursivas pré-NGB, produzia gestos de interpretação distintos para a língua nacional, estes gestos logo, no entanto, colocaram em evidência uma situação de “caos”, com a qual não se podia mais conviver devido às consequências que, de acordo com os gramáticos da época, trazia para o ensino da língua portuguesa. Com isso, a situação passou a ser outra, a saber: a disputa de sentidos para a língua nacional. Já que, como vimos, a ideologia atua produzindo o efeito de evidência dos sentidos, como (im)por / aceitar uma terminologia única com a qual muitas vezes os sujeitos não se identificam plenamente?

### 5.1.3. Evanildo Bechara

A exemplo do que propôs Rocha Lima em seu prefácio, Bechara nos apresenta outra forma de escapar, pelo menos parcialmente, ao paradigma imposto pela NGB:

SD 3: Seguimos a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Os termos que aqui se encontram e *lá faltam*, não se aplicarão por discordância ou desrespeito, é que a NGB não tratou de todos os assuntos aqui ventilados. (BECHARA, [1960] 1967: 22) [itálicos meus]

Como podemos observar, é atribuído à terminologia oficial um sentido de falta (“Os termos... *lá faltam*”) para se justificar a presença de termos que vão de encontro à proposta do Estado; a NGB não contempla todos os assuntos, por isso não consiste em desrespeito incluir os termos referentes aos assuntos que não são ventilados por ela. É preciso atentar ainda nesse fragmento para a ocorrência do advérbio de negação *não*.

De acordo com Indursky (1997: 213), “a *negação* é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de operações diversas no interior do discurso em análise”. Ou seja, o comparecimento da negação — em: “(...) *não* se aplicarão por discordância ou desrespeito (...)” — coloca em questão o pré-construído do discurso gramatical no período analisado<sup>65</sup>, possibilitando a investigação do processo de naturalização de determinados sentidos.

Há, segundo a autora supracitada, diferentes tipos de negação: a negação externa, a negação interna e a negação mista. A que comparece no recorte analisado é denominada por ela como *negação interna*, pois incide sobre um discurso outro que está implícito e que é afetado pela mesma FD com a qual o sujeito se identifica<sup>66</sup>. Desse modo, ao contrário do que ocorre na negação externa, não estão em questão aqui FDs antagônicas, mas “*diferentes posicionamentos subjetivos* no interior de um mesmo quadro ideológico” (INDURSKY, 1997: 229).

Como todo dito pressupõe um não dito e, mais do que isso, como toda negação pressupõe uma afirmação, para recuperarmos esse discurso outro, que não é dito, mas está implícito no que é dito, é preciso passar a negação para afirmação, como em: “Os termos que aqui se encontram e *lá faltam* se aplicarão por discordância ou desrespeito” e “a NGB tratou

<sup>65</sup> A NGB era signficada, como pudemos depreender a partir da análise das gramáticas que compõem nosso *corpus*, como algo positivo, de tal modo que suas “ligeiras imperfeições” (dentre elas, as faltas mencionadas por Bechara) eram por muitos ignoradas devido às vantagens implementadas.

<sup>66</sup> A negação externa, ao contrário da negação interna, coloca em questão discursos pertencentes a FDs antagônicas, e a negação mista, como o próprio nome sugere, mobiliza as “duas outras operações de negação (...) [a negação externa e a interna] através de uma única operação de negação” (INDURSKY, 1997: 235).

de todos os assuntos aqui [nesta gramática] ventilados”. Tais afirmações, por sua vez, materializam posições discursivas distintas. Dissemos anteriormente que, dada a fragmentação da forma-sujeito (INDURSKY, 2008), a FD por ela organizada (FD pós-NGB) também se apresenta de forma fragmentada, isto é, admite em seu interior diferentes posições discursivas cujos saberes filiam-se às formações discursivas anteriores à implementação da terminologia oficial (FDs pré-NGB). Dissemos também que, apesar de as FDs pré-NGB e as FDs pós-NGB fazerem igualmente parte do discurso gramatical brasileiro, elas distinguem-se quanto ao seu funcionamento, pois a inscrição dos sujeitos nas primeiras está censurada, ao passo que a sua inscrição na segunda é uma imposição colocada pelo interdiscurso. Dessa forma, impedidos de inscreverem-se nas outras FDs, o sujeito gramático inscreve-se na FD pós-NGB, mas, ao posicionar-se no interior desta, identifica-se aos saberes emanados por diferentes posições discursivas, as quais, por sua vez, como vimos acima, relacionam-se às FDs pré-NGB. Assim sendo, a primeira posição que depreendemos a partir da passagem da negação para a afirmação pode ser atribuída ao discurso de resistência aos sentidos impostos pela NGB, isto é, aquele em que o sujeito posiciona-se mais distante da forma-sujeito que organiza a FD, e a segunda ao de maior aderência, aquele que pressupõe ser a NGB tudo aquilo que pode ser dito sobre a gramática<sup>67</sup> e no qual há um recobrimento entre a posição a que o sujeito se identifica e a forma-sujeito que organiza a FD.

Ambos os discursos negados são constitutivos do discurso gramatical pós-NGB e, portanto, relacionam-se à mesma FD (FD pós-NGB); ao negá-los e uni-los em um único enunciado, a gramática de Bechara insere-se no entremeio desses discursos. Pode-se dizer, então, que a posição ideológica assumida é aqui uma posição que tenta apaziguar, conciliar os sentidos em movimento.

#### 5.1.4. Celso Cunha

Como estamos demonstrando ao longo deste capítulo, há um grande eixo parafrástico nos prefácios das gramáticas pós-NGB, o qual também pode ser verificado no prefácio de Cunha. Observemos:

SD4: Seguimos a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* nos assuntos de que ela cuidou, por estarmos sinceramente convencido das inúmeras vantagens de uma terminologia unificada para o ensino da língua nos cursos primário e médio. Como, porém, há temas aqui tratados que transcendem o campo de interesse da NGB, forçoso nos foi denominá-los, e o fizemos

---

<sup>67</sup> Cf. BALDINI, 1999.

levando sempre em conta a adequação e generalização dos termos. (CUNHA, 1978: 10)  
[grifos meus, itálicos do autor]

Aqui, assim como vimos no item anterior, é atribuído à terminologia oficial um sentido de falta — há assuntos que a NGB não cuidou. Este sentido de falta é o que, como dissemos, justifica o comparecimento de termos não legitimados pela proposta do Estado, como podemos notar na oração em que se encontra a conjunção adversativa *porém* — “há temas aqui tratados que transcendem o campo de interesse da *NGB*”. Esta conjunção introduz uma posição discursiva outra (P2), que se sobrepõe à anterior (P1):

P1 — (...) Seguimos a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* nos assuntos de que ela cuidou estarmos sinceramente convencido das inúmeras vantagens de uma terminologia unificada para o ensino da língua nos cursos primário e médio.

P2 — Como, *porém*, há temas aqui tratados que transcendem o campo de interesse da *NGB*, forçoso nos foi denominá-los, e o fizemos levando sempre em conta a adequação e generalização dos termos.

Além da manutenção/repetição desse sentido de falta, notamos também nesta sequência discursiva o comparecimento dos sentidos que evidenciam os benefícios alcançados com a adoção da NGB, assim como já havíamos visto na gramática de Torres — a unificação da terminologia tem, de acordo com Cunha, “inúmeras *vantagens*”. Tais paráfrases dos sentidos que vimos em Bechara (1964) e em Torres (1967), como dissemos no capítulo anterior, atestam o movimento entre o “um” e o “mesmo”, pois, ao mesmo tempo em que materializam os sentidos legitimados pela NGB, materializam também a possibilidade de comparecimento dos sentidos por ela silenciados. Desse modo, Cunha, como Bechara, ao se posicionar em relação à proposta do Estado, admite no interior da FD instaurada por ela um posicionamento que tenta apaziguar os sentidos legitimados e os silenciados.

#### 5.1.5. Adriano da Gama Kury

Em Kury, como vimos, em III.2, tem-se um intento explícito desde o título (*Pequena Gramática para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical (com exemplificação e trazendo a equivalência dos nomes que foram substituídos; seguida de um índice remissivo*

*alfabético*)): o objetivo de sua pequena gramática é explicar a nova terminologia, por isso em seu prefácio ele não poupa elogios à NGB e à Comissão organizadora, como podemos observar no seguinte trecho:

SD5: Está, finalmente e felizmente, aprovada a unificação e simplificação da nomenclatura gramatical brasileira. A muitos escapará a relevância didática de tal empreendimento; e não imaginarão talvez o quanto de trabalho e desprendimento isso significa, dado o apego natural de cada um dos signatários (...) ao patrimônio espiritual que representa cada um corpo de doutrina conquistado através de fadiga intelectual diuturna. E, para consecução do objetivo comum, forçoso era – como o foi – abdicar de pontos de vista pessoais, em favor do coletivo. (1959: 13) [grifos meus]

Note-se no inserto acima, assim como vimos em Torres (1967), uma antecipação de prováveis argumentações contrárias à terminologia oficial: “a muitos escapará a relevância didática de tal empreendimento” e, por causa do apego à doutrina, muitos “não imaginarão talvez o quanto de trabalho e desprendimento isso significa”. Tal antecipação é um recurso argumentativo que coloca em questão posições discursivas distintas — aquela com cujos saberes o sujeito se identifica e aquela(s) com cujos saberes ele não só não se identifica, como também busca justificar o seu silenciamento — e decorre do jogo de imagens sobre o qual discorremos anteriormente. O sujeito aqui imagina o que poderia ser dito do lugar contra a NGB e antecipa tal posicionamento, desvalidando-o — aquele que não conseguir enxergar os pontos positivos da NGB não o fará devido ao “apego natural de cada um dos signatários (...) ao patrimônio espiritual que representa cada um corpo de doutrina conquistado através de fadiga intelectual diuturna”.

Desse modo, para alcançar o seu objetivo, foi, segundo Kury, preciso “abdicar de pontos de vista pessoais, em favor do coletivo”. Isso porque, conforme se propunha a NGB, teoricamente seriam eliminados os posicionamentos doutrinários, em prol de uma terminologia neutra, exata, simples e segura. Devido a isso também, a NGB, como vimos em III.2, teve a sua autoria e as condições de produção em que foi produzida apagadas, tornando-se “tudo aquilo que pode ser dito sobre a Língua Portuguesa do Brasil”. Deve-se lembrar, porém, que os nomes legitimados pela NGB já pertenciam à memória do discurso gramatical brasileiro e que, por isso, há filiações distintas que os sustentam. Segundo Câmara Jr. (2004: 102), “a preocupação de não assumir atitudes doutrinárias radicais levou-a [a NGB] a certas incoerências e à manutenção, em alguns casos, de pontos de vista superados”.

Na sequência a seguir, Kury continua a sua defesa da terminologia oficial, empregando um recurso argumentativo denominado concordância parcial:

SD 6: É evidente que, sendo trabalho de muitos, lhe falta a UNIDADE que só a elaboração individual poderia dar. Mas o individual representaria forçosamente o pessoal. *Por outro*

*lado*, é inevitável resultado da tarefa eclética o descosido que se nota na Nomenclatura Gramatical Brasileira, resultado, *porém*, esperável de uma primeira tentativa de tal empresa. (prefácio à 1ª edição, 1959, 13) [grifos e itálicos meus]

Dadas as condições de produção da NGB, condições estas que, como dissemos, ela tenta apagar, poder-se-ia argumentar que lhe falta unidade, isto é, uma terminologia feita por muitos engloba diferentes posicionamentos doutrinários, o que acarreta as incoerências levantadas por Câmara Jr. Por isso, em Kury, não se contesta este argumento: sim, falta unidade à terminologia oficial, “é evidente”, devido a sua natureza. Mas a este argumento se sobrepõe o seguinte: para que ela tivesse unidade, deveria ser um “trabalho individual”, e o “trabalho individual” implicaria o “pessoal”. Note-se aqui a sequência de operadores contrastivos: *mas*, *por outro lado*, *porém*, os quais introduzem diferentes posições discursivas, como podemos ver a seguir:

P1 - É evidente que, sendo trabalho de muitos, lhe falta a UNIDADE que só a elaboração individual poderia dar.	}
P2 - <i>Mas</i> o individual representaria forçosamente o pessoal.	
P1' - <i>Por outro lado</i> , é inevitável resultado da tarefa eclética o descosido que se nota na Nomenclatura Gramatical Brasileira,	
P2' - resultado, <i>porém</i> , esperável de uma primeira tentativa de tal empresa.	

Observando o quadro acima, podemos tecer algumas considerações. As posições discursivas se alternam, ora manifestando o posicionamento de uma argumentação contrária à proposta do Estado, como podemos ver em P1 e P1', ora negando-o, como podemos ver em P2 e P2'. Em P1 / P1' e em P2 / P2', tem-se, portanto, a materialização das mesmas posições discursivas — isto é, tem-se a manutenção dos mesmos sentidos.

Como podemos notar, dado o emprego das conjunções adversativas *mas* e *porém*, sobre cujo funcionamento discorreremos anteriormente, P2 / P2' se sobrepõem à P1 / P1'. O argumento mais forte, o de P2', deixa claro que “o descosido” encontrado na NGB é um resultado esperável de “uma primeira tentativa”, levando-nos a crer que haveria ou deveria ter havido outras tentativas, o que, como se sabe, não ocorreu.

Ao contrário do que talvez se pudesse esperar, dado o objetivo declarado de sua gramática e a defesa explicitada acima dos nomes legitimados pela NGB, no prefácio de Kury notamos também a materialização da resistência aos saberes instituídos pela terminologia oficial, como podemos observar a seguir:

SD7: (...) buscamos, valendo-nos das obras dos mestres, conceituar e exemplificar todos os NOMES contidos NGB, explanando, sempre que necessário, as razões da sua preferência a esta ou aquela denominação, e apondo, na mor parte das vezes sob a forma de ‘observações’, os nomes substituídos – aqui convencionalmente precedidos de asteriscos. E a coincidência do que estabelece a NGB (na maioria dos casos) com a nossa formação, permitiu-nos levar a cabo, durante o final das férias escolares, o livrinho que ora apresentamos.

O desejo de, pura e simplesmente, explicar os conceitos contidos nos ‘nomes’ da NGB justifica a ausência, em muitos casos, da exposição da doutrina do autor nos pontos em que discordamos do pensamento da eminente Comissão – o que não impede façamos, por vezes, explanação mais longa de certos tópicos, apresentando, ainda, discretas sugestões e críticas.

Fomos obrigados, às vezes, pela natureza mesma do nosso sistema explanatório, a englobar num mesmo item o que a NGB separa e vice-versa; e também a utilizar-nos de nomes não acolhidos pela NGB; sempre que tal acontece, precede também o nome um asterisco de advertência (como no caso de nomes substituídos), e se explica, se necessário, o porquê de seu emprego. (KURY, prefácio à 1ª edição, 1959, 14) [grifos meus]

No inserto acima, o comparecimento dos nomes não legitimados pela NGB justifica-se “pela natureza mesma” do sistema explanatório do livrinho de Kury. Lembremos aqui o que dissemos no capítulo III a respeito da significação dos nomes instituídos/legitimados pela NGB. A partir do acontecimento discursivo, os sujeitos em questão no processo histórico-discursivo desidentificam-se das FDs pré-NGB, identificando-se à FD pós-NGB. Este movimento de instauração de uma nova FD passa, no entanto, por um período interpretativo. Uma vez que sujeitos e sentidos não estão ainda constituídos, é preciso (re)significá-los, filiando-os, para tanto, através de gestos interpretativos, à memória do discurso gramatical que antecede a NGB. Lembremos ainda que os nomes instituídos pela NGB foram também retirados dessa tradição antecedente, o que, devido ao movimento feito nos gestos de interpretação, limita de certa forma a função dos gramáticos enquanto autores, pois, já tendo os nomes legitimados uma memória, seus sentidos já estão por esta determinados, cabendo ao gramático apenas repeti-los, comentá-los. Entretanto, como dissemos anteriormente, já que não há ritual sem falhas (PÊCHEUX, 1997), ao serem repetidos e comentados, os sentidos desses nomes podem/poderiam deslizar, distanciando-se dos sentidos encontrados nas FDs pré-NGB.

O que gostaríamos de chamar atenção aqui é para o fato de que, para se explicar e justificar a escolha dos nomes que a NGB legitima, faz-se referência aos nomes não legitimados, “não acolhidos”, promovendo, assim, a manutenção da ilusão de que os nomes oficiais e os silenciados têm um mesmo referente e evidenciando o que dissemos

anteriormente quando afirmamos que os sentidos se dão em relação a outros sentidos. Isto é, os nomes legitimados pela NGB se significam em relação aos nomes por ela silenciados.

Além disso, Kury afirma que, por vezes, quando discordar “do pensamento da eminente Comissão”, ele irá fazer “explicação mais longa de certos tópicos, apresentando, ainda, discretas sugestões e críticas”. Observe que, assim como nas gramáticas de Rocha Lima, de Bechara e de Celso Cunha, na gramática de Kury também se apresenta uma forma de escapar à censura imposta pela NGB, ainda que, à semelhança do que vimos em Rocha Lima, haja “coincidência” entre o que estabelece a NGB e a sua formação. Observemos, para melhor compreender o que estamos dizendo, o emprego dos parênteses com os dizeres: “(na maioria dos casos)”. Segundo Authier (1998), as glosas são “formas de explicitação do sentido” (*idem*: 29), que desdobram “reflexivamente o dizer de uma unidade, através de uma *explicitação univocizante* do sentido dessa unidade no seu dizer” (*idem*: 31). Trata-se, portanto, de “uma ruptura”, que desarticula a unidade (imaginária) do sentido. O parênteses, nesse caso, funciona, pois, como um ponto de fuga que se coloca à margem do sentido legitimado. Isto é, uma vez que a NGB foi significada enquanto uma lei, cabe ao bom cidadão submeter-se a ela, mas este, ao subjetivar-se, não se identifica plenamente com a evidência ideológica imposta pelo interdiscurso; ao contrário, ele a questiona e, conseqüentemente, resiste a tal imposição<sup>68</sup>.

### 5.1.6. Gladstone Chaves de Melo

Também podemos verificar a materialização da resistência no prefácio de Gladstone Chaves de Melo, cuja gramática foi publicada pela primeira vez em 1967<sup>69</sup>. Vejamos o que diz Melo:

SD8: Toda doutrina deste manual é inspirada na Linguística e na Filologia, mas é óbvio que não podemos discutir nem justificar posições. Quanto à Nomenclatura Gramatical Brasileira, adotamo-la por motivos didáticos, mas não a aceitamos servilmente quando ela exorbita de seu louvável esforço de uniformizar a nomenclatura, e assume posição doutrinária. (...) Aí temos de discordar e explicitar em nota no corpo do livro. (MELO, 2001: VIII) [grifos meus]

Dissemos no início do capítulo anterior que, com a separação dos lugares do gramático e do linguista, o gramático, tendo agora que se submeter à NGB, passará, muitas vezes, a recorrer à Linguística para justificar cientificamente o comparecimento de sentidos não

<sup>68</sup> Iremos nos aprofundar nessa questão mais adiante.

<sup>69</sup> Melo é um dos gramáticos que, assim como Adriano da Gama Kury, com o tempo deixarão de estar entre os gramáticos mais consultados nos cursos de Letras (Cf. capítulo I). Para se ter noção do que estamos dizendo, a terceira edição de sua gramática foi publicada em 1976; e a quarta edição, vinte e cinco anos após a terceira, em 2001.



legitimados pela terminologia oficial. Para entendermos melhor essa relação, será preciso fazermos uma pequena digressão.

Segundo Orlandi (2002), na história do estudo universitário brasileiro, a Linguística tem sua origem ligada à Filologia Românica, ao passo que os estudos de gramática da língua portuguesa filiam-se à Filologia Portuguesa. Todas essas disciplinas, porém, tanto a Filologia Românica quanto a Portuguesa, bem como a Linguística, na organização do saber sobre a língua portuguesa do Brasil, estão ligadas, de forma diferente, ao ensino de gramática.

Enquanto, na década de 50, a corrente estruturalista, cujos estudos no Brasil foram desenvolvidos abrangentemente pelo linguista Mattoso Câmara Jr., introduz os estudos de gramática descritiva, subsidiando cientificamente o conhecimento gramatical no sistema escolar, a Filologia Portuguesa sustenta teoricamente os estudos de gramática no âmbito universitário.

A contradição desempenhada pela Filologia, no que diz respeito ao papel exercido nos domínios escolar (indiretamente através da ciência Linguística, a que deu origem) e universitário, “não pára de produzir efeitos na formação dos professores” e “na organização do conhecimento gramatical na escola” (ORLANDI, 2002: 196). Se dissemos que na base do ensino escolar brasileiro, como forma de assegurar o ensino da língua nacional, estão a NGB, unificando a terminologia e promovendo a manutenção da evidência de unidade linguística, e a Linguística, respaldando cientificamente os estudos sobre a língua, deve-se considerar que há entre elas a Filologia, que, segundo Orlandi (*idem, ibidem*), “tece a difícil articulação entre o saber e a prática da língua, na relação entre unidade e diversidade”. Em outras palavras, a Filologia, ao lado da Linguística, irá por um certo tempo sustentar os estudos de gramática, apresentando-se sob a forma de comentários<sup>70</sup>.

Contudo, com o desenvolvimento da ciência Linguística, cada vez mais os estudos filológicos foram deixados de lado. E, se antes, no âmbito universitário, o curso de Linguística era um domínio do curso de Filologia Românica, hoje esta disciplina foi substituída pelo curso de Linguística Românica em muitas faculdades de Letras por todo o Brasil<sup>71</sup>.

Voltemos agora à análise da sequência retirada do prefácio de Melo. Como podemos ver, também há materializada aí a resistência à terminologia oficial. Em seu prefácio, o gramático, embora adote a NGB “por motivos didáticos”, admite que não a aceitará

---

<sup>70</sup> “É assim que – de acordo com Orlandi – trabalham essas formas de discurso (o discurso filológico e o discurso linguístico) sobre o discurso da gramática” (2002: 196).

<sup>71</sup> Este é o caso, por exemplo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“servilmente” quando ela assumir “posição doutrinária”. Nestes casos em que houver discordância, haverá uma explicação “em nota no corpo do livro”. Lembremos aqui duas questões:

(1) os nomes acolhidos pela NGB, assim como os que por ela foram silenciados, possuem já uma memória no discurso gramatical brasileiro e, por isso, os sentidos a eles atribuídos sustentam-se sobre diferentes doutrinas; e

(2) os sentidos silenciados não desaparecem simplesmente, não há censura totalmente eficaz, os sentidos migram.

Expliquemos: se os nomes possuem memória e se todos os sentidos a eles atribuídos se sustentam sobre uma determinada doutrina, a NGB assume posição doutrinária, ainda que tente apagá-la, em todos os casos, e não apenas em alguns. Se alguns casos causam estranhamento ao gramático, é porque ele, enquanto sujeito afetado pelo histórico e pelo ideológico, já está identificado a outros nomes, a outros sentidos, os quais, não sendo legitimados pela NGB, habitam a região de sentidos censurados pela terminologia oficial, o que não significa que eles não possam voltar a comparecer.

Assim sendo, como anunciado em seu prefácio, na gramática de Melo, a Filologia e a Linguística subsidiam cientificamente o posicionamento do gramático, respaldando o comparecimento de sentidos não legitimados pela NGB. Note-se aqui a igual importância atribuída a esses dois domínios de saber. O sujeito gramático identifica-se igualmente a essas duas disciplinas — ao contrário do que vemos atualmente com a hegemonia dos saberes legitimados pela Linguística sobre os da Filologia.

### **5.1.7. Napoleão Mendes de Almeida**

Antes de adentrarmos a análise do prefácio de Almeida, faz-se necessário aqui tecer algumas considerações de cunho teórico. Sendo assim, no próximo item discorreremos sobre o processo de identificação/subjetivação dos sujeitos gramáticos após a instituição da NGB e no item subsequente empreenderemos a análise do prefácio de Almeida.

#### **5.1.7.1 Do processo de identificação/subjetivação dos sujeitos gramáticos após a NGB**

Ao referir-se às notas de rodapé, Orlandi (2008) chama-nos atenção para o poder des-centralizador e para o caráter contraditório que colocam em movimento no texto. Há, segundo

a autora, ao mesmo tempo des-centralização e disciplina, “elas são índices de dispersão dos sentidos e ao mesmo tempo instrumentos de definição” (*idem*: 120). Acredito que o mesmo pode ser dito dos prefácios gramaticais pós-NGB. Como estou tentando mostrar nesta análise, estes prefácios ao mesmo tempo em que determinam os sentidos que poderão comparecer nos textos gramaticais, orientando os caminhos a serem perseguidos pelos gestos de leituras, carregam também os sentidos que não poderiam comparecer nesse tipo de texto – neste caso, os sentidos e as questões ideológicas referentes à filiação a diferentes doutrinas, os quais, como vimos, foram silenciados pela NGB.

Apesar dessa semelhança, há, deve-se destacar, uma sensível diferença no que tange ao funcionamento dos prefácios e das notas. Estas incidem diretamente sobre um dizer, ao passo que aqueles incidem sobre um conjunto de dizeres. Dito de outro modo: as notas são marcas textuais que evidenciam a existência de outros dizeres, que, de certo modo, desmistificam a ilusão de completude da linguagem, elas operam sobre sentidos no corpo da gramática, como veremos no capítulo a seguir. Os prefácios, por sua vez, “apresentam” a gramática, dando pistas de leituras, eles funcionam como uma espécie de “ante-sala”<sup>72</sup>, em que são determinados os caminhos que devem ser seguidos pelo leitor, mas, ao fazerem isso, trazem também aqueles caminhos pelos quais o leitor não deve/ não pode enveredar.

Tal caráter contraditório do funcionamento das notas e dos prefácios deve-se àquilo que Pêcheux denominou *o caráter material do sentido*, o qual, segundo este autor, é “mascarado por sua evidência transparente para o sujeito” e “consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas’” (PÊCHEUX, 1997: 160). Em outras palavras, o que trazemos aqui é a negação de qualquer possibilidade de existência de uma literalidade dos sentidos. As palavras e expressões, do ponto de vista discursivo, como vimos anteriormente, são significadas à medida que os indivíduos que as colocam em funcionamento, diante da interpelação ideológica, tornam-se sujeitos e posicionam-se no interior de uma formação discursiva dada.

Pêcheux (1997: 214) define as FDs como a representação na linguagem das Formações Ideológicas (FIs) que lhes correspondem, o que significa que o todo complexo das FIs na conjuntura que estamos analisando comporta todos os discursos sobre e da gramática existentes nesse período. Desse modo, quando o gramático toma um determinado posicionamento, inserindo-se numa FD, coloca-se em questão o processo de identificação/subjetivação desse indivíduo. Tal processo pode ter, de acordo com Pêcheux

---

<sup>72</sup> Fruto de observações de Vanise Medeiros ao longo da orientação.

(*idem*: 215), “efeitos paradoxais”, uma vez que podem ser assumidos pelo sujeito ideológico diferentes posicionamentos conforme a sua identificação ou não com a formação discursiva dominante determinada pela memória discursiva<sup>73</sup>.

Desse modo, analisando os casos sobre os quais discorreremos até agora, pode-se dizer que no prefácio da gramática de Torres temos o discurso do *bom sujeito* (PÊCHEUX, *idem*: 215), ou seja, do sujeito que se identifica cegamente com a FD dominante, pois há um total assujeitamento à proposta do Estado. Nesta modalidade de tomada de posição, o sujeito da enunciação se superpõe à forma-sujeito que organiza a FD, o que acarreta “uma aceitação livremente consentida” (PÊCHEUX, *idem*: *ibidem*) dos saberes legitimados pela NGB, produzindo, assim, a ilusão de unidade do sujeito.

Os prefácios de Rocha Lima, de Bechara, de Cunha, de Kury e de Melo, por sua vez, materializam o discurso do *mau sujeito* (*idem*: 215), pois, embora eles se insiram na FD determinada pelo interdiscurso, isso não se dá sem algum tipo de resistência – nas palavras de Pêcheux (*idem*: 215-216), em vez de superposição, tem-se, nesta modalidade, “uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” entre o sujeito da enunciação e a forma-sujeito, “com respeito ao que o ‘sujeito universal lhe dá a pensar”, o que possibilita o comparecimento de saberes presentes em outras FDs. Trata-se de “uma luta contra a evidência ideológica” (*idem*, *ibidem*), o interdiscurso continua a agir sobre o sujeito, fornecendo-lhe a evidência de sentidos da FD dominante, mas este, ao subjetivar-se, pode filiar-se a ela, reduplicando os seus saberes, ou rejeitá-la, questionando os saberes legitimados, e produzindo, assim, o que Pêcheux denominou *discurso-contra* ou *contradiscurso* (PÊCHEUX, *idem*: 216).

Note-se que a contradição está presente em ambos os casos. Tanto quando há a identificação como a contraidentificação, os sentidos dominantes e os silenciados mantêm-se presentes no discurso gramatical, o que difere é a forma como eles se fazem significar. Na modalidade de tomada de posição em que há a identificação, há uma ilusão de literalidade, de unicidade, de transparência dos sentidos, o sujeito sofre cegamente a determinação da FD dominante, como se esta fosse a única forma possível de dizer. Já na contraidentificação, a relação convívio-confronto a qual mencionamos anteriormente torna-se mais visível na materialidade linguística, o sujeito apropria-se de outros conceitos, identifica-se com sentidos de diferentes FDs, colocando-se no entremeio do todo complexo das FIs.

---

<sup>73</sup> Pêcheux determina três formas de tomada de posição. Aqui apresentamos apenas duas delas. A terceira modalidade é a desidentificação, sobre a qual discorreremos nos capítulos III e IV.

Torna-se aqui imprescindível trazer as reflexões tecidas por Indursky a respeito do desdobramento da forma-sujeito proposto por Pêcheux. Segundo esta autora (INDURSKY, 2008: 18), esse desdobramento recai sobre certo idealismo, já que, conforme demonstraram algumas análises em AD, a forma-sujeito, em determinadas condições de produção, pode dividir-se em muito mais do que duas posições-sujeito, sinalizando, assim, não o seu desdobramento, mas a sua *fragmentação* (*idem, ibidem*). A fragmentação da forma-sujeito, como vimos, proposta por Indursky (*idem*), acarreta uma formação discursiva heterogênea, com diferentes posições discursivas em seu interior, as quais se relacionam de formas distintas com a forma-sujeito e, por conseguinte, com a ideologia.

Desse modo, de acordo com essa autora, se temos uma pluralidade de posições-sujeito, podemos considerar que uma delas é dominante em relação às demais e equivale ao que Pêcheux denominou *bom sujeito*, ao passo que “as outras posições-sujeito vão se distanciando gradativamente dos saberes organizados pela posição-sujeito dominante e se constituem no que Pêcheux chamou de *mau sujeito*” (INDURSKY, *idem*: 19).

Se considerarmos os casos que analisamos até então, o prefácio de Melo, em relação aos dos demais gramáticos contraidentificados, é o que até agora mais se distancia da posição-sujeito dominante. Nos prefácios de Bechara e de Cunha, como vimos, a posição assumida tenta apaziguar os sentidos legitimados com os não legitimados, justificando o emprego destes pelo sentido de falta que é atribuído à NGB. Nos prefácios de Lima e de Kury, por sua vez, embora se admita que os termos legitimados pela NGB são em boa parte aqueles com os quais eles se identificam, há formas diferentes de se resistir. Em Kury, ainda que haja discordância em relação a alguns nomes que a NGB acolhe, o comparecimento dos termos não legitimados pela NGB se justifica devido à natureza de sua gramática. Faz-se necessário, para explicar os nomes legitimados, opô-los aos nomes não legitimados. Já no prefácio de Lima, assim como em Melo, a resistência se dá devido a questões doutrinárias (ideológicas), o que, conforme Lima, “não é lícito a ninguém renunciar”. Dizemos que no prefácio de Melo há um maior distanciamento do que no de Lima em relação à posição-sujeito dominante devido ao seu teor. Como vimos, de acordo com este gramático, ele não aceitará a terminologia oficial “*servilmente* quando ela *exorbita* de seu louvável esforço de uniformizar a nomenclatura, e *assume posição doutrinária*”. Quando analisamos o capítulo das gramáticas referente à colocação pronominal, porém, por vezes, observamos que o posicionamento desses gramáticos no interior da FD pós-NGB irá se deslocar, seja para uma posição mais próxima da forma-sujeito, seja para uma posição mais distante. Ou seja, apesar do posicionamento inicial que depreendemos a partir da análise dos prefácios, os sujeitos

gramáticos continuam movimentando-se no interior da FD pós-NGB e se posicionando conforme a identificação (ou não) a um determinado saber.

No que tange ao posicionamento no prefácio, no entanto, há um outro gramático que se distancia ainda mais da posição-sujeito dominante. Vejamos no próximo subcapítulo a análise do prefácio de Napoleão Mendes de Almeida.

### 5.1.7.2 Distanciamento e contradição

Um prefácio que expressa bem um maior distanciamento do sujeito da enunciação em relação à forma-sujeito é o de Napoleão Mendes de Almeida. Nele o gramático afirma que:

SD 9: (...) só por um passe de mágica, dado por interesse comercial muito antes que educacional, [a ortografia] veio a tornar-se oficial, a nomenclatura gramatical brasileira entra em cena, também agora num palco em que se vêem ratos do ministério (...).

De tal monta são esses e outros fatos, que chego à triste conclusão de que é uma falsidade o que está na portaria que designou uns tantos professores para estudarem e proporem o projeto: “um dos empecilhos maiores, se não o maior, à eficiência do ensino da língua portuguesa tem residido na complexidade e na falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso nas escolas e na literatura didática”.

Qual o professor de português que ignora repousar no ridículo número de aulas a verdadeira e fundamental causa da deficiência do ensino de nossa gramática? (...) O passar o verbo “pôr” a considerar-se mera irregularidade da segunda irá facilitar um aluno a decorar-lhe a conjugação? (...) Será que por passar o condicional a chamar-se “futuro do pretérito” que o seu estudo e emprego ficarão facilitados? (...).

Repito: de tal monta são esses e outros fatos, que chego à triste conclusão que outra foi a finalidade da portaria 36: Malogrados na adoção de seus livros, uns tantos professores engendram uma autêntica rasteira nos autores que os humilhavam.

*A despeito de tudo isso*, apresento aqui a “Metódica” enquadrada na nova terminologia, certo de que ela continuará a merecer a aceitação até aqui obtida, aceitação que a colocou, há anos, em primeiro lugar entre as gramáticas portuguesas impressas assim no Brasil como em Portugal. (ALMEIDA, Prefácio à 1ª ed., 1961: 20)<sup>74</sup> [itálico meu]

O emprego do sintagma adverbial *a despeito de tudo isso* introduz uma posição discursiva distinta da anterior e materializa a contradição a que nos referimos no item anterior, pois, após quase uma lauda de argumentação contrária à NGB e à Comissão que a organizou, o gramático retoma tudo o que fora dito anteriormente a partir do emprego do dêitico e anula o seu valor argumentativo em prol de um argumento que acaba o enquadrando dentre os, segundo ele, “malogrados professores” que precisam de uma reforma de tal ordem para conseguirem – ou continuarem conseguindo – emplacar seus livros, como podemos observar abaixo:

<sup>74</sup> Não conseguimos encontrar a data da primeira edição da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, mas se faz necessário aqui destacar que um ano antes da instituição da NGB (1958) já haviam sido publicadas dez edições desta gramática.

P1 – só por um passe de mágica, dado por interesse comercial muito antes que educacional (...).

P2 - *A despeito de tudo isso*, apresento aqui a “Metódica” enquadrada na nova terminologia (...).

No prefácio de Almeida, a formulação do enunciado se distingue de todas as que vimos até então. Embora os sentidos materializados pelas posições discursivas contra e pró-NGB se mantenham, nas gramáticas anteriores a finalidade pedagógica da terminologia oficial se sobrepunha aos outros sentidos, ao passo que neste caso não são as implicações ideológicas estabelecidas com a NGB que justificam a sua adoção, e sim o medo de ver o seu compêndio gramatical tornar-se obsoleto. Tem-se, portanto, presente aqui, ao lado da questão doutrinária, sobre a qual discorremos anteriormente, o discurso comercial, o qual se sobrepõe à doutrina e justifica a adoção da terminologia oficial. Segundo Baldini (1999), lembremos, as gramáticas que existiam antes da NGB e que não a adotaram, por falecimento do autor, por exemplo, caíram na obsolescência. O poder de coerção da nomenclatura oficial foi tal que após a sua publicação passaram a não ser aceitos pelos estudantes e professores compêndios gramaticais que estivessem em dissonância com o seu postulado, o que explica a postura adotada por Almeida. O gramático aqui ao subjetivar-se contraidentifica-se com os saberes da FD que o afeta. Embora ele se assujeite aos sentidos da FD determinada pelo interdiscurso, isso não se dá, como vimos, por identificação à evidência ideológica, isto é, aos saberes legitimados pela FD pós-NGB.

De acordo com Indursky (2008), com a fragmentação da forma-sujeito, a identificação do sujeito com a FD passou a se dar de forma fragmentada também, ele não pode mais identificar-se com a totalidade dos saberes legitimados pela FD dominante, isto porque ele não se identifica mais diretamente com a forma-sujeito, mas “com o saber emanado de uma determinada posição-sujeito para, a partir deste lugar discursivo, identificar-se com a forma-sujeito e, através dela, com a formação discursiva que o afeta” (*idem*: 19-20). Ou seja, no interior da FD que denominamos FD pós-NGB há uma dispersão de posições-sujeito, cujos saberes estão associados a FDs pré-NGB e com as quais os sujeitos se identificam, mantendo-se no interior da FD imposta pelo interdiscurso, ainda que haja entre a posição assumida e a forma-sujeito que organiza a FD um maior distanciamento.

Entendemos que a posição-sujeito em que Almeida, ao subjetivar-se, se inscreve está, se compararmos às outras sequências analisadas, mais distante da forma-sujeito que organiza

os saberes da FD pós-NGB. Por isso, neste recorte, ao contrário do que vimos até então, nota-se materializada a voz da posição contraNGB, ou seja, o contradiscurso. Nas outras gramáticas, embora conseguíssemos depreender o funcionamento do contradiscurso, havia, na maioria das vezes, um efeito de distanciamento entre este e o posicionamento adotado pelos sujeitos gramáticos, como podemos ver em Kury (1959), por exemplo, através do emprego do pronome indefinido *muitos*: “A muitos escapará a relevância didática de tal empreendimento; e não imaginarão talvez o quanto de trabalho e desprendimento isso significa, dado o apego natural de cada um dos signatários (...) ao patrimônio espiritual que representa cada um corpo de doutrina conquistado através de fadiga intelectual diuturna”. Em outras palavras, o que estamos destacando aqui é que nos prefácios das gramáticas pós-NGB há uma tensão materializada entre a posição pró e contra-NGB, mas tudo o que sabemos desse discurso outro que se coloca contra a NGB nas gramáticas que analisamos anteriormente é dito pela posição pró-NGB.

No prefácio de Almeida, ao contrário, a posição contra-NGB não é dita por uma outra posição, mas “diz de si mesma”, ou seja, neste prefácio, ao contrário do que ocorre nos demais, assume-se a posição contra-NGB (P1). Assim sendo, no que tange à instituição da terminologia oficial, diz-se que o “interesse comercial” é colocado antes do educacional, ao passo que na posição pró-NGB é destacada a sua “relevância didática”. Se, em Almeida, a NGB é significada como “uma autêntica rasteira”, nos prefácios das outras gramáticas ela é vista como um empreendimento cujos propósitos são “dignos de louvor”. Quanto à situação da nomenclatura que antecede a NGB, nesta posição, aquilo que serviria como justificativa para a sua implementação, isto é, a “multiplicidade de processos e classificações individuais” que “torturava os estudantes” e “concorria para o desprestígio” dos professores, é deslocado para “o ridículo número de aulas” voltadas para o ensino da gramática, argumento este que desvalidaria a necessidade de unificação na nomenclatura.

#### **5.1.8. Do funcionamento dos prefácios das gramáticas pós-NGB**

Os prefácios das gramáticas pós-NGB materializam, pois, a tensão ideológica vivenciada a partir do momento em que se deu a instituição da terminologia oficial. Isto é, por mais que esta funcione como uma censura que regula a relação do sujeito com o dizível, nos prefácios a tensão entre os sentidos dos discursos pré e pós-NGB se materializa nas distintas posições discursivas. Os sentidos excluídos não deixaram simplesmente de existir, eles



continuaram e continuam em tensão com os sentidos legitimados e, por isso, por vezes, não podendo comparecer no corpo gramatical, surgem em outros lugares, como nos prefácios. Isso porque o discurso como o legitimado pela NGB só pode significar em relação a algo que lhe é anterior, ou seja, em relação ao discurso que denominamos pré-NGB.

Deve-se lembrar aqui que habitavam a memória gramatical pré-NGB diferentes formações discursivas. A dispersão de FDs no interior do discurso gramatical de certa forma se fez significar após a implementação da NGB, quando a terminologia acolhida pela proposta do Estado foi significada a partir da filiação à memória pré-NGB. Além disso, houve, devido ao efeito da censura imposta pela terminologia oficial, a instauração de uma nova forma-sujeito, com a qual os sujeitos se relacionam de diferentes formas. Tais posicionamentos, por sua vez, evocam os saberes legitimados pelas FDs pré-NGB e caracterizam a FD pós-NGB como uma formação discursiva heterogênea por si mesma, pois em seu interior se podem depreender posições, saberes e sentidos provenientes de outras FDs (no caso, das FDs pré-NGB).

Assim sendo, a forma como se relacionam os discursos pré e pós-NGB depende da tomada de posição dos sujeitos em relação aos saberes legitimados pela proposta do Estado e, por isso, como dissemos, é regida pela relação convívio-confronto, gerando, assim, desdobramentos discursivos, os quais denominamos discursos contra e pró-NGB – ora silencia-se ao máximo, mas não totalmente, o discurso de resistência em prol da legitimidade e da transparência do discurso oficial, como no caso do prefácio de Torres; ora tenta-se apaziguar os dois discursos encontrando formas distintas de fugir ao assujeitamento à proposta oficial, como vimos em Bechara, em Kury e em Cunha; ora se admite parcialmente os saberes legitimados pela FD pós-NGB, devido à identificação aos saberes legitimados por posições-sujeito das FDs anteriores, como vimos em Lima e em Melo; ora posiciona-se radicalmente contra tal proposta, mas até nesses casos ela acaba sendo adotada, como vimos em Almeida. Essa situação de convívio-confronto se dá ainda porque, relacionados ao discurso gramatical, seja em situação de aliança ou de embate, encontram-se discursos outros, como os doutrinários, o pedagógico, o científico e o comercial, os quais são determinantes no que diz respeito à identificação do gramático à proposta do Estado.

Com isso, podemos formalizar algumas conclusões a respeito do funcionamento dos prefácios gramaticais pós-NGB. Os prefácios analisados buscam estipular as margens dos sentidos que podem e devem comparecer no corpo gramatical ou, nas palavras de Orlandi, “procuram não deixar que ele [o texto] signifique além de certos limites”, procuram ainda “apagar as transformações de sentido trazidas pelo fato de que, na sua materialidade, eles são

objetos integralmente históricos (e linguísticos)”, em suma, “procuram impedir que o sentido trabalhe a sua historicidade” (ORLANDI, 2008: 120-121). No entanto, ao fazê-lo, os prefácios analisados fazem exatamente o contrário: se se busca estabelecer a unidade, nos prefácios tem-se a dispersão; se se procura fixar a transparência, neles apresenta-se a opacidade; se o objetivo era o evidenciamento de uns sentidos e o apagamento de outros, eles trazem de forma intrínseca a heterogeneidade, a alteridade, enfim, o interdiscurso. Isso porque, ao comentar o sentido hegemônico, ao repetir o mesmo, ocorre, nos termos de Foucault (2007), uma “repetição mascarada”, em que se estabelece não somente um discurso sobre o discurso, mas também discursos paralelos que, como vimos, relacionam-se de diferentes formas com a memória do discurso gramatical legitimado pela NGB e produzem, por isso, diferentes efeitos de sentidos.

## 6

**CICATRIZES:  
TRAÇOS DE DISCURSOS OUTROS NAS GRAMÁTICAS PÓS-NGB**

*“Tudo quanto o homem expõe é uma nota à margem de um texto apagado de todo. Mais ou menos, pelo sentido da nota, tiramos o sentido que havia de ser o do texto; mas fica sempre uma dúvida, e os sentidos possíveis são muitos.”*

FERNANDO PESSOA (2006: 164)

Neste capítulo nos dedicaremos à análise do processo de interpretação, legitimação e naturalização dos sentidos concernentes à colocação pronominal. A escolha desse aspecto se deu devido à tensão entre os sentidos legitimados e os silenciados que depreendemos a partir de nossas leituras dos *corpora*, os quais, como vimos no Capítulo III.2, foram publicados durante o período que Baldini (1998) caracteriza como *período interpretativo*.

As sequências analisadas foram recortadas visando à organização e à interpretação de nosso *corpus* principal. As noções de recorte e de *corpus*, portanto, em AD relacionam-se diretamente ao gesto de interpretação do analista sobre o qual discorreremos no Capítulo I.

Desse modo, e levando em consideração que a completude da linguagem só se dá de forma ilusória, buscamos depreender as regularidades e as irregularidades encontradas no capítulo referente ao ponto destacado, a fim de compreender o funcionamento do discurso legitimado pela NGB sobre o discurso das gramáticas cuja publicação a sucederam.

No Capítulo III, vimos que a implementação da NGB instaurou no período interpretativo a formação discursiva que denominamos pós-NGB a qual se sobrepõe às formações discursivas da tradição gramatical que a antecede (as FDs pré-NGB), proibindo que os sujeitos gramáticos nelas se inscrevam. Sendo assim, não se pode dizer que a NGB nomeia os fatos gramaticais, pelo menos não se entendemos que o ato de nomear do ponto de vista discursivo não consiste em simplesmente atribuir nome aos fatos. Como vimos, para instituir-se enquanto tal, a terminologia oficial silencia determinados nomes da tradição gramatical existente e legitima outros. Estes nomes, portanto, embora não tenham os seus sentidos determinados pela nova nomenclatura<sup>75</sup>, já possuíam uma memória no discurso gramatical e, por isso, durante o período interpretativo (Cf. Capítulo III.2), para que eles fizessem sentido, a partir dos gestos de interpretação dos sujeitos gramáticos, foram filiados à memória do discurso gramatical pré-NGB — o que não impediu que deslizassem, de modo que os nomes acolhidos pela nova nomenclatura passassem a significar diferentemente.

---

<sup>75</sup> Lembramos aqui a diferença entre o Anteprojeto e o Projeto oficial da NGB (Cf. Capítulo IV. 1).

Por isso, levando em consideração o processo discursivo engendrado pela instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira, observamos que a NGB opera um trabalho discursivo de renomeação. O ato de renomear, de acordo com Indursky (2006), é da ordem do político, pois coloca em questão diferentes discursos que se atravessam e “vão deixando seus vestígios, mais ou menos visíveis na memória discursiva [gramatical] deste país, nomeando, inscrevendo, prescrevendo, proscrevendo, através das diferentes designações” (*idem*: 124), e produzindo uma nova forma de subjetivação para os gramáticos, em relação à qual estes irão se posicionar, ao mesmo tempo em que atribuem sentido aos nomes legitimados pela NGB.

Nesta tomada de posição, como vimos nos capítulos anteriores, o sujeito pode identificar-se e subjetivar-se de diferentes formas. Ele pode identificar-se à posição-sujeito dominante da FD hegemônica no discurso em questão ou pode desta distanciar-se, inscrevendo-se em diferentes posições-sujeitos, revelando, assim, a fragmentação da forma-sujeito e, conseqüentemente, da FD por ela organizada (INDURSKY, 2008). O sujeito pode ainda, dada a impossibilidade de identificar-se aos saberes legitimados pela FD (im)posta pelo interdiscurso, desidentificar-se desta e identificar-se à outra FD, sinalizando “um certo espaço de liberdade, de manobra para o sujeito do discurso” (*idem*: 15). Nestas diferentes modalidades de identificação/subjetivação, estão em questão, portanto, diferentes subjetividades e diferentes sentidos, os quais variam conforme a FD em que os sujeitos se inscrevem e também conforme a relação com esta estabelecida<sup>76</sup>.

É justamente essa movimentação, dos sentidos e dos sujeitos, que nos interessa apreender aqui. Se o homem, frente ao objeto, está condenado a significar e, por isso, sempre está afetado por alguma ideologia, deve-se compreender que é justamente na língua, como viemos demonstrando ao longo deste trabalho, que se materializa esse encontro entre sujeito e ideologia. Passemos à análise.

## 6.1 Colocação pronominal

No que diz respeito à colocação dos pronomes, o Anteprojeto da NGB apresenta três pontos que originaram conflito entre os gramáticos da época e sobre os quais discorreremos mais detalhadamente adiante. São eles:

- (1) o lugar onde deve comparecer este conteúdo, se na sintaxe ou na fonética sintática;

---

<sup>76</sup> Com vimos no capítulo anterior, dada à fragmentação da forma-sujeito, o sujeito da enunciação não pode mais identificar-se totalmente com os saberes da FD por ela organizada, por isso ele passa a identificar-se a determinadas posições-sujeitos e aos seus respectivos saberes, o que possibilita que sentidos de outras FDs aí se façam presente.

- (2) quando na sintaxe, a denominação da parte em que este se insere; e
- (3) a denominação dos tipos de colocação.

### 6.1.1 A colocação pronominal é assunto da sintaxe ou da fonética sintática?

Em relação ao primeiro ponto, há na gramática de Bechara a defesa, ainda que de forma sutil, de uma realocação desse fenômeno. Segundo este gramático, a colocação pronominal não pode ser considerada apenas pelo aspecto sintático, uma vez que interfere na posição dos pronomes a tonicidade dos vocábulos. Com base nesse argumento, Bechara propõe que se considere este assunto do ponto de vista da ‘fonética sintática’<sup>77</sup>, evitando-se, assim, “a falsa teoria da ‘atração’ vocabular” (BECHARA, 1961: 399)<sup>78</sup>.

No comentário de Jucá (Filho)<sup>79</sup> ao Anteprojeto da NGB, observamos uma relação de paráfrase com o posicionamento de Bechara, relação esta que, ainda que de diferentes formas, também comparece no comentário de Chediak e nas gramáticas pós-NGB. O que estamos tentando demonstrar aqui é que, embora o projeto oficial da NGB não mencione os termos ‘fonética’ ou ‘fonologia sintática’, silenciando, assim, o conflito em questão, após a sua implementação, a colocação pronominal, assim como já vinha sendo trabalhada por alguns gramáticos pré-NGB, passou a ser abordada levando-se em consideração tanto o aspecto sintático quanto o fônico. Expliquemos.

De acordo com o Anteprojeto, a colocação pronominal deveria ser tratada pela ‘sintaxe de construção’. O termo *construção*, porém, causou polêmica, uma vez que o seu sentido legitimado na época evidenciava uma contradição na proposta do Estado, que dividia os estudos de sintaxe em: sintaxe de concordância, de regência e de construção.

Dissemos no início deste capítulo que o trabalho desenvolvido pela NGB é da ordem da renomeação, porque os nomes legitimados já existiam na memória gramatical anterior à

<sup>77</sup> No comentário ao Anteprojeto da NGB de Cândido Jucá (Filho) comparece o termo “fonologia sintática” para designar a área que subsidia os estudos de colocação. Acreditamos que isso se dê porque a essa época os referentes discursivos para os aspectos fonéticos e fonológicos ainda não estavam totalmente definidos.

<sup>78</sup> A lei de atração dos vocábulos também é criticada por Melo (2001). Segundo este autor: “é preciso estar prevenido contra uma teoria explicativa muito cômoda mas perfeitamente falsa, que costumamos chamar de “magnética”. Referimo-nos àquela segundo a qual determinadas palavras atraem o pronome oblíquo. Tais seriam que, como, quanto, não e muitas outras. Ora, uma palavra não pode atrair outra, porque, uma vez pronunciada, deixa de existir, ao passo que a outra, a supostamente atraída, ainda não existe. Isto, sem considerar que palavra é acidente de acidente, momentâneo resultado da passagem do ar pelos órgãos articuladores em determinada momentânea posição”. (*idem*: 242)

<sup>79</sup> De acordo com Cândido Jucá, “Próclise, e ênclise não são termos de sintaxe, mas de fonologia. Nem se ligam exclusivamente às “formas oblíquas átonas dos pronomes pessoais”. Dizem respeito a diversos monossílabos, que, por serem átonos (ou quando se tornam átonos), se apóiam nas palavras tônicas circunstanciais. A sintaxe estuda a anteposição, e a posição do pronome átono com referência ao verbo. Mas a anteposição nem sempre coincide com a próclise. Nem a posposição com a ênclise” (In: CHEDIK, 1960: 152-153). [grifos meus]

terminologia oficial e a ela foram filiados, no período interpretativo, para que pudessem fazer sentido. Assim sendo, no ato de nomear e no de renomear está em questão a (re)produção — ou o deslocamento — do referente discursivo. De acordo com Mariani (1998), a questão da referência envolve ao mesmo tempo questões de base linguística e histórica. Ou seja, é a materialidade linguística que, constituída historicamente, produz simultaneamente o discursivo. Desse modo, quando falamos em ‘referente’, do ponto de vista da AD, referimo-nos a uma construção da ordem do imaginário, e não da sua realidade física. Como dissemos anteriormente, não há uma relação unívoca entre o objeto e a linguagem, entre as palavras e as coisas, o que se tem é um produto de interpretação que varia de acordo com o posicionamento do sujeito no interior de uma determinada formação discursiva. A referencialidade é, portanto, “um efeito de sentido” (PÊCHEUX *apud* Mariani, *idem*: 114).

Assim sendo, como podemos observar no comentário da Comissão representante da Academia Brasileira de Filologia (ABF)<sup>80</sup>, a inclusão do termo *construção* tornava a subdivisão proposta pelo Estado contraditória porque o seu referente discursivo envolvia tanto os estudos de colocação, quanto os de regência e os de concordância. Em decorrência disso, a Comissão da ABF sugeriu a substituição do termo ‘construção’ por ‘colocação’. Sugestão aceita, a colocação pronominal, segundo a NGB, passou a ser um assunto tratado pela ‘sintaxe de colocação’, e nas gramáticas ulteriores produziu-se o efeito de evidência dessa relação.

A colocação pronominal passou a ser compreendida, então, enquanto uma questão a ser analisada do ponto de vista sintático, tratada nos capítulos intitulados ‘sintaxe de colocação’ ou simplesmente ‘colocação (pronominal)’ — com exceção das gramáticas de Cunha e de Almeida, nas quais não se observa o cumprimento, na abordagem do conteúdo gramatical, da ordem proposta pela NGB, o que não significa que estes gramáticos façam uma abordagem do assunto que destoe da que observamos nas demais gramáticas.

A obediência ao que propõe a NGB, todavia, não impede, mesmo quando enquadrado dentre os assuntos da análise sintática, que nas gramáticas pós-NGB seja também considerado o aspecto fônico, isto é, que se considere que orientando as questões referentes à posição do pronome está a sua tonicidade. Isso porque, como dissemos, para significar os nomes acolhidos pela nomenclatura oficial, os gramáticos recorreram à memória do discurso gramatical já existente. Desse modo, de forma geral, produziu-se o efeito de evidência do seguinte sentido: antepostos, pospostos ou interpostos aos verbos estão apenas os pronomes

---

<sup>80</sup> De acordo com a comissão designada pela ABF, “Na pág. 41 se divide a Sintaxe em de Concordância, de Regência e de Construção. A Comissão sugere que se diga “colocação” por “construção”, uma vez que o termo “construção” também envolve a regência e a concordância. (IN: CHEDIAK, 1960: 176) [grifos meus]

oblíquos átonos, pois estes “uma vez átonos e, ao mesmo tempo, com função de complemento verbal, (...) terão de apoiar-se, para efeito de acentuação, nos próprios verbos de que são complementos” (ALMEIDA, 1961: 412). Algumas vezes o efeito de evidência da relação entre os aspectos fônicos e sintáticos é tal que as gramáticas não dedicam a ela maiores explicações, como podemos ver em Torres:

Os pronomes oblíquos átonos podem ser antepostos, interpostos ou pospostos ao verbo. No primeiro caso temos a *próclise*, no segundo a *mesóclise* e no terceiro a *ênclise*. (TORRES, 1965: 181-182) [itálico do autor, grifos meus]

Nessa sequência, o adjetivo *átono* refere-se à fonética, ao passo que os adjetivos *antepostos*, *interpostos* e *pospostos*, à sintaxe, e, selando a união entre esses dois campos, têm-se os substantivos *próclise*, *mesóclise* e *ênclise*.

As prescrições e os silenciamentos impostos pela NGB, portanto, embora atuem efetivamente sobre o discurso gramatical pós-NGB, organizando-o, definindo-o e determinando-o historicamente, não instauram, como dissemos no Capítulo III, sentidos da ordem do novo. Ao contrário, os sentidos prescritos, como vimos, já existiam na memória do discurso gramatical, assim como também os sentidos proscritos ou silenciados, os quais, apesar de serem censurados pelo discurso oficial, neste podem se fazer significar de diferentes formas. Embora a fonética sintática, por exemplo, não tenha sido legitimada enquanto uma subárea de estudos gramaticais, o aspecto fônico passou a ser considerado no tratamento da colocação pronominal, mesmo que este assunto seja visto como parte dos estudos de análise sintática. O respeito à terminologia oficial, portanto, no que diz respeito a esse assunto, mantém-se, mas a forma como ele é tratado traz à tona uma prática silenciada pela NGB. Nos próximos itens, veremos outras formas de comparecimento dos sentidos silenciados.

### 6.1.2 Formas de materialização dos sentidos outros

A consideração da colocação pronominal enquanto um assunto a ser tratado sob um aspecto duplo, o fonético e o sintático, colocou em evidência uma outra questão que já vinha sendo debatida entre os gramáticos antes da NGB e que se faz presente em quatro das sete gramáticas aqui analisadas: a distinção entre a pronúncia brasileira e a portuguesa. Melo, já na introdução de seu capítulo sobre colocação pronominal, afirma ser este “um capítulo obrigatório nas gramáticas”; trata-se, segundo o gramático, de “um assunto que já foi objeto

de longas discussões, estéreis quase todas”. E isso porque “o problema andava mal posto e, necessariamente, andava mal conduzido” (MELO, 2001: 241).

Como vimos no Capítulo II, os gramáticos do século XIX, influenciados pelos ideais românticos, esforçaram-se para diferenciar o português-brasileiro (PB) do português-europeu (PE), atribuindo, assim, sentido à língua nacional. Quando a questão da colocação pronominal foi questionada pelo movimento moderno, língua e estado já estavam instituídos, e este movimento — que continuava propondo o distanciamento do PE a partir da aproximação do PB à realidade linguística cotidiana — e também os seus efeitos ficaram restritos ao campo literário (Cf. AGUSTINI, 2004). Desse modo, impedido de atuar na política linguística nacional, o posicionamento do movimento modernista em relação à língua colaborou para o comparecimento no corpo da gramática de possibilidades de dizer não legitimadas pela tradição gramatical (Cf. Capítulo II.2.2).

Esses dizeres não legitimados, no entanto, comparecem — quando comparecem — em lugares distintos nas gramáticas pós-NGB. Melo, por exemplo, aborda a questão na introdução de seu capítulo, justamente por entender, segundo ele, que “as *normas* que a Gramática possa formular representam *tendências gerais*, induzidas da observação da língua escrita, nunca leis rígidas aplicáveis a todos os casos” (MELO, 2001: 242). Assim sendo, este gramático nos lembra que “como no Brasil é diversa da portuguesa a pronúncia atual da língua, forçoso é que seja diferente, no uso coloquial, a posição do pronome-complemento — átono em Portugal, semitônico no Brasil” (*idem, ibidem*). Este comentário de Melo não é seguido de nenhum exemplo e, ao longo da exposição das regras de colocação pronominal, ele não faz também nenhuma menção a essas diferenças características da modalidade brasileira da língua portuguesa. Entendemos, então, a partir disso, que o gramático, embora admita as diferenças prosódicas entre o PB e o PE, detém-se em sua gramática a depreender as normas da variedade escrita exclusivamente, isto é, da língua que Orlandi denomina *língua imaginária* (Cf. capítulo II). Assim é que, no final do capítulo referente à colocação pronominal, encontramos a seguinte observação, sem exemplos:

Na linguagem coloquial brasileira, é muito comum vir o pronome, solto e autônomo, entre o auxiliar e o verbo principal, tanto nos tempos compostos como nas locuções verbais, — e essa prática tem, como é natural, repercussão na língua literária (MELO, *idem*: 245) [grifos meus].

Ou seja, quando a prática oral passa a repercutir na língua literária, ela, por esta abalizada, passa a ter uma espécie de “licença” para comparecer, ainda que de forma marginal, na gramática. Trata-se aqui do “transbordamento de regras” (AGUSTINI, 2004)



sobre o qual discorreremos no Capítulo II. Lembremos: o movimento modernista não podia mais produzir sentido para a língua nacional, pois esta já estava devidamente constituída / instituída. Estando impedido de influenciar na política linguística do país, o posicionamento linguístico desse movimento foi interpretado enquanto uma questão estética e colaborou, conforme Agustini (2004), para o comparecimento na gramática de “desvios estético-expressivos”.

Bechara também inicia seu capítulo sobre a colocação pronominal comentando a colocação brasileira. Segundo este gramático,

A gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos, e não leva em conta as possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos. Daremos aqui apenas aquelas normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas. Não se infringindo os critérios expostos, o problema é questão pessoal de escolha, atendendo-se às exigências de eufonia. É urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam, porque ‘a pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com a do falar dos portugueses’ (SAID ALI *apud* Bechara, 1961: 399). (BECHARA, *idem*: 398-399). [grifos meus]

Dissemos no Capítulo II que, num primeiro momento, a Gramática precisa da literatura para atribuir sentido à língua nacional, mas que depois, quando a língua já está devidamente constituída, a relação entre Gramática e Literatura se inverte, e aquela passa a legislar sobre o fazer literário dos autores, determinando aqueles que são, do seu ponto de vista, bons e maus escritores. Observamos nas sequências que estamos analisando que, embora tenha havido esse engessamento da língua que comparece na Gramática, alguns gramáticos ainda tentaram, a partir da observação dos usos característicos da oralidade, principalmente daqueles que passaram também a repercutir na produção literária, continuar produzindo sentido para a língua nacional, mas devido à censura imposta pela NGB, estes sentidos outros não puderam comparecer senão marginalmente.

Apesar do comentário efusivo de Bechara, ao longo da exposição das regras de colocação, “as normas observadas na língua falada” comparecem também, assim como vimos em Melo, à margem do conteúdo legitimado pela terminologia oficial, como, por exemplo, quando o gramático se refere à colocação do pronome átono solto, na locução verbal, entre o verbo auxiliar e o principal:

Observações:

1.ª) Com mais frequência ocorre entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen:

Eu quero lhe falar.

Eu estou lhe falando.

A Gramática ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo está precedido de preposição: Começou a lhe falar ou a falar-lhe. (BECHARA, *idem*: 401)

Entretanto, encerrando o capítulo da gramática de Bechara sobre a colocação pronominal há uma sessão intitulada “Explicação da colocação dos pronomes átonos no Brasil”, em que o gramático explica as tendências brasileiras de emprego dos pronomes que havia exemplificado e comentado superficialmente em nota e que, nas palavras de Bechara, “nem sempre a Gramática agasalha como dignas de imitação, presa que está a um critério que a Linguística moderna pede seja revisto” (*idem*, 402). [grifo meu]

Como podemos observar na citação no parágrafo acima, para sustentar teoricamente o seu posicionamento a respeito do emprego dos pronomes e justificar o seu comparecimento no corpo da gramática, Bechara pauta-se em estudos filiados ao que aponta como “Linguística moderna”. No Capítulo IV, vimos que, com a distinção do lugar da Gramática e o da Linguística, esta passou a produzir o efeito de conhecimento sobre a língua que aquela produzia no século XIX e que, para justificar o comparecimento na textualidade das gramáticas dos sentidos não legitimados pela NGB e pela tradição gramatical por ela legitimada, os gramáticos passaram a recorrer ao conhecimento abalizado pela Linguística. É exatamente isso que ocorre na gramática de Bechara. Ao longo da exposição das regras de colocação pronominal, o gramático insere os desvios dessas regras sob a forma de observações, mas depois sente a necessidade de legitimar a sua presença, citando, nas suas palavras, um “lúcido resumo” do Prof. Martinz de Aguiar, o qual transcrevemos abaixo:

A colocação de pronomes complementos em português não se rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-ternário, em ambas as modalidades, brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatores, fonético (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entrecruzam e às vezes se contrapõem. Numa frase como ele vem-me ver, geral em Portugal, literária no Brasil, o fato lógico deslocou o pronome me do verbo vem, para adjudicá-lo ao verbo ver, por ser ele determinante, objeto direto, do segundo e, não, do primeiro. Isto é: deixou a língua falada no Brasil de dizer vem-me ver (fator histórico, por ser mera continuação do esquema geral português), para dizer vem me-ver (escrito sem hífen), que também vigia na língua, ligando-se o pronome ao verbo que o rege (fator lógico). Esta colocação de tal maneira se estabilizou que pouco se diz vem ver-me e trouxe consequências imprevistas:

1.ª) Pôde-se juntar o pronome ao particípio, procliticamente:

Aqueles *haviam se-corrompido* (escrito sem hífen aqui e nos iguais exemplos).

2.ª) Pôde-se pôr o pronome depois dos futuros (do presente e do pretérito):

*Poderá se-reduzir, poderia se-reduzir.* Deixando de ligar-se aos futuros, para unir-se ao infinitivo, deixou igualmente de interpor-se-lhe aos elementos constitutivos.

3.ª) Em frases como vamos nos-encontrar, deixando o pronome de pospor-se à forma verbal pura, para antepor-se à nominal, deixou igualmente de determinar a dissimilação das sílabas parafônicas, podendo-se então dizer *vamo-nos encontrar*. (AGUIAR *apud* Bechara, *idem*: 402-403). [grifos meus]

Em seguida Bechara faz o arremate final:

Pelas mesmas razões variadíssimas é que no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode assumir posição inicial no período. Este fenômeno, válido para a linguística, só por comodidade e inadvertência se tem dado como um ‘erro’ de gramática.” (*idem*: 403) [grifo meu]

Observe que para justificar a presença daquilo que não deveria comparecer no corpo da gramática, Bechara, além de se filiar aos estudos pautados no que ele significa como “Linguística moderna”, também traz a fala de alguém que fala desse lugar para legitimar o seu posicionamento. Assim é que, como vemos no resumo do Prof. Martinz de Aguiar, a colocação pronominal, tanto na modalidade brasileira quanto na portuguesa, “obedece a um complexo de fatores, fonético (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entrelaçam e às vezes se contrapõem”. Em decorrência desse olhar outro sobre a questão da colocação pronominal, no Brasil, a colocação do pronome átono solto entre os verbos auxiliar e principal de uma locução é significada como decorrente do fator lógico (sintático), isto é, uma vez que o pronome é interpretado como complemento do verbo principal e não do auxiliar, “deixou a língua falada no Brasil de dizer vem-me ver (fator histórico, por ser mera continuação do esquema geral português), para dizer vem me-ver (escrito sem hífen), que também vigia na língua, ligando-se o pronome ao verbo que o rege (fator lógico)”. Em decorrência disso também, justifica-se, na gramática de Bechara, a posição do pronome oblíquo átono no início do período, colocação que, segundo o gramático, “só por comodidade e inadvertência se tem dado como um ‘erro’ de gramática”.

O mesmo eixo parafrástico se encontra na ‘observação final’ de Cunha. Segundo este gramático:

A colocação dos pronomes átonos no Brasil difere apreciavelmente da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica. Em Portugal, esses pronomes se tornaram extremamente átonos, em virtude do relaxamento e enurdecimento de sua vogal. Já no Brasil, embora os chamemos átonos, são eles, em verdade, semitônicos. E essa maior nitidez de pronúncia, aliada a particularidades de entoação e a outros fatores (de ordem lógica, psicológica, estética, histórica e etc.), possibilita-lhes uma grande variabilidade de posição na frase, que contrasta com a colocação mais rígida que têm no português europeu.  
 Infelizmente, certos gramáticos nossos, esquecidos que essa variabilidade posicional, em tudo legítima, representa uma inestimável riqueza idiomática, preconizam, no particular, a obediência cega às atuais normas portuguesas, sendo menos inflexíveis no exigirem o cumprimento de algumas delas, que violentam duramente a realidade linguística brasileira. Dentre essas regras arbitrárias e dogmáticas, a mais conhecida (e, também, a mais infringida no falar normal do Brasil) é a que nos obriga a não começar frases com pronomes átonos. (1969: 225) [grifos meus; itálico do autor]

Como podemos observar a partir das sequências das gramáticas de Melo, Bechara e Cunha, a questão da colocação pronominal na modalidade brasileira da língua portuguesa, não sendo um assunto que comparece na nomenclatura oficial, entra em conflito com a tradição

dominante de estudos gramaticais a partir da qual a terminologia acolhida pela NGB foi significada. Lembremos: de acordo com Bechara, a colocação do pronome átono em início de frase “só por comodidade e inadvertência se tem dado como um ‘erro’ de gramática” e, como podemos observar na sequência acima de Cunha, a regra que “obriga a *não começar frases como pronomes átonos*” é posta como uma regra “arbitrária” e “dogmática”.

Já nas gramáticas de Torres, Kury, Almeida e Lima a polêmica sobre a distinção da pronúncia brasileira em relação à portuguesa é silenciada. Os sentidos hegemônicos referentes aos usos da colocação pronominal, depreendidos a partir da modalidade portuguesa, são postos como “normais”. Tais usos são expostos como evidências universais e são prescritos aos falantes, como podemos observar nas sequências a seguir extraídas da gramática de Almeida e da de Lima, respectivamente:

Se é de natureza dos oblíquos funcionar como complementos dos verbos, na da mais justo dizer que, em regra geral, os oblíquos devem vir pospostos ao verbo. (ALMEIDA, 1961: 413-414) [grifos meus]

A posição normal dos pronomes átonos é *depois* do verbo (ênclise). (LIMA, 1962: 474) [itálico do autor, grifo meu]

Como vimos anteriormente, com a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira e com a assunção da Linguística no Brasil, o gramático perde o seu lugar de autoridade na produção do saber metalinguístico e passa a submeter-se à proposta do Estado. Tais mudanças refletiram diretamente na autoria dos compêndios gramaticais. Se, no século XIX, ser gramático significava ser responsável pela produção de conhecimento sobre a língua do Brasil, no final do século XX, esses sentidos passam a ser regulados pelo Estado. A NGB passa a determinar o que pode e deve, assim como o que não pode e não deve, comparecer no corpo das gramáticas, que agora são o lugar de transposição do conhecimento sobre a língua para o ensino. Os gramáticos posteriores à NGB, então, conforme Baldini (1999), restringem-se a comentar a terminologia oficial. Os comentários, de acordo com Foucault (2007: 25-26)<sup>81</sup>, têm como função “dizer *enfim* aquilo que estava articulado silenciosamente no texto primeiro”. Ou seja, eles comentam o texto primeiro (a NGB), os sentidos por ele legitimados, dizendo algo que vai além deste texto, os sentidos por ele silenciados. Há, portanto, nas gramáticas pós-NGB, um ‘mesmo’ que se repete e que, ao ser repetido, instala a diferença, o ‘outro’.

<sup>81</sup> Sobre a questão da autoria e sobre a noção de comentário Cf. Capítulo III.

Mas estes sentidos outros, impedidos de comparecer no corpo da gramática, comparecem na maioria das vezes à margem dos sentidos oficiais. Desse modo, são as notas (ORLANDI, 2007b) e as observações no corpo das gramáticas pontos em que se verifica a possibilidade de fuga dos sentidos e de resistência à imposição do Estado. As notas/observações são lugares “onde a alteridade ameaça a estabilidade dos sentidos, onde a história trabalha seus equívocos, onde o discurso deriva para outros discursos possíveis” (*idem*: 13).

Bechara, Melo e Cunha, ao colocarem sob a forma de observação a questão da distinção prosódica entre o PB e o PE para as suas gramáticas, trazem questões, como dissemos anteriormente, que a NGB silencia, que a tradição de estudo gramatical brasileira por muito tempo repudiou. Tais observações são, no que tange ao emprego da colocação pronominal na modalidade brasileira, portanto, conforme Orlandi, “a cicatriz, o traço do ‘outro’ sentido, a marca inexorável da incompletude, de sentidos postos em silêncio” (*idem*: *ibidem*).

No Capítulo V, ao nos referirmos ao funcionamento dos prefácios, dissemos, citando Orlandi (2008), que as notas colocam em movimento no texto o seu caráter contraditório, pois elas representam ao mesmo tempo a des-centralização e a tentativa de disciplinarização dos sentidos. Ao mesmo tempo em que as notas, e aqui as observações feitas pelos gramáticos, apontam a dispersão dos sentidos, isto é, a possibilidade de comparecimento de outros dizeres além dos legitimados, elas também tentam definir o texto, impondo-lhe limites, que, como sabemos, inexistem. Um texto<sup>82</sup> é sempre incompleto e, por isso, os comentários agregados a ele sempre podem ser outros.

### **6.1.3 Da denominação dos tipos de colocação pronominal**

O Anteprojeto, após sugerir a tríplice divisão dos estudos da sintaxe, a saber: a) Sintaxe de Concordância, b) Sintaxe de Regência e c) Sintaxe de Construção<sup>83</sup>, acrescenta a este último item a seguinte observação:

Nota: No estudo da colocação das formas oblíquas átonas dos pronomes pessoais, será proscrita a denominação *mesóclise*. Tais formas se antepõem ao verbo (*próclise*), ou se lhe

<sup>82</sup> Entendemos *texto* aqui não só do ponto de vista de sua organização, isto é, enquanto materialidade empírica, como também de sua ordem significante. Por isso, consideramos todo texto uma “peça significativa”, um “bólide de sentidos”, que “‘parte’ em inúmeras direções, em múltiplos planos significantes”. Assim sendo, do ponto de vista discursivo, “qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, distintas formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade” (ORLANDI, 2007b: 14-15).

<sup>83</sup> Cf. o que dissemos em VI 1.1 a respeito da substituição do termo *construção* por *colocação*.

pospõem (*ênclise*); no futuro do presente e no futuro do passado (amar-te-ei, amar-te-ia), o pronome vem, com efeito, *enclítico* ao infinito, segundo nos ensina a história da língua” (In: CHEDIAK, 1960: 32). [grifos meus]

Concentremo-nos primeiramente em entender a recomendação feita pela Comissão. Como podemos observar, o termo *mesóclise* é proscrito baseado num argumento sustentado pelos estudos de ‘história da língua’. Segundo este argumento, não existe mesóclise, isto é, não existe a interposição do pronome oblíquo átono às formas verbais que se encontram flexionadas no futuro do presente ou do pretérito do indicativo. Sob esse ponto de vista, nos exemplos: amar-te-ei e amar-te-ia, o que se tem é a ênclise do pronome ao *infinito* — nome que se encontrava em algumas gramáticas do século XIX e que foi substituído pelo termo infinitivo, após a implementação da NGB<sup>84</sup>.

Estamos aqui diante de gestos distintos de interpretação que, mais tarde, acarretaram um deslocamento dos sentidos. Os estudos em história da língua interpretam o que hoje conhecemos como tempos futuros do indicativo como locuções verbais, compostas por infinitivo + verbo haver no presente ou no pretérito imperfeito reduzido. Assim, teríamos:

<b>AMAR-TE-EI</b>	= amar (infinitivo) + te (pronome oblíquo átono) + (h)ei (verbo haver no presente do indicativo)
<b>AMAR-TE-IA</b>	= amar (infinitivo) + te (pronome oblíquo átono) + (h)ia (verbo haver no pretérito imperfeito do indicativo)

Lembremos o que dissemos no Capítulo IV a respeito do embate que havia até meados do século XX entre os estudos diacrônicos, realizados pela Gramática Histórica, e os estudos sincrônicos, realizados pela Gramática Normativa. Esta silencia ou se distancia daquela baseada em seu objeto de estudo, ou seja, a língua vista sincronicamente. O Anteprojeto, ao proscriver a mesóclise baseando-se em um argumento diacrônico, filia-se a um quadro ideológico que vinha sendo criticado e deslegitimado pelos estudos sincrônicos e cria uma grande polêmica entre os gramáticos que comentaram o Anteprojeto, já que traz à tona um sentido não condizente com aquele que é legitimado pelo quadro ideológico dominante na conjuntura em questão, ou seja, não condizente com os estudos sincrônicos da língua, como podemos observar nos comentários a seguir:

<b>AUTORIA</b>	<b>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</b>
Departamento de	Suprimir a Nota – porque a <u>mesóclise hoje é um fato</u> , embora não o tenha

<sup>84</sup> Em nossas leituras, pareceu-nos que o termo *infinito* estava associado aos estudos diacrônicos da língua. Se assim for, estaríamos aqui diante de mais um silenciamento dessa tradição de estudos.

Letras da Universidade do Rio Grande do Sul	sido historicamente, quando os elementos se encontravam soltos na frase. Mas naquela época do Português arcaico também constituía um fato da língua escrita vir o pronome oblíquo enclítico aos futuros simples do indicativo. (In: CHEDIAK org., 1960: 212) [grifo meu]
Antônio José CHEDIAK	<p>Sou de parecer que se mantenha a denominação <i>mesóclise</i>, já <u>definitivamente incorporada à nomenclatura gramatical</u>. Suprimindo-a, a colocação do pronome no futuro estaria a exigir uma explicação pertinente à gramática histórica. <u>No sentido sincrônico atual, não há posposição de pronome ao infinitivo: <i>ria</i>, por exemplo, sente-se, hoje, como desinência temporal, tal como <i>va, ra, sse</i>.</u></p> <p>A inovar a esse respeito, preferível fora colocar a denominação em seus devidos termos.</p> <p>(...) realmente, <u>parece que o termo <i>enclítico</i> vem sendo tomado como sinônimo de <i>posposto</i>, isto é, de partícula que se subordina “ao acento das palavras anteriores”</u>. Entretanto, <u><i>ênclise</i> significa apenas <i>inclinação</i>, quer para a seguinte, quer para a palavra anterior</u>.</p> <p>‘Em rigor, escreve com muita propriedade Inez Lauro, devem considerar-se <i>palavras enclíticas</i> todas as palavras <i>átonas</i> – serão <i>átonas</i>, quando tomadas isoladamente, e <i>enclíticas</i>, nas expressões e nas frases’.</p> <p>“Ênclise será, pois, a designação genérica do <i>estado de subordinação duma palavra ao acento tônico de qualquer outra</i>’ (pg. 382).</p> <p>Desse modo, “<u>as palavras <i>enclíticas</i> é que podem estar em <i>próclise</i> ou ser <i>proclíticas</i>, estar em <i>mesóclise</i> ou ser <i>mesoclíticas</i>, e estar em <i>apóclise</i> ou ser <i>apoclíticas</i>”</u>.</p> <p>Fica mais essa sugestão aos preclaros membros da Comissão. Caso vingue, daremos um passo para a exatidão na nomenclatura gramatical. <u>Não pode haver estranheza na conceituação de <i>ênclise</i>; poderá havê-la na adoção do termo <i>apóclise</i>, já usado, entretanto, por Inez Lauro e Carlos Ventura, na Universidade de Coimbra. (<i>idem</i>: 73-74) [grifos meus]</u></p>
Cândido Jucá (Filho)	<p>O <i>Anteprojeto</i> proscree a palavra [mesóclise]. Mostra que em: amar-te-ei, amar-te-ia</p> <p>o que existe é a ênclise do <i>te</i>, “segundo nos ensina a história da língua”... Perdão! A história da língua justifica a sintaxe. Quem patenteia a ênclise é a fonologia sintática atual.</p> <p>Demais, <u>explicar um fato linguístico pela gramática histórica equivale a adiar o problema. Não é dar-lhe solução gramatical</u>.</p> <p>Mas talvez se pudesse <u>reservar o nome de <i>mesóclise</i> para um fato fonético que se tem desenvolvido no Brasil, o qual consiste em pronunciar o pronome pessoal átono livremente entre dois verbos, em frases como:</u></p> <p>“O morcego vem te chupar o sangue” (Alencar, <i>Iracema</i>, p.46); “vais te perder” (Bilac, <i>Poesias</i>, p.49); “parece estar se reabrindo a chaga” (Rui, <i>Partido Republicano Conservador</i>, p. 5, ed. 1987). (<i>idem</i>: 152-153) [grifos meus]</p>

Chama-nos atenção nos comentários acima três pontos:

(1) o evidenciamento da mesóclise enquanto um fato e o conseqüente deslocamento de sentido na interpretação dos constituintes da forma verbal — em vez de verbo no infinitivo +

verbo haver no presente ou no pretérito, tem-se uma forma verbal simples no futuro, em que -rei e -ria passam a ser interpretados como desinências modos-temporais (DMT);

(2) o deslocamento do sentido do termo enclítico — “parece que o termo *enclítico* vem sendo tomado como sinônimo de *posposto*, isto é, de partícula que se subordina ‘ao acento das palavras anteriores’. Entretanto, *ênclise* significa apenas *inclinação*, quer para a seguinte, quer para a palavra anterior” (CHEDIAK In: Chediak org., 1960: 73-74); e

(3) a busca de um referente discursivo para o termo mesóclise — “talvez se pudesse reservar o nome de *mesóclise* para um fato fonético que se tem desenvolvido no Brasil, o qual consiste em pronunciar o pronome pessoal átono livremente entre dois verbos” (JUCÁ (FILHO In: Chediak org., *idem*: 152-153).

Lembremos aqui o que dissemos nos capítulos anteriores: conforme a inscrição em diferentes FDs, um mesmo termo pode significar diferentemente. Basicamente, são essas diferentes inscrições que estão em questão nos pontos que destacamos acima.

No primeiro ponto, a filiação ao quadro ideológico dos estudos diacrônicos acarreta a interpretação de *amar-te-ei* / *amar-te-ia* como locuções verbais, ao passo que a filiação ao quadro ideológico dos estudos sincrônicos desloca o significado dos constituintes desses vocábulos, passando a interpretá-los como formas verbais simples, em que -rei e -ria são DMT, e às quais se interpõe o pronome oblíquo átono. Como vimos anteriormente, no final da década de 50 do século XIX, os estudos diacrônicos vinham perdendo espaço no meio intelectual, daí o efeito de estranhamento causado pela nota proposta pelo Anteprojeto. Embora ainda houvesse algumas resistências, a distinção entre o fazer histórico e o fazer normativo vinha impedindo que houvesse intercessão entre os saberes legitimados por cada um desses fazeres. Por isso, dado o desprestígio dos estudos diacrônicos, tornou-se impossível manter no Projeto oficial um argumento com base na história da língua.

No segundo ponto, já havia ocorrido na tradição gramatical brasileira um deslocamento do sentido do termo *enclítico*, que passou a ser tomado como sinônimo de *posposto*. Neste caso, Chediak, não identificado a essa posição, tenta retroceder esse deslocamento, filiando-se, para tanto, à tradição gramatical portuguesa, sugerindo que o termo *enclítico* passasse a denominar genericamente ‘o estado de subordinação duma palavra ao acento tônico de qualquer outra’, de modo que tais palavras subordinadas, quanto à posição assumida em relação ao termo subordinante, possam estar em *próclise*, *mesóclise* ou *apóclise* (em vez de *ênclise*).

Chediak propõe, então, a substituição do termo *ênclise/enclítico* por *apóclise/apoclítico*, e o (re)deslocamento de sentido do primeiro. Ocorre que o sentido de



*ênclise* enquanto posicionamento do pronome átono após o verbo já estava naturalizado nos estudos gramaticais brasileiros. Além disso, adotar o posicionamento proposto por Chediak, baseando-se num argumento da gramática portuguesa, seria de certa forma retroceder no que diz respeito à produção do efeito de distanciamento entre o PB e o PE. Por isso, como vemos no Projeto final da NGB, a proposta desse gramático não pôde ser acolhida, sendo essa discussão silenciada. A NGB apenas prescreve a adoção das denominações *próclise*, *mesóclise* e *ênclise*.

No terceiro ponto, a busca de um referente discursivo para o termo *mesóclise* ilustra bem o que dissemos no Capítulo II.2.1.1 sobre a noção de interpretação e neste capítulo, em 1.1, quando discorreremos sobre o efeito de referencialidade. Não existe uma relação univocizante entre linguagem e mundo, o que possibilita que, a partir dos gestos de interpretação, a uma mesma palavra possam ser atribuídos sentidos distintos. Assim é que, analisando as sequências anteriores, podemos depreender dois sentidos para o termo *mesóclise*:

NOME	SENTIDOS
<b>MESÓCLISE</b>	Posição em que o pronome oblíquo átono se interpõe ao verbo. Ex: amar-te-ei, amar-te-ia.
	Posição em que o pronome oblíquo átono comparece livremente entre os verbos de uma locução verbal. Ex.: Vou te amar, Iria te amar.

O primeiro sentido era o dominante na tradição gramatical pré-NGB e foi este que se naturalizou após a implementação da terminologia oficial. É, contudo, necessário entender a proposta do gramático Cândido Jucá (Filho). Como vimos na sessão anterior, a consideração dos aspectos fonético e sintático no tratamento da colocação pronominal produziu o efeito de evidência da distinção entre a pronúncia do Brasil e a de Portugal. Uma das primeiras questões que se colocou foi em relação à ocorrência do emprego da mesóclise, entendida como a interposição do pronome átono ao verbo. Tal emprego, como vimos no comentário do Prof. Martinz Aguiar<sup>85</sup>, era comum, em Portugal; mas raro, a não ser em textos oficiais ou

<sup>85</sup> De acordo com Aguiar, “Numa frase como ele vem-me ver, geral em Portugal, literária no Brasil, o fato lógico deslocou o pronome me do verbo vem, para adjudicá-lo ao verbo ver, por ser ele determinante, objeto direto, do segundo e, não, do primeiro. (AGUIAR *apud* Bechara, *idem*: 402-403). [grifo meu]”

literários, no Brasil. Na oralidade brasileira, esse tipo de emprego do pronome já não comparecia, senão em raras exceções. Por isso, Cândido Jucá (Filho), observando a prática linguageira oral cotidiana, a qual, como vimos em Melo (2001), já vinha repercutindo na língua literária, propõe que este uso seja legitimado pela terminologia oficial. Para tanto, seria necessário haver um deslocamento de sentidos e a consequente desidentificação dos sujeitos gramáticos em relação ao sentido de mesóclise legitimado pela tradição dominante até então. Lembremos aqui que a FD pós-NGB, uma vez que se sustenta e se sobrepõe à memória gramatical que a antecede, é caracterizada pela dispersão de sentidos e de sujeitos<sup>86</sup>. Por isso, a identificação do sujeito gramático se dá primeiro em relação a um saber emanado por uma dada posição-sujeito para, em seguida, identificar-se à forma-sujeito e, só então, à formação discursiva. Sendo assim, para que a proposta de Cândido Jucá (Filho) fosse aceita, os sujeitos gramáticos deveriam desidentificar-se do sentido dominante até então e identificar-se ao outro sentido.

A NGB, por sua vez, ao simplesmente prescrever o emprego da palavra *mesóclise*, silencia essa discussão. Como dissemos anteriormente, a nomenclatura oficial mantém a tríplice divisão da sintaxe em: a) de concordância (nominal/verbal); b) de regência (nominal/verbal) e c) de colocação e, neste último item, acrescenta a seguinte nota:

Nota — Na colocação dos pronomes oblíquos átonos, adotem-se as denominações próclise, mesóclise e ênclise. (In: CHEDIAK org., 1960: 257) [grifos meus]

Os gramáticos, responsáveis pela (re)significação do termo *mesóclise*, no período interpretativo, filiaram-no, como vimos, à tradição gramatical pré-NGB, mas, em vez de um deslocamento, houve a reprodução e a manutenção do sentido dominante anterior, silenciando-se, assim, o sentido proposto por Cândido Jucá (Filho).

Das gramáticas pós-NGB que analisamos, apenas na gramática de Kury encontramos traços de um sentido outro no que diz respeito aos tipos de colocação pronominal. Segundo Kury, numa observação:

A mesóclise decorre de uma antiga ênclise ao infinitivo, quando os dois futuros ainda eram sentidos como locuções verbais, constituídos de um infinitivo seguido do presente ou do pretérito imperfeito reduzido do verbo haver (DGF): Louvar-te-(h)ei, louvar-te-(h)ia. (KURY, 1959: 94)

<sup>86</sup> Embora o mesmo pudesse ser dito da memória gramatical que antecede a NGB, há uma diferença fundamental entre esta e a memória legitimada pela terminologia oficial. Naquela havia também dispersão de FDs, ao passo que nesta há apenas uma formação discursiva a qual é caracterizada pela dispersão.

Nas outras gramáticas, há a manutenção da ilusão de unidade dos sentidos, pelo menos no que tange à denominação dos tipos de colocação. A única tensão que podemos verificar, além daquela que analisamos na sessão anterior em relação à distinção de pronúncia entre o PB e o PE, diz respeito à atração vocabular, repudiada por uns gramáticos, empregada por outros.

Faz-se aqui necessário retomar algumas questões concernentes ao efeito da censura imposta pela terminologia oficial. Os sentidos não acolhidos pela NGB podem ser apagados, isto é, não comparecerem no corpo das gramáticas pós-NGB, como no caso dos deslocamentos propostos por Chediak e por Candido Jucá (Filho) em relação aos referentes dos termos *ênclise* e *mesóclise*, respectivamente, em prol da manutenção da ilusão de unidade dos sentidos oficiais; ou, embora impedidos de comparecer no corpo da gramática, podem comparecer à margem dos sentidos oficiais, sob a forma de notas e observações, como no caso da distinção prosódica entre o PB e o PE, evidenciando, assim, o distanciamento do sujeito gramático em relação à posição-sujeito dominante instaurada pela FD pós-NGB (Cf. Capítulo V).

## 7

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Mas o que se apaga resiste, o que demonstra que a história é feita mesmo desses retornos, dessas vozes que falam mesmo quando se as quer apagar”.*

BALDINI (2009: 73)

“Diante do mundo, há uma injunção à ‘interpretação’: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja)” (ORLANDI, 2007a: 30), diz Orlandi em *As formas do silêncio*, livro em que a autora expõe a relação das diferentes formas de silêncio com a linguagem, com o dizer. Segundo esta autora, há um silêncio fundante<sup>87</sup>, que antecede a linguagem e que se caracteriza pela multiplicidade de sentidos. Essa multiplicidade aparece para o sujeito como sentido nenhum; por isso ele, diante do objeto, precisa interpretá-lo, atribuir-lhe sentido. Dizer é, assim, a forma como o sujeito significa o mundo e, com isso, estabiliza o movimento dos sentidos que estão no silêncio. Ao dizer, o sujeito, interpelado pela ideologia, se identifica a uma determinada formação discursiva e no interior desta se posiciona, atribuindo sentido ao mundo ao passo que atribui sentido a si mesmo. Conforme esse posicionamento, portanto, podem ser produzidos diferentes efeitos de sentidos.

Levando isso em consideração, em nossa pesquisa, baseados no referencial teórico subsidiado pela Análise de Discurso de Pêcheux e de Orlandi e nos estudos do projeto *História das Ideias Linguísticas*, buscamos compreender, a partir da análise dos títulos, dos prefácios e do capítulo referente à colocação pronominal de sete gramáticas publicadas entre 1959-1969, a discursividade instaurada a partir da instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1959. Mais especificamente, buscamos, considerando a historicidade dos sentidos e a (re)constituição da posição-sujeito gramático, depreender os distintos efeitos de sentidos produzidos pelos gestos de interpretação dos sujeitos gramáticos e às formas de materialização da tensão entre os sentidos legitimados e os sentidos silenciados.

Desse modo, de acordo com o objetivo a que nos propusemos, ao longo de nosso trabalho, articulamos alguns conceitos que passaram a compor o nosso Dispositivo Analítico e que foram fundamentais para compreender a relação do sujeito gramático com a língua nacional, dentre eles: heterogeneidade, silêncio, acontecimento discursivo, interpretação, memória, formação discursiva e posição-sujeito.

---

<sup>87</sup> Discorreremos mais detidamente sobre esse conceito no capítulo II.2.1.1.

Como vimos nos capítulos II e III, a NGB, embora tenha sido uma proposta do Estado, foi interpretada como uma lei e, em decorrência disso, adotada por todas as gramáticas cuja publicação a sucederam. A NGB, enquanto acontecimento discursivo, ao evidenciar determinados termos e silenciar outros, reestruturou a memória do discurso gramatical brasileiro, instaurando uma nova formação discursiva dominante (FD pós-NGB), a qual se sobrepôs às FDs anteriores (FDs pré-NGB).

O silêncio imposto pela NGB é, portanto, da ordem da censura (ORLANDI, 2007a), pois limitou o movimento de autoria dos gramáticos, regulando a relação do sujeito com o dizível ao estabelecer o que (não) podia e (não) devia comparecer nas gramáticas pós-NGB.

A partir de nossa análise, foi possível observar que há uma diferença fundamental entre a memória institucionalizada antes da NGB e aquela que se legitimou no período imediatamente após a sua publicação, isto é, durante o período que Baldini caracterizou como interpretativo (BALDINI, 1999). Aquela era composta por diferentes formações discursivas às quais os sujeitos se identificavam, posicionando-se em seu interior e, com isso, significando-se e significando a língua nacional. Esta, por outro lado, é composta por apenas uma formação discursiva a qual se sobrepôs às demais, devido ao efeito da censura operado pela NGB, mas que com elas se relaciona de forma (in)tensa. Isto porque, como demonstramos no capítulo VI, os termos acolhidos pela terminologia oficial foram significados a partir da filiação a essa memória antecedente. Dito de outro modo: embora a FD pós-NGB pressuponha a estagnação das FDs as quais se sobrepõe, ela mantém uma relação (in)tensa com estas, pois nelas se sustenta para poder fazer sentido.

É com base nessa característica do funcionamento da FD pós-NGB que afirmamos desde a introdução que o discurso pós-NGB é constitutivamente heterogêneo, pois os termos instituídos foram significados em relação aos termos silenciados e, desse modo, conforme o posicionamento do gramático no interior da FD pós-NGB, os efeitos de sentidos foram/podiam ser muitos. E isso devido à fragmentação da forma-sujeito gramático pós-NGB e também, conseqüentemente, da FD que ela organiza. Desse modo, o sujeito, ao se significar e significar a língua nacional após a instituição da NGB, pode inscrever-se em diferentes posições no interior da FD pós-NGB, as quais, por sua vez, evocam os saberes filiados às FDs pré-NGB e através das quais ele irá se relacionar à forma-sujeito e, por conseguinte, à FD pela qual ele é afetado. Assim sendo, tanto as FDs pré-NGB como a FD pós-NGB constituem a memória do discurso gramatical brasileiro, diferindo-se apenas no seu funcionamento, já que aquelas estão censuradas, e esta é (im)posta pelo interdiscurso.

No capítulo IV, vimos que a instituição da NGB ao lado da ascensão da Linguística no Brasil asseverou a distinção entre o lugar da Gramática e da Linguística, produzindo lugares distintos para a circulação dos saberes sobre a língua: um lugar de produção desses saberes, a Linguística, e um lugar de transposição desses saberes para o ensino, a Gramática. Em decorrência disso, a Linguística passou a produzir o efeito de conhecimento sobre a língua que antes era produzido pelas gramáticas do século XIX, e a gramática passou a recorrer à Linguística para legitimar a presença em sua materialidade daquilo que ali não poderia/deveria comparecer.

Vimos também que, como as gramáticas que compõem o nosso *corpus* foram publicadas no período interpretativo, sentidos e sujeitos ainda não estavam estabilizados. Assim é que, em nossa análise, pudemos depreender a produção do efeito de distinção entre o fazer normativo e o fazer expositivo. Antes da instituição da NGB, havia uma relação sinonímica entre esses dois fazeres; as gramáticas, além de produzirem o conhecimento sobre a língua, também eram responsáveis pela transposição desse conhecimento para o ensino. Após o período de interpretação da NGB e com o desenvolvimento da ciência Linguística no Brasil, os sentidos para os fazeres normativo e expositivo se estabilizaram, sendo produzido o efeito de distinção entre eles: o fazer expositivo ficou a cargo do linguísta, e o normativo, do gramático.

Assim sendo, com o movimento de autoria limitado, os gramáticos do período interpretativo restringiram-se a comentar a terminologia oficial. Porém, como anunciamos na epígrafe deste capítulo, "o que se apaga resiste" e, apesar da censura operada pela NGB, se faz significar de diferentes formas nas gramáticas interpretativas.

No capítulo V, ao analisar os prefácios das gramáticas, pudemos depreender a materialização de posições-discursivas distintas que colocam em questão os discursos pró e contra-NGB e evidenciam a resistência aos saberes institucionalizados. Ou seja, com a instituição da terminologia oficial, fez-se necessário posicionar-se quanto à proposta do Estado nos prefácios. Embora ambos os discursos se materializem em todas as sequências analisadas, evidenciamos diferentes formas de relacionamento entre eles devido aos diferentes tipos de posicionamentos dos sujeitos gramáticos, a saber: um posicionamento em que há plena identificação do sujeito em relação à NGB, havendo, assim, o recobrimento entre o sujeito da enunciação e a forma-sujeito que organiza a FD imposta pelo interdiscurso (FD pós-NGB), e outros posicionamentos em que, não havendo plena identificação aos saberes emanados pela FD pós-NGB, o sujeito da enunciação distancia-se gradativamente da forma-sujeito.

No capítulo VI, observamos, a partir da análise do capítulo referente à colocação pronominal das gramáticas que compõem o nosso *corpus*, o processo de interpretação dos termos legitimados, evidenciando ainda as formas de materialização dos discursos outros que foram silenciados pela NGB. Vimos que, na maioria das vezes, estes comparecem à margem dos sentidos oficiais, sob a forma de notas e observações. Estas, por sua vez, são os traços do ‘outro’, as cicatrizes na materialidade linguística que evidenciam a tensão entre os sentidos legitimados e os sentidos silenciados, isto é, que evidenciam a resistência à NGB.

A partir da análise que depreendemos, podemos afirmar que a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira é uma medida coercitiva que se encaixa dentre as políticas linguísticas implantadas pelo Estado com vistas a legitimar a distinção entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal e, como consequência dessa distinção, afirmar-se enquanto Estado nacional independente. Ao longo deste trabalho, demonstramos que a política linguística desenvolvida no Brasil é desde sempre uma política do silêncio, que se dá no jogo incessante entre a unidade (imaginária) da língua e a sua diversidade (constitutiva), isto é, entre o evidenciamento daquela e o silenciamento desta.

Esta pesquisa, no entanto, de modo algum põe um ponto final na questão. Muito ainda se tem para falar sobre a NGB e seus efeitos sobre o discurso gramatical brasileiro. Como vimos, apesar do efeito da censura, os termos não legitimados se fizeram significar de diferentes formas nas gramáticas. Parece-nos que as cicatrizes que verificamos no capítulo referente à colocação pronominal comparecem regularmente no corpo de todas as gramáticas.

No que concerne aos sentidos atribuídos aos complementos verbais, por exemplo, a desestabilização dos sentidos que encontramos nas gramáticas que compõem o nosso *corpus* principal parece sinalizar um descompasso no imaginário discursivo, ou seja, os sentidos para os termos *objeto direto* e *objeto indireto* continuavam em movimento, em tensão, tanto entre si como em relação um ao outro, os referentes discursivos ainda estavam “con-fusos” (ORLANDI, 2008), e a ideologia dominante ainda não havia conseguido produzir o efeito de evidência e unidade em relação aos sentidos desses termos. Assim é que nas gramáticas de Kury (1959), de Bechara (1964), de Lima (1961) e de Melo (2001), observamos a materialização da resistência em relação à terminologia oficial. Nessas gramáticas, seja em nota ou no corpo do texto, comparecem termos não acolhidos pela NGB para designarem, ao lado do *objeto indireto*, os complementos verbais precedidos por preposição.

Um outro exemplo em que se pode evidenciar o comparecimento de termos e sentidos outros diz respeito aos processos de composição do período. A NGB prescreve os termos *coordenação* e *subordinação*. Em todas as gramáticas, com exceção das de Lima, Melo e

Bechara, nota-se a adoção da terminologia oficial. Em Lima (1961) e Melo (2001), ao lado dos termos acolhidos pela NGB, aparecem outros termos por esta silenciados, a saber: *justaposição* e *correlação* na gramática do primeiro, e *correlação* na do segundo. Em Bechara (1964), todavia, o quadro apresentado distingue-se daquele proposto pela NGB e também do eixo parafrástico que notamos nas outras gramáticas que compõem o nosso *corpus*. De acordo com esse gramático, a oposição não se dá entre *coordenação* e *subordinação*, e sim entre orações *independentes* — aquelas que não exercem função sintática de outra a que se ligam — e *dependentes* — aquelas que exercem função sintática de outra e valem por um substantivo, adjetivo ou advérbio (BECHARA, 1964: 266). E isso porque, segundo Bechara (*idem*), não são somente as orações independentes que podem ser coordenadas, mas também as dependentes. A *coordenação* — diz o gramático numa observação — “é um processo de estruturação de orações do mesmo valor sintático, quer sejam independentes (onde a equivalência é permanente), quer sejam dependentes (onde a equivalência se dá quando exercem a mesma função sintática)” (*idem*: 269), ao passo que a *subordinação* — define o gramático em seguida — ocorre quando há “uma sequência de orações em que uma é termo de outra” (*idem: ibidem*).

Desse modo, segundo o deslocamento proposto por Bechara (*idem*), embora toda oração subordinada seja uma oração dependente e vice-versa, podendo-se estabelecer uma relação sinonímica entre esses dois termos, nem toda oração coordenada é independente e nem toda oração independente é coordenada.

Em pesquisas futuras, além de expandirmos a análise dos capítulos das gramáticas interpretativas, pretendemos investigar como se dá a relação entre termos legitimados e silenciados nas gramáticas do período que Baldini (1999) caracterizou como *período de repetição*. Parece-nos que muitos gramáticos, antes considerados gramáticos tradicionais, fugiram dessa designação para poderem ter maior liberdade no que tange ao processo de autoria de seus compêndios. Este é o caso, por exemplo, da versão mais recente da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, em cujo corpo encontramos críticas dirigidas à gramática tradicional. Devido a isso, consideramos que os efeitos produzidos pela NGB hoje talvez se restrinjam aos manuais didáticos. É o caso de investigar.

Faz-se necessário aqui tecermos um último comentário. Entendemos que a separação entre a finalidade pedagógica e a científica que acarretou a distinção dos lugares discursivos do gramático e do linguista sobre a qual discorreremos no capítulo IV foi, no que tange aos estudos da linguagem, o que promoveu e promove a manutenção do primado da NGB. Ainda que do ponto de vista científico a terminologia acolhida pela NGB não seja significada como



a abordagem mais adequada, entende-se de modo geral que a sua contribuição metodológica facilita o ensino da língua portuguesa e, por isso, está acima de questionamentos. O que estamos apontando aqui é que, atualmente, apesar de haver uma tensão entre as finalidades científica e pedagógica cujo embate gera posicionamentos que, baseados no argumento da ciência, se opõem à terminologia oficial, a “cinquentona NGB”<sup>88</sup>, devido as suas vantagens didáticas, vigora soberana até hoje. Nenhuma modificação foi feita ao projeto de 1959, embora haja, desde aquela época, muitas críticas direcionadas a ele.

---

<sup>88</sup> Expressão utilizada pelo professor Dr. Luiz Ricardo Leitão no X FELIN-2009.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa: curso único e completo, de acordo com a nova nomenclatura*. 13. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1961.

\_\_\_\_\_. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa: curso único e completo*. 10. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1958.

AUGUSTINI, A *estilística no discurso da gramática*. Campinas, SP: Pontes, Fapesp, 2004.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BALDINI, Lauro José Siqueira. *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. 1999. 77 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. NGB e a autoria no discurso gramatical. Separata de: *Línguas e conhecimentos lingüísticos*. SP: Pontes, n. 1, p. 77-85, 1998.

\_\_\_\_\_. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: análise discursiva do controle da língua*. Campinas. SP: Ed. RG, 2009.

\_\_\_\_\_. 50 palavras em 5. No prelo. Separata de: Mariani e Medeiros org. *50 em 5: ideias lingüísticas no período JK.*

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Grifo, 1978.

\_\_\_\_\_. *Moderna Gramática portuguesa: curso médio, com base na nomenclatura gramatical brasileira*. 9. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CAMARA JUNIOR, Mattoso. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Carlos Eduardo F. Uchoa (org.). Nova ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 5 ed. Rio de Janeiro: J. OZON, 1973.

\_\_\_\_\_. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 36 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHEIDIÁK, Antonio José. Nomenclatura e língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto de Letras UERJ, 2003. Separata de: Henriques (Org), *Cadernos de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UERJ – Especial 40 anos de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Ano III – v. 1 – n.º 4. Reedição ampliada – Rio de Janeiro: Instituto de Letras UERJ, 2003. p 9-19.

\_\_\_\_\_. (Org). *Nomenclatura gramatical brasileira e sua elaboração*. Diretoria do Ensino Secundário, 1960.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

COUTINHO, Ismael da Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2005.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 7. ed. Edições Tempo Brasileiro, 1977.

\_\_\_\_\_. *Gramática do português contemporâneo: de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira*. 7. ed. rev. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A., 1978.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. Campinas, SP: Pontes, 2001. Separata de: Orlandi (org). *História das Ideias Linguísticas: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 185-198.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: dicionário eletrônico, versão 5.12*. 7 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia*. 1996.

GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos: Pedro & João editores, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. Campinas, SP: Pontes, 1996. Separata de: Guimarães; Orlandi (org.). *Língua e Cidadania: o português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

HORTA NUNES, José. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

INDURSKY, Freda. Identificação e contra-identificação: diferentes modalidades de subjetivação no discurso do/sobre o MST. São Carlos: Clara Luz, 2006. Separata de: MARIANI (org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise de discurso e psicanálise*. São Carlos: Clara Luz, 2006. p. 121-132.

\_\_\_\_\_. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise de discurso. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. Separata de: MITTMANN, S., GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

\_\_\_\_\_. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical* (com exemplificação e trazendo a equivalência dos nomes que foram substituídos; seguida de um índice remissivo). 2 ed. melhorada e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Agir editora, 1959.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da Língua Portuguesa (curso médio)*. 7 ed. Rio de Janeiro: F. Brigiet & Cia. Editores, 1962.

\_\_\_\_\_. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 2 ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: F. Brigiet, 1958.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. 1ª reimpressão. Curitiba: Criar edições, 2007.

MARIANI, Bethânia. *Colonização Linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Unidade idealizada na variedade concreta: censos linguísticos, congressos sobre a língua falada e normas da pronúncia padrão. No prelo. Separata de: Mariani e Medeiros (Org.) *50 em 5: ideias linguísticas no período JK*. No prelo.

\_\_\_\_\_. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MEDEIROS, Vanise Gomes. *Dizer de si através do outro: do heterogêneo no identitário brasileiro*. 2003. 300 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

\_\_\_\_\_. A língua em solo brasileiro na *Revista Brasileira* no período JK. Separata de: *Revista da ANPOLL: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística*. Brasília, DF, n. 25, p.110-142, 1994.

MEDEIROS, Vanise Gomes; MARIANI, Bethania. Notícias de duas pesquisas: ideias linguísticas e governo JK. Separata de: *Desenredo: Revista do programa de pós-graduação em Letras / Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, v. I, n.1, p. 77-98, 2005.

MELO, Gladstone Chaves. *Gramática fundamental da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A, 2001.

\_\_\_\_\_. A nova nomenclatura gramatical brasileira: resumo mnemônico. In. *INICIAÇÃO à filologia portuguesa*. 12. ed. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1967. p. 201-203.

NASCENTES, Antenor. *Comentário à nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico*. 5. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007c.

\_\_\_\_\_. *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007d.

\_\_\_\_\_. Vão surgindo sentidos. In: *DISCURSO fundador*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 11-26.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista : discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Produção de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2001. Separata de: Orlandi (Org). *História das Ideias Linguísticas: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p . 21-38.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou acontecimento?* 4. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PFEFFER, Claudia Castellanos. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. Campinas, SP: Pontes, 2001. Separata de: Orlandi (Org). *História das Ideias Linguísticas: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p 167-184.

SILVA, Silmara Cristina Dela. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o discurso sobre a televisão na imprensa brasileira. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre. Livro de resumos. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 25-35.

SOUZA, Pedro de. Às margens da gramática, a emergência da semântica no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2001. Separata de: Orlandi (Org.). *História das Ideias Linguísticas: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p 125-138.

TORRES, Arthur de Almeida. *Moderna Gramática expositiva da Língua Portuguesa*. 17. ed. Ed. Fundo de cultura, 1965.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Identidades (in) formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. Separata de: Revista *Organon*. v 17, n. 35, 2003. p. 35-57

## ANEXOS A — ANEXOS DO CAPÍTULO IV

TABELA A – DEFINIÇÃO DE GRAMÁTICA NO *CORPUS* PRINCIPAL

<b>TORRES</b>	“Gramática é o estudo dos elementos constitutivos de uma língua. A gramática pode ser: expositiva ou normativa, histórica e comparativa. A GRAMÁTICA EXPOSITIVA ou NORMATIVA expõe os fatos atuais de um idioma. Sua finalidade precípua é estabelecer normas para o bom uso da língua. (...)” (TORRES, 1965: 1)
<b>LIMA</b>	“Gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as NORMAS que, em determinada época, representam o ideal de expressão correta.” (ROCHA LIMA, 1958: 18 e 1962: 11)
<b>KURY</b>	“A Gramática tem por fim o estudo sistemático dos ‘meios de expressão’ de uma língua (...)” (KURY, 1959: 27)
<b>BECHARA</b>	“Cabe à Gramática registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se fala ou escreve bem ou de como se pode falar e escrever bem uma língua. Daí ser a gramática, ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte. Assim sendo, o gramático não é um legislador do idioma nem tampouco o tirano que defende uma imutabilidade do sistema expressivo. Cabe-lhe ordenar os fatos linguísticos da língua padrão na sua época, para servirem às pessoas que começam a aprender o idioma também na sua época.” (BECHARA, 1967: 25)
<b>ALMEIDA (pré- NGB)</b>	“Se (...) visar aos fatos atuais de uma língua, mostrando e ensinando as regras vigentes para o seu perfeito manuseio, sem cogitar da sua formação, ela será gramática expositiva. (...) a gramática expositiva, que também se chama descritiva ou prática, é a que vamos estudar com relação à nossa língua (...)” (ALMEIDA, 1958: 15)
<b>ALMEIDA (pós- NGB)</b>	“Se (...) visar aos fatos atuais de uma língua, mostrando e ensinando as regras vigentes para o seu perfeito manuseio, sem cogitar da sua formação, ela será gramática expositiva. (...) a gramática expositiva, que também se chama normativa, descritiva ou prática, é a que vamos estudar com relação à nossa língua (...)” (ALMEIDA, 1961: 24)

<b>MELO</b>	<p>“A gramática, verdadeira e autêntica, é sincrônica. ..... Que é Gramática Normativa? É a própria Gramática descritiva, utilizada com intenção didática, com finalidade de corrigir os desvios da língua-padrão (...). Nas escolas ensina-se a gramática, não apenas descrevendo os fatos, mas também chamando a atenção para distorções, as contaminações, os erros. Toda vez, pois, que a Gramática Descritiva transforma uma das suas conclusões em preceito, em princípio diretivo, ela se coloca em posição de Gramática Normativa. Portanto, Gramática Normativa não é algo diferente da Gramática Descritiva, é uma “atitude” da Gramática Descritiva, atitude didática, atitude com finalidade prática.” (MELO, 2001: 2-3)</p>
-------------	--

**TABELA B - DEFINIÇÃO DE GRAMÁTICA DOS LUGARES DA GRAMÁTICA HISTÓRICA, NORMATIVA/EXPOSITIVA E DESCRITIVA (Capítulo V)**

<b>Gramática Normativa / Expositiva</b>	
<p>“Gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as NORMAS que, em determinada época, representam o ideal de expressão correta.” (ROCHA LIMA, 1958: 18 e 1962: 11)</p>	
<p>“(…) toda gramática é normativa, e porque a chamada “gramática histórica” não é gramática. Há uma velha disciplina, já clássica, que sempre se chamou “gramática”, e apenas “gramática”. Essa disciplina é necessariamente normativa (...) Falar em “gramática normativa” é redundância (...). ..... (...) Bastar-lhe-ia [ao Anteprojeto] recomendar discretamente: Gramática, e Gramática Histórica. ..... Mas o que me assusta no Anteprojeto é o tom peremptório com que se redigiu, inçado de prescrições em tempo futuro, como de ordinário se vê nas formulações legais. É de temer que, em razão disso, alguém suponha que a Gramática Normativa é aquela que dá “as normas da expressão correta” (...) Seria pôr o carro adiante dos bois... A verdade é que a língua é que é a norma da gramática.” (CANDIDO JUCA (FILHO) In: CHEDIK org., 1960: 93-94)</p>	
<p>“Gramática é o estudo dos elementos constitutivos de uma língua. A gramática pode ser: expositiva ou normativa, histórica e comparativa. A GRAMÁTICA EXPOSITIVA ou NORMATIVA expõe os fatos atuais de um idioma. Sua finalidade precípua é estabelecer normas para o bom uso da língua. (...)” (TORRES, 1965: 1)</p>	
<b>Gramática Descritiva</b>	
<p>“Ao lado desta gramática, propriamente dita, chamada descritiva, porque se propõe a fazer a DESCRIÇÃO da língua, há a tradicional gramática normativa, apresentação do que estabelece numa língua dada a sua disciplina gramatical (...)” (CÂMARA JUNIOR, 1973: 201, verbete gramática)</p>	

“Conjunto de prescrições que se estabelecem para impor uma norma linguística no uso falado e escrito. Veiculam-na o ensino escolar e a atividade dos gramáticos.

.....  
 A disciplina gramatical, na língua escrita, tende a se basear no uso literário, isto é, no uso dos grandes escritores de determinada época.” (CAMARA JUNIOR, 1973: 146, verbete disciplina gramatical)

“Quando se emprega a expressão gramática descritiva, ou sincrônica, sem outro qualificativo a mais, se entende tal estudo e análise como referente ao momento atual, em que é feita a gramática.

Já tinha em princípio esse objetivo a gramática tradicional, elaborada a partir da Antiguidade Clássica para a língua grega e em seguida latina. Em português, desde Fernão de Oliveira e João de Barros no século XVI, vêm se multiplicando as gramáticas, pautadas pelo modelo greco-latino, quer descritivas, quer expositivas. Ora, mais propriamente normativas, se limitam a apresentar uma norma de comportamento linguístico (...). Ora, mais ambiciosas e melhor orientadas, procuram ascender a um plano que bem se pode chamar científico em seus propósitos, pois procuram explicar a organização e o funcionamento das formas linguísticas com objetividade e espírito de análise”. (CÂMARA JUNIOR, 2004: 11)

### **Gramática Histórica**

“GRAMÁTICA HISTÓRICA é a ciência que estuda os fatos de uma língua, no seu desenvolvimento sucessivo, desde a origem até a época atual.

Da definição logo ressalta que o objeto da Gramática Histórica é muito mais amplo que o da Gramática Expositiva, Descritiva ou Prática.

Com efeito, enquanto esta se ocupa de uma língua no estado atual, aquela, remontando no passado à suas origens, ao seu período de formação, explica-nos as transformações por que essa mesma língua passou, na sua evolução através do espaço e do tempo.

Há relações de natureza íntima entre a Gramática Histórica e a Gramática Expositiva. O que à Gramática Expositiva se afigura uma irregularidade ou exceção, não passa, as mais das vezes, de um fato explicável pelas leis da Gramática Histórica”. (COUTINHO, 2005: 13)



## ANEXO B – ANEXOS DO CAPÍTULO VI

TABELA - COLOCAÇÃO PRONOMINAL

<b>Anteprojeto</b>	<p>“Nota: No estudo da colocação das formas oblíquas átonas dos pronomes pessoais, será proscrita a denominação <i>mesóclise</i>. Tais formas se antepõem ao verbo (<i>próclise</i>), ou se lhe pospõem (<i>ênclise</i>); no futuro do presente e no futuro do passado (amar-te-ei, amar-te-ia), o pronome vem, com efeito, <i>enclítico</i> ao infinito, segundo nos ensina a história da língua.” (Anteprojeto da NGB In: CHEDIAK, 1960: 32).</p>
<b>Correspondência</b>	
1) Antônio José CHEDIAK	<p>“Sou de parecer que se mantenha a denominação <i>mesóclise</i>, já definitivamente incorporada à nomenclatura gramatical. suprimindo-a, a colocação do pronome no futuro estaria a exigir uma explicação pertinente à gramática histórica. No sentido sincrônico atual, não há posposição de pronome ao infinitivo: <i>ria</i>, por exemplo, sente-se, hoje, como desinência temporal, tal como <i>va, ra, sse</i>. A inovar a esse respeito, preferível fora colocar a denominação em seus devidos termos. (...) realmente, parece que o termo <i>enclítico</i> vem sendo tomado como sinônimo de <i>posposto</i>, isto é, de partícula que se subordina “ao acento das palavras anteriores”. Entretanto, <i>ênclise</i> significa apenas <i>inclinação</i>, quer para a seguinte, quer para a palavra anterior. ‘Em rigor, escreve com muita propriedade Inez Lauro, devem considerar-se <i>palavras enclíticas</i> todas as palavras <i>átonas</i> – serão <i>átonas</i>, quando tomadas isoladamente, e <i>enclíticas</i>, nas expressões e nas frases’. “Ênclise será, pois, a designação genérica do <i>estado de subordinação duma palavra ao acento tônico de qualquer outra</i>’ (pg. 382). Desse modo, “as palavras <i>enclíticas</i> é que podem estar em <i>próclise</i> ou ser <i>proclíticas</i>, estar em <i>mesóclise</i> ou ser <i>mesoclíticas</i>, e estar em <i>apóclise</i> ou ser <i>apoclíticas</i>”. Fica mais essa sugestão aos preclaros membros da Comissão. Caso vingue, daremos um passo para a exatidão na nomenclatura gramatical. não pode haver estranheza na conceituação de <i>ênclise</i>; poderá havê-la na adoção do termo <i>apóclise</i>, já usado, entretanto, por Inez Lauro e Carlos Ventura, na Universidade de Coimbra.” (In CHEDIAK, 1960: 73-74)</p>
2) Cândido Jucá (Filho)	<p>Sobre a <i>próclise</i> e a <i>ênclise</i>:</p> <p>“<i>Próclise</i>, e <i>ênclise</i> não são termos de sintaxe, mas de fonologia. Nem se ligam exclusivamente às “formas oblíquas átonas dos pronomes pessoais”.</p> <p>Dizem respeito a diversos monossílabos, que, por serem átonos (ou quando se tornam átonos), se apóiam nas palavras tônicas circunstantes.</p>

	<p>A sintaxe estuda a <i>anteposição</i>, e a <i>posição</i> do pronome átono com referência ao verbo. Mas a anteposição nem sempre coincide com a próclise. Nem a posposição com a ênclise.</p> <p>Por exemplo, em:</p> <p style="padding-left: 40px;">Não no viram lá,</p> <p>é patente a anteposição do <i>no</i> com respeito ao verbo viram. Mas a fonologia sintática revela que esse mesmo <i>no</i> é enclítico de <i>não</i>.”</p> <p>Sobre a mesóclise:</p> <p>“O <i>Anteprojet</i> proscreeve a palavra. Mostra que em:</p> <p style="padding-left: 40px;">amar-te-ei, amar-te-ia</p> <p>o que existe é a ênclise do <i>te</i>, “segundo nos ensina a história da língua”... Perdão! A história da língua justifica a sintaxe. Quem patenteia a ênclise é a fonologia sintática atual.</p> <p>Demais, explicar um fato linguístico pela gramática histórica equivale a adiar o problema. Não é dar-lhe solução gramatical.</p> <p>Mas talvez se pudesse reservar o nome de <i>mesóclise</i> para um fato fonético que se tem desenvolvido no Brasil, o qual consiste em pronunciar o pronome pessoal átono livremente entre dois verbos, em frases como:</p> <p style="padding-left: 40px;">‘O morcego vem te chupar o sangue’ (Alencar, <i>Iracema</i>, p.46);</p> <p style="padding-left: 40px;">‘vais te perder’(Bilac, <i>Poesias</i>, p.49);</p> <p style="padding-left: 40px;">‘parece estar se reabrindo a chaga’.” (Rui, <i>Partido Republicano Conservador</i>, p. 5, ed. 1987). (In: CHEDIAK, 1960: 152-153)</p>
<p>3) Comissão representante da Academia Brasileira de Filologia</p>	<p>“Na pág. 41 se divide a Sintaxe em de Concordância, de Regência e de Construção. A Comissão sugere que se diga “colocação” por “construção”, uma vez que o termo “construção” também envolve a regência e a concordância”. (IN: CHEDIAK, 1960: 176)</p>
<p>4) Departamento de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul</p>	<p>“Suprimir a <i>Nota</i> – porque a mesóclise hoje é um fato, embora não o tenha sido historicamente, quando os elementos se encontravam soltos na frase. Mas naquela época do Português arcaico também constituía um fato da língua escrita vir o pronome oblíquo enclítico aos futuros simples do indicativo.” (In: CHEDIAK, 1960: 212)</p>
<p><b>Projeto final da NGB</b></p>	<p>“A. Divisão da sintaxe:</p> <p style="padding-left: 40px;">a) de <i>concordância</i>    { <i>nominal</i>   <i>verbal</i></p> <p style="padding-left: 40px;">b) de <i>regência</i>            { <i>nominal</i>   <i>verbal</i></p> <p style="padding-left: 40px;">c) de <i>colocação</i></p> <p>Nota – Na colocação dos <i>pronomes oblíquos átonos</i>, adotem-se as denominações de <i>próclise</i>, <i>mesóclise</i> e <i>ênclise</i>.” (In: CHEDIAK, 1960: 257)</p>